



INSPIRAÇÕES METODOLÓGICAS EM CONTEXTOS AMAZÔNICOS

Amanda M. P. Leite

Bruno Souza Leal

Liliam Deisy Ghizoni

Rosângela Araújo Darwich

ORGANIZAÇÃO





INSPIRAÇÕES METODOLÓGICAS EM CONTEXTOS AMAZÔNICOS

Amanda M. P. Leite
Bruno Souza Leal
Liliam Deisy Ghizoni
Rosângela Araújo Darwich

ORGANIZAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida
Vice-Reitor: Alessandro Fernandes Moreira

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Bruno Pinheiro Wanderley Reis
Vice-Diretora: Thais Porlan de Oliveira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Coordenadora: Paula Guimarães Simões
Sub-Coordenador: Daniel Reis Silva

SELO EDITORIAL PPGCOM

Bruno Souza Leal
Juarez Guimarães Dias

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Carolina Escosteguy (PUC-RS)	Jorge Cardoso (UFRB UFBA)
Benjamim Picado (UFF)	Kati Caetano (UTP)
Cezar Migliorin (UFF)	Luis Mauro Sá Martino (Casper Líbero)
Elizabeth Duarte (UFMS)	Marcel Vieira (UFPB)
Eneus Trindade (USP)	Mariana Baltar (UFF)
Fátima Regis (UERJ)	Mônica Ferrari Nunes (ESPM)
Fernanda Duarte (NCSU/EUA)	Mozahir Salomão (PUC-MG)
Fernando Gonçalves (UERJ)	Nilda Jacks (UFRGS)
Frederico Tavares (UFOP)	Renato Pucci (UAM)
Iluska Coutinho (UFJF)	Rosana Soares (USP)
Itania Gomes (UFBA)	Rudimar Baldissera (UFRGS)

www.seloppgcom.fafich.ufmg.br

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, sala 4234, 4º andar
Pampulha, Belo Horizonte - MG. CEP: 31270-901
Telefone: (31) 3409-5072

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

159

Inspirações metodológicas em contextos amazônicos [livro eletrônico] / Organização Amanda Leite ... [et al.]. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2022 – (Olhares Transversais; v. 1)

264 p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86963-60-1

1. Comunicação – Pesquisa – Brasil. I. Leite, Amanda. II. Leal, Bruno Souza. III. Ghizoni, Líliam. IV. Darwich, Rosângela.

CDD 300

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

CRÉDITOS DO E-BOOK

© PPGCOM/UFMG, 2022.

CAPA E PROJETO GRÁFICO
Atelier de Publicidade UFMG
Bruno Guimarães Martins

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO
Bruno Guimarães Martins
Daniel Melo Ribeiro

DIAGRAMAÇÃO
Gracila Vilaça

Esta obra foi selecionada pelo Conselho Editorial do Selo PPGCOM/UFMG após avaliação por pareceristas *ad hoc*.

O acesso e a leitura deste livro estão condicionados ao aceite dos termos de uso do Selo do PPGCOM/UFMG, disponíveis em:
<https://seloppgcom.fafich.ufmg.br/termos-de-uso/>

Às pesquisadoras e pesquisadores que vêm
fazendo ciência apesar da situação
dramática que o Brasil vive diante de tantos
cortes e ataques às universidades públicas.

Agradecemos a CAPES que fomentou recursos via
Edital Programa Nacional de Cooperação Acadêmica
na Amazônia N° 21/2018 para a realização do Projeto
*Narrativa e acontecimento midiáticos: desafios metodológicos
para apreensão das experiências glocais amazônicas,*
que viabilizou esta obra.

"Enquanto eu tiver perguntas e não
houver respostas continuarei a escrever"

Clarice Lispector
(*A hora da estrela*, 1998)



Série Ambivalência [2020]
Fotografia: Amanda Leite
Performance: Renata Ferreira

| Sumário

PREFÁCIO	
Amazônia Epistêmica	17
<i>André Demarchi</i>	
APRESENTAÇÃO	
Lampejos metodológicos	23
<i>Bruno Souza Leal, Amanda Leite, Liliam Ghizoni e Rosângela Darwich</i>	
CAPÍTULO 1	
Desafios metodológicos da investigação científica interdisciplinar na Amazônia: um estudo sobre a produção de pesquisas no PPGCLC/UNAMA	31
<i>Ivana C G Oliveira, Diego Duarte Borges e Luna Carvalho de Lucena</i>	

CAPÍTULO 2	
Pela adoção de visadas éticas e políticas em desafios metodológicos em perspectiva de gênero para análise de narrativas jornalísticas sobre feminicídios na Amazônia	49
<i>Cynthia Mara Miranda e Carlos Alberto de Carvalho</i>	
CAPÍTULO 3	
A pesquisa como deambulação: implicações epistêmicas e metodológicas	69
<i>Bruno Souza Leal, Poliana Sales e Daniel Macêdo</i>	
CAPÍTULO 4	
Comunic/a/rte: contribuições da Pesquisa Baseada em Arte para as pesquisas em Comunicação	87
<i>Amanda Maurício Pereira Leite e Anette Maria Rodrigues Silva Bento Oliveira</i>	
CAPÍTULO 5	
Caminhos para a compreensão da autorrepresentação de indígenas e criação de narrativas de acontecimentos, vulnerabilidades e resistências	113
<i>Thiago Almeida Barros e Edgar Monteiro Chagas Junior</i>	
CAPÍTULO 6	
“As originárias da Terra”: reflorestando cenas em torno do jornalismo?	133
<i>Elton Antunes e Yasmin Gatto</i>	
CAPÍTULO 7	
A vulnerabilidade da narrativa sobre a Amazônia: proposta metodológica de avaliação das configurações da desinformação	169
<i>Liana Vidigal Rocha e Máira Evangelista de Sousa</i>	

CAPÍTULO 8	
Amazônia e suas formas de desterritorialização em narrativas jornalísticas	191
<i>Phellipy Pereira Jácome e Bárbara Maria Lima Matias</i>	
CAPÍTULO 9	
Grupos vivenciais: método vivencial em pesquisas mediadas pela internet	211
<i>Rosângela Araújo Darwich</i>	
CAPÍTULO 10	
Narrativas de trabalhadores em sofrimento: desafios metodológicos	239
<i>Liliam Deisy Ghizoni e Thaís Moura Monteiro</i>	
Sobre as autoras e os autores	257



Série Ambivalência [2020]
Fotografia: Amanda Leite
Performance: Renata Ferreira

PREFÁCIO

Amazônia Epistêmica

ANDRÉ DEMARCHI¹

Pensar a Amazônia é uma tarefa fundamental à qual esse livro se propõe. Ainda mais quando se sabe que no momento em que esse prefácio está sendo escrito milhares de indígenas Yanomami resistem à invasão de suas terras por uma infinidade de garimpeiros com suas máquinas de extração do ouro do subsolo amazônico. Há poucas semanas, lideranças yanomami denunciaram o estupro e morte de uma criança de doze anos por esses mesmos invasores e o incêndio e o desaparecimento de uma comunidade inteira, com aproximadamente 30 pessoas, que teriam resistido às ações dos garimpeiros. Essa situação extrema vem sendo denunciada há pelo menos quatro décadas pelo xamã e ativista yanomami Davi Kopenawa. Sua luta e suas reflexões são direcionadas aos desastres humanitários e ambientais que as ações dos garimpeiros e demais exploradores vêm causando à Amazônia.

Há uma década e meia atrás, ele já afirmava:

1. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, da Universidade Federal do Tocantins – UFT

É por isso que ficamos inquietos. Não existem remédios para curar a Terra e para que ela fique boa de novo. Se vocês brancos matam a floresta, vocês não vão ser capazes de fabricar outra, nova. Quando todas essas coisas brilhantes que vocês arrancam da terra, o ouro, os diamantes, os minérios, e também as coisas de fazer fogo [combustíveis], e todas as árvores, quando tudo isso acabar, a Terra vai ficar morta.

Nessa passagem, Kopenawa nos lembra não apenas da destruição causada por isso que nomeamos como “desenvolvimento”; ele nos fala também sobre a nossa falta de conhecimentos para curar a terra e fabricar uma nova floresta. É interessante a presença do verbo “fabricar”, já que, como têm demonstrado as pesquisas arqueológicas sobre a região amazônica, boa parte da floresta que lhe dá nome teria sido de fato construída, manejada e mesmo plantada pelos diversos povos indígenas que ali habitam milenarmente. Ou seja, a Amazônia não apenas como um mero habitat, mas como um lugar de pensamento e produção para esses povos, um lugar repleto de conhecimento.

Como afirma o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, com base em pesquisas arqueológicas recentes: “a floresta que os europeus encontraram quando invadiram o continente era o resultado da presença de seres humanos, não de sua ausência”. O autor questiona assim as ideias equivocadas que relacionam a Amazônia à pretensa mata virgem, sem presença humana, e que apaga a infinidade de conhecimentos indígenas ali presentes.

Ainda segundo o autor:

Antes da enorme catástrofe (a invasão europeia) que dizimou seus ocupantes originários, essa era uma região densamente povoada por sociedades que modificaram o ambiente tropical sem destruir suas grandes regulações ecológicas. A “mata virgem” tem muito de fantasia: como hoje se começa a descobrir, boa parte da cobertura vegetal amazônica é o resultado de milênios de intervenção humana: a maioria das plantas úteis da região proliferou diferencialmente em função das técnicas indígenas de aproveitamento do território e porções importantes do solo amazônico (no mínimo 12% da superfície total) são antropogênicas, o que indica uma ocupação intensa e antiga.

Essas informações, desconhecidas pela maior parte da população brasileira, desvendam apenas uma das diversas facetas dessa porção de território que ficou conhecida de modo equivocado no país (e fora dele) como uma área intocada e despovoada. As passagens de Kopenawa e Viveiros de Castro nos mostram, entretanto, que a Amazônia foi e continua sendo fabricada (e protegida) pelos povos que lá habitam, contra a já secular destruição realizada por seus invasores. Além disso, mostram como ela é, para os povos indígenas, epistêmica, isto é, um lócus de pensamentos e conhecimentos que a fazem existir e resistir às investidas do “progresso”.

Outras facetas desse lugar epistemológico chamado Amazônia, sobretudo aquelas vinculadas aos temas das narrativas, dos acontecimentos e das vulnerabilidades, podem ser encontradas aqui neste livro que o leitor tem diante dos olhos. Ele apresenta os mais novos resultados das pesquisas realizadas no âmbito do Projeto PROCAD-AM, que envolvem pesquisadores e pesquisadoras de três programas de pós-graduação da área de comunicação de três universidades brasileiras: a UFMG, a UFT e a UNAMA.

Centrado principalmente nas questões metodológicas que envolvem as pesquisas em comunicação, a obra apresenta dez capítulos de diferentes autores e autoras sobre temas variados que nos auxiliam na tarefa fundamental de pensar a Amazônia enquanto um espaço de produção de conhecimento, justo nesse momento de urgência e emergência que a região vive.

Os dois primeiros capítulos propõem questões sobre os desafios metodológicos de se fazer pesquisa na Amazônia, seja analisando a produção científica de um Programa de Pós-graduação em Comunicação sediado na região Amazônica, seja se colocando o problema da adoção de uma perspectiva de gênero para pensar narrativas jornalísticas sobre o assassinato de mulheres na Amazônia.

Os desafios metodológicos aparecem novamente no terceiro capítulo, agora sob o signo do entendimento da pesquisa enquanto deambulação, movimento epistêmico aberto às experiências e aos processos. Esse primeiro bloco de reflexões metodológicas é encerrado pelo quarto

capítulo, que propõe contribuições fundamentais para as metodologias em comunicação a partir da Pesquisa Baseada em Arte.

A obra possui também dois capítulos dedicados a metodologias aplicadas a estudos de caso: um dedicado ao estudo de grupos vivenciais por meio da aplicação online do método vivencial e o outro sobre as questões metodológicas que envolvem a pesquisa com trabalhadores em sofrimento e suas narrativas. Outro capítulo importante do livro nos traz de volta à Amazônia, estabelecendo uma proposta de avaliação das configurações da desinformação e apontando para as vulnerabilidades das narrativas sobre ela.

Uma outra sequência de capítulos se desdobra sobre temáticas referentes aos povos indígenas e às formas de desterritorialização da Amazônia nas narrativas jornalísticas. No primeiro caso, temos um estudo sobre a presença constante de lideranças indígenas nas redes sociais e suas criativas autorepresentações, e, também, uma análise meticulosa da cobertura jornalística de eventos protagonizados por movimentos sociais de mulheres indígenas. Finalmente, temos o capítulo que trata das formas desterritorializadas pelas quais a região amazônica é retratada em diversas narrativas jornalísticas, antigas e contemporâneas. Neste capítulo, podemos ler que em algumas dessas narrativas a Amazônia é retratada ou como “selvagem” ou como “abstrata” e “homogênea”.

Uma Amazônia muito diversa daquela apontada pelo xamã Davi Kopenawa e pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro que, como vimos, está centrada em seu entendimento como um lugar cheio de vida e cheio de gentes múltiplas que o fabricam, o pensam, o manejam, secularmente. Uma Amazônia epistêmica e que deve ser entendida como um lugar de conhecimentos múltiplos, acontecimentos, narrativas e vulnerabilidades, que esse livro apresenta de modo especial. Boa Leitura!

Porto Nacional, 25 de maio de 2022



Fotografia: Amanda Leite | 2021

APRESENTAÇÃO

Lampejos metodológicos

BRUNO SOUZA LEAL

AMANDA LEITE

LILIAM GHIZONI

ROSÂNGELA DARWICH

As pesquisas sobre as realidades amazônicas e sobre as articulações entre acontecimento, narrativa e vulnerabilidade trazem desafios metodológicos vários, que vão além da discussão sobre quais métodos seriam mais adequados para o estudo de diferentes fenômenos. Esses desafios envolvem, por exemplo, modos de abordagem e aproximação; o acesso a informações e realidades específicas; o tratamento e a articulação de materiais diversos; a precisão de parâmetros de análise; a revisão crítica e/ou a combinação de diferentes metodologias existentes; a articulação entre as perspectivas teóricas, em suas composições disciplinares e interdisciplinares; e os procedimentos metodológicos adotados. Não raro, eles levam também à opção de abordagens experimentais. Nesse cenário, este livro reúne as reflexões do conjunto de pesquisadoras/es vinculados ao projeto Capes/Procad - Narrativa e acontecimento midiáticos: desafios metodológicos para apreensão das experiências locais amazônicas sobre os modos como incorporam os desafios metodológicos nas suas pesquisas, inclusive aqueles derivados da Covid-19.

Em sequência a duas publicações anteriores oriundas dessa parceria, “Narrativas, identidades e vulnerabilidades”, de 2020, organizado por

Cynthia Miranda, Maíra Sousa, Carlos Alberto de Carvalho e Leandro Lage, e “Narrativas midiáticas, experiências e pesquisas amazônicas”, de 2022, organizado por Liana Vidigal, Phellipy Jácome, Edgar Chagas e Gilson Porto Jr., este volume traz reflexões que alcançam discussões teóricas mais abrangentes, a revisão de métodos e parâmetros metodológicos ou ainda a apreciação crítica de situações e casos específicos com que nos deparamos nos nossos trabalhos.

Os três primeiros artigos que compõem este volume têm um caráter epistêmico e metodológico mais explícito. Abrindo o livro, “Desafios metodológicos da investigação científica interdisciplinar na Amazônia: um estudo sobre a produção de pesquisas no PPGCLC/UNAMA”, Ivana Oliveira, Diego Borges e Luna de Lucena apresentam o panorama de pesquisas realizadas no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagem e Cultura da Universidade da Amazônia (UNAMA) ao longo de doze anos de sua implantação na região Norte do Brasil. Há nesse cenário uma reflexão sobre a complexidade de produzir pesquisas e saberes sobre a cultura amazônica nas interfaces interdisciplinares entre as áreas das Artes, Comunicação Social e Letras. No capítulo seguinte, “Desafios metodológicos da adoção de uma perspectiva de gênero para análise das narrativas jornalísticas sobre o feminicídio na Amazônia”, de Cynthia Miranda e Carlos Alberto de Carvalho, estamos diante de uma análise de narrativas jornalísticas sobre o feminicídio na Amazônia pensada a partir de uma perspectiva de gênero, pautada pela crítica feminista à ciência androcêntrica. Pensar os desafios metodológicos para produzir ciência na atualidade convoca que possamos dar a ver a inserção de pensadoras e pesquisadoras mulheres na caminhada científica. Um movimento que deseja criar condições horizontais de diálogo e de reconhecimento entre os pares na produção de conhecimento. No capítulo 3, por sua vez, lançamo-nos num percurso e pensamento peregrino sobre os modos de se fazer a pesquisa acadêmica, ao deambularmos por diferentes vias metodológicas em diálogo com Tim Ingold e Jean-luc Moriceau, em “A pesquisa como deambulação: implicações epistêmicas e metodológicas”. Conduzidos por Bruno Souza Leal, Poliana Sales e Daniel Macêdo, entendemos que a pesquisa está muito distante de categorias dicotômicas como pesquisador/objeto, objeto/

subjetividade. Num movimento contrário a este, a pesquisa se dá nos encontros, nos cruzamentos, na afetação com o ambiente, com seres humanos e inumanos que vão sendo dispostos na jornada enquanto a própria pesquisa se faz.

Imagem e (auto)representação são temas dos artigos seguintes. No capítulo 4, “Comunic/a/rte: contribuições da Pesquisa Baseada em Arte para as pesquisas em Comunicação”, de Amanda Pereira Leite e Anette Bento Oliveira, as autoras tecem um desdobramento da pesquisa de mestrado intitulada “Imagens fotojornalísticas da pandemia: a construção de imaginários, leituras e narrativas”, realizada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (PPGCOMS/UFT). Busca-se, deste modo, ampliar o debate sobre a Pesquisa Baseada em Arte (PBA). As autoras fazem um convite aos leitores para conhecer e repensar os modos de construir a pesquisa acadêmica a partir de procedimentos artísticos, subjetivos e poéticos. Em “Caminhos para a compreensão da autorrepresentação de indígenas e criação de narrativas de acontecimentos, vulnerabilidades e resistências”, o Capítulo 5, de Edgar Chagas Júnior e Thiago Barros, os autores trazem para a cena a representação política no movimento indígena e concentram-se em jovens ativistas indígenas, também inseridas em ambientes externos às comunidades e até internacionais, que acabam calibrando habilidades e ocupando gradualmente a posição das autoridades tradicionais. Destacam ainda que as novas tecnologias, sobretudo com as redes sociais, trazem a possibilidade de autorrepresentação. Deste modo, a presença de indígenas e movimentos indígenas em espaços contemporâneos de comunicação digital, no percurso de mudanças geradas pela globalização, faz emergir uma noção de autorrepresentação, com a produção simbólica de práticas e identidades culturais.

O jornalismo e a informação midiática são o foco da reflexão dos três textos seguintes. No capítulo 6, “As originárias da Terra: refluorestando cenas em torno do jornalismo?”, de Elton Antunes e Yasmin Gatto, a cobertura jornalística da “2ª Marcha das Mulheres Indígenas”, no contexto da “Primavera Indígena”, de 2021, adquire papel central. Os autores destacam uma espécie de homogeneização das mulheres

indígenas, tratadas como se pertencessem a uma mesma etnia, como exemplo de produção de representações fortemente estereotipadas dos povos tradicionais. A estereotipia é apresentada como especialmente prejudicial em circunstâncias não quais clareza e objetividade favoreceriam a compreensão da luta indígena contra a aprovação do chamado Marco Temporal, que limita a reivindicação de terras tradicionais ao período anterior à promulgação da Constituição de 1988. Liana Vidigal e Maíra Evangelista de Sousa, no capítulo 7, “A vulnerabilidade da narrativa sobre a Amazônia: proposta metodológica de avaliação das configurações da desinformação”, propõem um quadro metodológico de avaliação das configurações das desinformações que circulam em mídias sociais e em aplicativos de mensagens. Utilizado na avaliação de três narrativas sobre a Amazônia identificadas em plataformas digitais no período de 2020 a 2022, o quadro permitiu a identificação e a tipificação de características e especificidades dos conteúdos enganosos. As autoras convidam à reflexão acerca da associação entre vulnerabilidade da narrativa e do público leitor, posto que assim é favorecida a circulação de desinformações nas plataformas digitais e, portanto, a geração de outras vulnerabilidades. Já Phellipy Jácome e Bárbara Lima Matias, em “Amazônia e suas formas de desterritorialização em narrativas jornalísticas”, numa importante recuperação histórica, investigam como o termo “Amazônia” surge em alguns outros momentos, como ao longo do século XIX (etapa de consolidação de um ideário nacional) e na primeira metade do século XX (fase importante do ciclo da borracha) na imprensa brasileira. Jácome e Matias observam que a mídia jornalística brasileira adota, de modo geral, um “olhar estrangeiro sobre a Amazônia”, como se ela fosse não um lugar habitado, mas uma espécie de fronteira a ser preservada ou explorada.

Encerrando o volume, temos dois trabalhos que se atêm à especificidade de pesquisas interdisciplinares no norte do País. Em “Grupos vivenciais: método vivencial em pesquisas mediadas pela internet”, no capítulo 9, Rosângela Darwich traz o relato dos desafios de pesquisa com grupos vivenciais de pais e jovens do Pará, especialmente no contexto da pandemia de Covid-19. Nesse contexto, a passagem e a articulação de experiências “offline” e “online” foi algo especialmente desafiador. Já

Liliam Ghizoni e Thais Monteiro, no capítulo 10, “Narrativas de trabalhadores em sofrimento: desafios metodológicos”, dedicam-se à reflexão sobre escutas clínicas ancoradas na Psicodinâmica do Trabalho, com atenção especial ao contexto amazônico. No artigo, as autoras trazem à tona as singularidades das escutas clínicas realizadas em Tocantins. Entre as conclusões, Liliam Ghizoni e Thais Monteiro acentuam a importância da articulação de diferentes áreas do conhecimento, como a Psicologia e a Comunicação. Nesse sentido, as autoras expressam algo que se materializa neste próprio volume, na diversidade de perspectivas aqui reunidas, ou seja, o reconhecimento da Amazônia como um lugar vivo e de vivências múltiplas, que impõe desafios epistêmico-metodológicos instigantes e renovadores.

Permeiam as páginas deste livro imagens da série “Ambivalência”, produzida pela fotógrafa e artista visual Amanda Leite e pela atriz Renata Ferreira da Silva, em 2020. As fotografias, numa poética rústica, estão na contramão de uma performance ativista e utilitária das imagens e Tomam o Cerrado para falar, quem sabe, de nós mesmos, de nossa intimidade, de nossas limitações, de nosso próprio cotidiano. De um lado, estamos diante de um ecossistema que sofre inúmeras ameaças, em especial na região Norte do Brasil. Mesmo sendo o segundo maior bioma da América do Sul, todos os anos têm que lidar com as queimadas e o descaso nas instâncias macro e micropolíticas brasileiras. As fotografias dão a ver ou colocam “na mira” a potência e a força deste bioma, além de evidenciar a poética contida nas tramas da mata de galeria. O bioma persiste, insiste, resiste. De outro lado, é a fragilidade humana, seu distanciamento da natureza, sua negligência e quase uma ausência de atenção à vida que também é exposta. Diante dessas fragilidades, não há um sentido de realidade, de totalidade, de verdade, há ambivalência, desejos, fantasias, sonhos que marcam modos de viver e habitar a Terra, nossa casa, nosso chão.



Série Ambivalência [2020]
Fotografia: Amanda Leite
Performance: Renata Ferreira

CAPÍTULO 1

Desafios metodológicos da investigação científica interdisciplinar na Amazônia: um estudo sobre a produção de pesquisas no PPGCLC/UNAMA

IVANA C G OLIVEIRA

DIEGO DUARTE BORGES

LUNA CARVALHO DE LUCENA

Este capítulo objetiva identificar e compreender a postura metodológica através da interdisciplinaridade defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagem e Cultura da Universidade da Amazônia (PPGCLC/UNAMA), a maior instituição privada de ensino, pesquisa e extensão da região Amazônica. O Programa completou 12 anos e foi criado a partir da identificação de demanda na região pela formação de pesquisadores e professores habilitados a compreensão e interpretação da complexidade das culturas amazônicas, na relação interdisciplinar entre três áreas: Artes, Comunicação Social e Letras; iniciou com Mestrado e em 2018 abriu a primeira turma de Doutorado.

O cenário em que PPGCLC se instala é na região do país que apresenta a menor quantidade de Programas de Pós-Graduação do Brasil. Frequentemente construída nas mídias enquanto região longínqua, é representada por sua natureza exuberante, tendo seus aspectos geoculturais e complexidades sociais invisibilizados (SOUSA; EIRÓ; CHAGAS JUNIOR, 2020). Se frisa, na pesquisa sobre um recorte do cenário da Pós-Graduação na Amazônia Legal, a importância da discussão de seus

conflitos e adversidades, que é a finalidade central do projeto (ROCHA, 2020).

De acordo com dados da Plataforma Sucupira¹, no ano de solicitação do APCN², estavam listados 4.184 cursos de mestrado e doutorado reconhecidos pela Capes, concentrando apenas, 224 na região Norte. Na área Interdisciplinar, do total de 377 programas de pós-graduação, apenas 27 estão na Amazônia, o que significa 7,7% do total, segundo documento de área da Capes (2020). O estudo se desenvolverá a partir da análise quantitativa sobre as dissertações/teses defendidas nas linhas de pesquisa do PPGCLC, observando as categorias: objetivos e metodologia utilizados.

A criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 1951 institucionaliza a Pós-Graduação *stricto sensu* no Brasil, vinculada ao Ministério da Educação³. O governo era de Getúlio Vargas, que apontava como objetivo assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados; e oferecer acesso ao aperfeiçoamento para estudantes de baixa renda. A área interdisciplinar na pós-graduação só se concretiza a partir do ano de 1999, sob a justificativa da decorrência “dos problemas que emergem no mundo contemporâneo, de diferentes naturezas e com variados níveis de complexidade, muitas vezes decorrentes do próprio avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos” (CAPES, 2020, p. 28).

1. Dados disponíveis em <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 9 jan. 2022.

2. Acrônimo que significa Aplicativo para Propostas de Cursos Novos, é usado pelas pró-reitorias das instituições de ensino superior para apresentação de propostas de cursos de mestrado e/ou doutorado à Capes.

3. Decreto Nº 29.741, de 11 de julho de 1951, a Comissão composta de representantes do Ministério da Educação e Saúde, Departamento Administrativo do Serviço Público, Fundação Getúlio Vargas, Banco do Brasil, Comissão Nacional de Assistência Técnica, Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, Conselho Nacional de Pesquisas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional do Comércio, para o fim de promover uma Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Instituiu%20uma%20Comiss%C3%A3o%20para%20promover,de%20pessoal%20de%20n%C3%ADvel%20superior>>. Acesso em: 11 dez. 2021

A Coordenação destaca que a busca da interação entre disciplinas para construção de um conhecimento comum, colocando a interdisciplinaridade no campo saber a partir da reflexão da complexidade dos problemas, impondo a necessidade de diálogos entre disciplinas de áreas semelhantes e diferente; incorporando uma racionalidade ampliada; e extrapolando a metodologia compartimentada. Assim, demonstra-se a pertinência da forma de produção de conhecimentos ampliando o objeto de investigação para além das fronteiras disciplinares.

O conceito da interdisciplinaridade é divulgado inicialmente, segundo Gusdorf (1983), na Unesco no início dos anos 60, relacionado à proposta de evitar que os vínculos temáticos e analíticos das disciplinas das atividades teórico-práticas da ciência sejam desenvolvidos de forma isolada e dispersa. Tripp e Shortlidge (2019) explicam que o conceito se expande configurando-se como uma necessidade de mudança percebida por líderes de agências de financiamento para redirecionar as pesquisas predominantemente focadas em disciplinas, em esforço de tornar-se colaborações interdisciplinares. O conceito se solidifica ao longo do tempo, como reconhecimento de que os problemas sociais exigem uma integração multidisciplinar, principalmente para proposições em temas complexos como mudanças climáticas, epidemias e perda da biodiversidade (STOKOLS *et al.*, 2008). Assim, é possível a configuração de novos campos de estudo como a ecologia química ou a sociobiologia; e ainda a possibilidade de pesquisadores pensarem, agirem e ensinarem além do escopo disciplinar.

O Brasil é apontado como pioneiro nesse movimento na pós-graduação, incentivando inovações pedagógicas que reforçam a legitimidade institucional a partir do avanço sobre as fronteiras disciplinares. A CAPES aponta que entre os anos de 2001 e 2018, o número total de Cursos ou Programas que tiveram acesso ao Sistema Nacional da Pós-Graduação (SNPG) por meio da área Interdisciplinar, foi de 595 aprovações, mas mesmo assim esse número acumulado “não reflete o tamanho da área atualmente, tendo em vista que, ao longo dos anos, a Interdisciplinar deu origem a outras áreas (cinco no total)” (CAPES, 2020, p. 3). No último quinquênio (2011-2018) a Coordenação recebeu

em média 168 novas propostas de cursos novos por ano, com aprovação de 20% do número total de cursos apresentados.

A proposta interdisciplinar apresenta a maior taxa de crescimento entre os cursos de pós-graduação da Capes, com uma expansão crescente, a área registra entre 2012 e 2019 um aumento de mais 62%. A Plataforma Sucupira⁴ relaciona⁵, pela última avaliação quadrienal, 377 Programas de Pós-Graduação interdisciplinares, com 508 cursos sob este perfil, avaliados e reconhecidos.

Universidade da Amazônia

A Universidade da Amazônia – UNAMA – foi criada no ano de 1987 em Belém (PA) para amenizar o cenário das assimetrias regionais claras e excludentes da política do ensino superior na região. A primeira denominação foi União das Escolas Superiores do Pará - UNESPA, sob o conceito de uma instituição de ensino superior brasileira privada pluri-disciplinar, torna-se a primeira instituição privada de ensino superior a receber o título de Universidade. No ano de 2014 passa a integrar o Grupo Ser Educacional⁶ Mantenedor das marcas UNINASSAU, UNINABUCO, UNIVERITAS, UNG, UNAMA, UNINORTE, UNIFACIMED, UNIFASB, UNESC e UNIJUAZEIRO. Em 2013, o Grupo foi destaque no cenário nacional com um crescimento exponencial, chegando a abrir

4. A plataforma é uma ferramenta digital que coleta informações para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). O nome homenageia o professor Newton Sucupira, autor do Parecer nº 977 de 1965, que conceituou, formatou e institucionalizou a pós-graduação brasileira nos moldes dos dias de hoje.

5. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaConhecimento.jsf?areaAvaliacao=45>>. Acesso em: 2 jan. 2022.

6. Fundado em 2003, em Recife (PE), o Grupo Ser Educacional possui mais de 70 campi em funcionamento no Brasil (26 Estados e Distrito Federal), soma 1.900 curso de graduação, pós-graduação, técnico e de educação à distância, atende cerca de 160 mil alunos nas modalidades presencial e EAD, formando mais de 2 mil egressos por ano. Disponível em <<https://www.sereducacional.com/institucional.html>>. Acesso em: 5 jan.2022.

capital na Bolsa de Valores (Bovespa), como maior IPO no setor da América, com a arrecadação de R\$ 692 milhões⁷.

A Universidade da Amazônia tem seis Núcleos de Estudos e Pesquisas nas áreas de Educação e Desenvolvimento, Socioeconomia, Qualidade de Vida e Meio Ambiente, Ciências Jurídicas, Saúde e Comunicação, Linguagem e Cultura, que articulam programas de pós-graduação, de iniciação científica e de extensão, mantendo intercâmbios com instituições da região, do país e do exterior. A universidade ressalta que a Pós-Graduação tem como foco central a produção de conhecimentos aliada à formação e atuação de pesquisadores com compromisso de ser centro de referência na região para promover a “educação para o desenvolvimento da Amazônia”⁸.

O Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagem e Cultura - PPGCLC

O Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC) foi criado em 2009⁹ pela Universidade da Amazônia, como resposta à demanda social e acadêmica, com vistas ao fortalecimento do processo de pesquisa, ensino e extensão na região, busca-se a formação e difusão de um pensamento comprometido com as questões amazônicas, não limitando as abordagens exclusivamente ao regional.

O website do Programa aponta como proposta de criação, a inserção da pesquisa em um campo que contemple as ações culturais, artísticas, sociais, econômicas e, por conseguinte, educacionais. A implantação da proposta visa um fluxo que interliga distintos tempos, espaços e saberes, considerando que o processo cultural não se constitui em um enclausuramento, mas num contexto de conexões e interconexões.

A missão do Programa estabelece o estímulo ao desenvolvimento da região através da educação, tendo em sua gênese a interdisciplinaridade

7. Disponível em: <<https://www.unama.br/noticias/ser-educacional-completa-18-anos-investindo-em-tecnologia-e-inovacao>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

8. Disponível em: <<https://www.unama.br/institucional/nacional>>. Acesso em: 19 fev. 2022.

9. Capes recomendou a implantação do Mestrado em 2008, conforme comunicação mantida por meio do Ofício DAV nº 233-12/2008 – Capes/MEC.

refletida na formação do quadro de docentes reunindo professores das áreas da Comunicação, Literatura, Educação, Psicologia, Artes, Arquitetura e Antropologia; e na matriz curricular.

A inclusão do Programa na área Interdisciplinar está descrita também nos objetivos¹⁰, citada como abordagem que qualifica a formação de pesquisadores e professores habilitados a interpretar e compreender os fenômenos contemporâneos do local e do global, aptos para atuar no ensino, pesquisa e gestão de projetos; nos campos da comunicação, linguagens, artes e cultura; relacionando três áreas do conhecimento como sustentação: Letras, Comunicação Social e Áreas.

Assim, o PPGCLC define as linhas de pesquisa que vão refletir a análise das formas de sociabilidade que se desenvolvem nos campos assinalados, construindo modelos e parâmetros para compreensão e análise das experiências e práticas culturais (local e global); buscando o entendimento da produção discursiva e de sentidos das diversas linguagens e das representações do contemporâneo; analisando as formas expressivas e processos interacionais diante de perspectivas teóricas e metodológicas para refletir sobre as dimensões artísticas, socioculturais, estéticas e políticas; e representando as abordagens interdisciplinares” para que possa ampliar as possibilidades de construção do saber a das áreas do conhecimentos que compõem o Programa.

A primeira linha de pesquisa “Linguagem, Identidade e Cultural da/na Amazônia” investiga os processos semânticos/discursivos nas distintas formas de linguagem (verbal, oral, sonora, visual, audiovisual); problematiza procedimentos de significação (tessituras) relacionando com a cultura, comunicação, arte e literatura em correlação com a identidade da/na Amazônia, que perpassam contextos locais e globais, tradicionais e contemporâneos.

Como segunda linha de pesquisa do Programa, “Sociedade, Representações e Tecnologias”, traz como delimitação a investigação das formas pelas quais a sociedade e os sujeitos elaboram, criam, representam e são representados nos âmbitos comunicacional, artístico e literário. Estuda

10. Disponível em: <<https://stricto.unama.br/pt-br/conteudo/historico-e-contextualizacao-do-programa>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

processos de sociabilidade, política e relações de poder, processos de produção de sentido a partir do cotidiano e modos de interação com as diversas tecnologias.

Metodologia

Este estudo se caracteriza quanto à natureza como uma pesquisa básica, quanto à abordagem do problema como mista, quanto aos objetivos como descritiva e quanto aos procedimentos técnicos como documental (GIL, 2010).

De acordo com o objetivo desta pesquisa foi realizada uma análise quantitativa das dissertações do PPGCLC/UNAMA, defendidas no período de 2011 a 2021. O processo de coleta foi feito a partir do portal do PPGCLC¹¹, assim como com o compartilhamento dos arquivos diretamente da secretaria do programa.

Foram analisados um total de 187 trabalhos em formatos PDF ou docx (formato Word), dentre eles, 174 dissertações (Quadro 1) e 13 teses (Quadro 2).

Análise dos dados

Nesta seção estão dispostos em quadros os resultados da pesquisa qualitativa, com análise correlacionada. A fim de alcançarmos um panorama compreensivo das abordagens e metodologias utilizadas, assim como a presença da interdisciplinaridade nos trabalhos de conclusão do programa de pós-graduação, foi feita uma raspagem dos arquivos coletados, utilizando-se de códigos estabelecidos.

A raspagem¹² foi realizada parcialmente com a ferramenta já embutida em leitores de texto, a fim de buscar palavras específicas, e parcialmente com o auxílio do *software* de análise quantitativa MAXQDA¹³.

11. Disponível em: <<http://www6.unama.br/ppgclc/>>. Acesso em: 1 mar. 2022.

12. A frequência nos quadros está relacionada ao percentual, por opção apresentamos apenas as duas primeiras casa decimais.

13. Disponível em: <<https://www.maxqda.com/brasil/>>. Acesso em: 1 mar. 2022.

Dissertações		
Ano	Frequência	%
2011	13	7,47%
2012	18	10,34%
2013	19	10,92%
2014	21	12,06%
2015	11	6,32%
2016	18	10,34%
2017	8	4,59%
2018	17	9,77%
2019	17	9,77%
2020	19	10,92%
2021	13	7,47%
Total		
11	174	100%

QUADRO 1: Quantidade de Dissertações PPGCLC/UNAMA

FONTE: Elaboração dos autores / 2022

Teses		
Ano	Frequência	%
2019	2	15%
2020	8	62%
2021	3	23%
Total		
3	13	100%

QUADRO 2: Quantidade de Teses PPGCLC/UNAMA

FONTE: Elaboração dos autores / 2022

Para quantificar a frequência da presença de diferentes abordagens de pesquisa (Quadro 3), a busca foi pelos códigos “qualitativa/qualitativo” e “quantitativa/quantitativo”, assim como “quanti” e “quali”, para identificar a possível ocorrência de abreviações. A condição foi que as palavras estivessem presentes enquanto relativas à própria pesquisa que estava sendo apresentada. Na ausência de todos estes códigos, os trabalhos são categorizados enquanto “não especificado”.

Abordagem	Frequência	%
Qualitativa	88	47%
Quantitativa	0	0%
Mista	28	15%
Não especificado	71	38%
Total	13	100%

QUADRO 3: Abordagem de Pesquisa Dissertações e Teses PPGCLC/UNAMA

FONTE: Elaboração dos autores / 2022

Os resultados demonstraram a ausência de trabalhos de abordagem singularmente quantitativa, estando uma maioria (percentual de qualitativa) na categoria de abordagem “Qualitativa”. Em segundo lugar, foi observada uma alta incidência (71) de trabalhos sem especificação de abordagem. O restante a declarou enquanto “mista”, o que foi expresso pelos termos “quali-quantitativa”, “quali-quanti”, “tanto qualitativa quanto quantitativa”, entre outros.

Na categoria Objetivos da Pesquisa (Quadro 4) foram categorizados entre “Exploratória”, “Descritiva”, “Explicativa”, “Exploratória e Descritiva”, “Exploratória e Explicativa” e “Não Especificado”. Similarmente, a raspagem utilizou os códigos “exploratório/exploratória”, “descritivo/descritiva” e “explicativo/explicativa”, sendo categorizadas a partir da presença e ausência de cada termo. Foram contabilizados apenas os termos que estavam sendo utilizados para descrever a pesquisa.

Objetivos	Dissertações	Teses	Total
Exploratória	24	5	29
Descritiva	36	3	39
Explicativa	2	0	2
Exploratória e descritiva	11	2	13
Exploratória e explicativa	3	0	3
Não especificado	98	3	101
Exploratória e explicativa	174	13	187

QUADRO 4: Objetivos da Pesquisa – Dissertações/ Teses PPGCLC/UNAMA

FONTE: Elaboração dos autores / 2022

Identificamos que mais da metade das pesquisas foram categorizadas enquanto “Não Especificado”. Dentre todos os códigos pesquisados na Análise de Conteúdo, os dos Objetivos da Pesquisa tiveram a menor presença nos resultados da raspagem, em comparação com outras sessões. A categoria “Descritiva” foi a mais presente, seguida por “Exploratória” e pela categoria híbrida entre as duas anteriores.

Os Procedimentos de Pesquisa (Quadro 5) foram categorizados entre “Pesquisa Documental”, “Exploratória”, “Survey”, “Pesquisa-Ação”, “Estudo de Caso”, “Grupos Focais”, “Estudo de Caso Múltiplo”, “Estudo de Campo” e “Não Especificado”. Os códigos para cada uma incluíram os títulos das categorias e variações, como “documental/documentais” e “grupo focal/grupos focais”, e viam ser relacionadas à metodologia de pesquisa. Podem ter múltiplas categorias identificadas em uma só pesquisa.

Os procedimentos mais presentes foram diferentes entre as Dissertações e Teses. Na primeira, foram mais encontrados o Estudo de Campo e o Estudo de Caso. Já a Pesquisa Documental e a Pesquisa Exploratória são as mais frequentes nas Teses.

Procedimentos	Dissertações	Teses
Pesquisa documental	38	9
Pesquisa exploratória	35	6
Survey	0	0
Pesquisa-ação	9	1
Estudo de caso	45	2
Grupos focais	4	0
Estudo de caso múltiplo	0	0
Estudo de campo	66	3
Não especificado	10	1
Total	Não se aplica (podem ter múltiplas opções)	-

QUADRO 5: Procedimentos de Pesquisa Dissertações e Teses PPGCLC/UNAMA
FONTE: Elaboração dos autores / 2022

Existe a possibilidade da opção Estudo de Caso ser consideravelmente mais identificada em Dissertações devido ao recorte de tempo. Enquanto estas abrangem entre 2011 e 2021, as Teses apenas começam a ser contabilizadas a partir de 2019, o que significa que uma parcela considerável destas podem ter sido afetadas pelas restrições relativas à pandemia de coronavírus, implementadas a partir do ano de 2020.

Os Instrumentos para a Coleta de Dados (Quadro 6) também não têm categorias fixas, ou seja, podem se repetir no mesmo arquivo. E estas são: “Roteiro de Entrevista”, “Questionário”, “Roteiro e Questionário”, “Roteiro e Observação”, “Outros Instrumentos” e “Não Especificados”.

Instrumentos	Dissertações	Teses
Roteiro de entrevista	49	2
Questionário	5	0
Roteiro e questionário	27	1
Roteiro e observação	23	1
Outros instrumentos	45	9
Não especificado	11	0
Total	-	-

QUADRO 6: Instrumentos para Coleta de Dados
Dissertações e Teses PPGCLC/UNAMA
FONTE: Elaboração dos autores / 2022

Tanto nas Dissertações quanto nas Teses, os instrumentos de coleta mais utilizados foram o “Roteiro de Entrevista”, fora “Outros Instrumentos”. Uma possibilidade para a frequência de instrumentos não constatados, é a possibilidade de coleta de dados sem interação direta, como a partir de pesquisas documentais e aparatos da Análise de Conteúdo, categorias que constam em outras sessões.

Nas categorias de Análise dos Dados da Pesquisa (Quadro 7) que têm como categorias “Análise de Conteúdo”, “Análise do Discurso”, “Estatística Descritiva”, “Narratologia”, “Representações Sociais” e “Outro/Não Especificado”. As categorias foram todas encontradas tanto nas Dissertações quanto nas Teses, com exceção de “Outro/Não Especificado”.

Dentre as categorias específicas, “Análise do Discurso” e “Análise de Conteúdo” foram as mais presentes nas Dissertações, enquanto foram relativamente bem distribuídas entre as Teses. A frequência da categoria “Outros/Não Especificado” nas Dissertações pode ser indicativa de uma variedade maior de métodos e aparatos de análise neste recorte.

Análise de dados	Dissertações	Teses
Análise de conteúdo	40	3
Análise do discurso	57	4
Estatística descritiva	10	2
Narratologia	13	3
Representações sociais	20	3
Outro/Não especificado	41	0
Total	Não se aplica (podem ter múltiplas opções)	

QUADRO 7: Análise dos Dados da Pesquisa para Coleta de
Dados Dissertações e Teses PPGCLC/UNAMA

FONTE: Elaboração dos autores / 2022

Por fim, pesquisamos a presença ou ausência do código “Interdisciplinar” ou “Interdisciplinaridade” na totalidade das pesquisas coletadas (Quadro 8). Os pré-requisitos para contarmos como “presença” era, não apenas a existência dos termos, mas seu contexto enquanto ligada à pesquisa apresentada, tipicamente nas sessões destinadas ao Resumo, Introdução e Metodologia.

Os resultados demonstram que a presença da menção da interdisciplinaridade nas teses é maior (70%) – mesmo considerando o número inferior de produções - quando comparado às dissertações, que somam 33%. A ausência na produção do Mestrado aponta a necessidade da busca pela intersecção entre conteúdos que deve estar evidente na construção das dissertações, permitindo perceber como o percurso acadêmico que resultou na pesquisa, incorporou a prática interdisciplinar, rompendo com a fragmentação do conhecimento e favorecendo as análises críticas ali contidas.

Para além desta análise

Os resultados apresentados neste texto permitem refletir sobre a presença da área em que se insere o PPGCLC nos trabalhos de conclusão da pesquisa de seus alunos. A análise quantitativa deixa espaço para estudos futuros com a recomendação de sequência de pesquisa para identificar as tendências temáticas e especificações metodológicas predominantes no Programa, e a relação com as linhas de pesquisa do curso e com os temas abordados nos artigos publicados pelos alunos durante o curso.

A ausência da citação da interdisciplinaridade nos resumos (mesmo que se faça presente na metodologia) aponta para a necessidade de maior exigência quanto ao rigor metodológico, assim poderia certificar uma perspectiva relacionada entre os objetivos do PPGCLC e os trabalhos realizados no Mestrado e Doutorado.

Torna-se evidente, desse modo, a necessidade de reconhecer nos trabalhos a gênese do Programa, que busca um conhecimento produzido à partir da região Norte do país em um viés interdisciplinar, capaz de considerar, em sua complexidade, os fenômenos estudados e fazer interagir os diferentes modos de saber, de forma a enfrentar os desafios sociais e científicos contemporâneos, considerando comunicação, a linguagem, a arte e a cultura estão entre as bases de um processo de desenvolvimento, uma vez que se ocupam de problemáticas diretamente ligadas às formas de criação.

As áreas que dialogam na perspectiva interdisciplinar do programa, apresentam a representação e fluxo comunicacional que perpassam as relações sociais e podem contribuir para elucidar as formas de exercício do poder simbólico, político e econômico, assim como os processos de resistência cultural e as dinâmicas de transformação da sociedade no emaranhado campo da cultura, atravessado pelo hibridismo e pelo multiculturalismo. Assim, torna-se mister que esta perspectiva esteja presente na metodologia dos trabalhos que resultam da vivência dos alunos no Programa.

Referências

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Documento de Área*. 2020. Disponível em: <<https://poleduc.ufc.br/wp-content/uploads/2021/03/documento-de-Area-interdisciplinar-capes-2019..pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo. Atlas, 2010. 176 p.

GUSDORF, Georges. Pasado, presente y futuro de la investigación interdisciplinaria. In: APOSTEL, L. [et al.] *Interdisciplinaridade e ciências humanas*. Madrid: Tecnos/UNESCO, 1983. p. 32-52.

ROCHA, Liana Vidigal. A Amazônia que queremos mostrar. In: JÁCOME, Phellipy [et al.]. *Narrativas midiáticas, experiências e pesquisas amazônicas*. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2021. p. 17-20.

SOUSA, Maíra Evangelista de; EIRÓ, Jorge; CHAGAS JUNIOR, Edgar M. Notas sobre relações entre acontecimento, jornalismo e violência. In: MIRANDA, Cynthia Mara [et al.]. *Vulnerabilidades, narrativas e identidades*. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2020. p. 193-211.

TRIPP, Brie; SHORTLIDGE, Erin. A Framework to Guide Undergraduate Education in Interdisciplinary Science. In: *CBE Life Sciences Education*, v. 18, 2019. p. 1-12.

UNAMA. Universidade da Amazônia. *Site institucional*. Disponível em: <<https://www.unama.br/>>. Acesso em 15 fev. 2022.



Série Ambivalência [2020]
Fotografia: Amanda Leite
Performance: Renata Ferreira

CAPÍTULO 2

Pela adoção de visadas éticas e políticas em desafios metodológicos em perspectiva de gênero para análise de narrativas jornalísticas sobre feminicídios na Amazônia

CYNTHIA MARA MIRANDA

CARLOS ALBERTO DE CARVALHO

Desafios metodológicos emergem continuamente no mundo da pesquisa, seja no campo das ciências exatas, seja no campo das ciências humanas em que os estudos da comunicação estão alicerçados. Os desafios não se limitam apenas à definição do *corpus* nem ao tipo de análise mais adequada ao *corpus* definido. No campo dos estudos da comunicação entender o contexto em que os fenômenos da pesquisa estão inseridos é uma dimensão integrante das dinâmicas comunicacionais que não pode ser negligenciada. Além disso, incluir a perspectiva de gênero na pesquisa, especialmente quando diz respeito à análise das narrativas jornalísticas sobre o feminicídio na Amazônia, exige um reconhecimento de que não existe neutralidade de gênero na ciência.

Nesse sentido, a crítica feminista à ciência instrumentada pela perspectiva de gênero denuncia o predomínio de um viés androcêntrico nas atividades científicas que caracteriza os próprios fundamentos da ciência moderna. Sem dúvida, a crítica feminista à ciência provocou mudanças, ampliando as formas de pensar e produzir o conhecimento científico, mas, sobretudo, contribuiu para a inserção das mulheres no

mundo da ciência (SCHIEBINGER, 2001; SILVA, 2013). Inserção que diz respeito tanto ao incentivo para sua entrada e permanência, como também à necessidade de reconhecimento das especificidades fisiológicas das mulheres, por exemplo na produção de medicamentos, ou na elaboração de arcabouços teóricos e metodológicos que considerem as reivindicações políticas, econômicas, culturais, ideológicas, comportamentais e outras que integram o leque de direitos que superem as hierarquias de gênero.

A ciência é um produto de séculos de estudos, descobertas, erros e acertos e as mulheres foram excluídas e invisibilizadas desse processo. Assim, a inserção delas na ciência exige grandes transformações no campo da cultura, nas formas de compreender e valorar as feminilidades e as masculinidades, na forma de efetuar a leitura social das narrativas de vida de homens e mulheres e observar como isso se estende ao campo da linguagem e mais especificamente ao campo das narrativas jornalísticas, foco do presente artigo. Outros desafios - que fogem ao escopo deste capítulo - também estão dados no âmbito das relações de gênero, como a sistemática exclusão de pessoas trans e travestis do universo das ciências, sem mencionar as interseccionalidades de raça, classe social etc. que constituem entraves a dificultar a equidade de gênero na produção científica e no acesso aos benefícios que ela pode propiciar.

Nessa direção, o capítulo tem como objetivo dialogar sobre os desafios metodológicos da adoção de uma perspectiva de gênero para análise das narrativas jornalísticas sobre o feminicídio na Amazônia a partir da apreciação crítica de situações específicas com as quais nos deparamos na pesquisa, quais sejam: os silenciamentos das mulheres assassinadas nas notícias, imagens em uma perspectiva de gênero e os conteúdos e dinâmicas jornalísticas em um processo de grande complexidade.

Caminhos para a construção de uma metodologia na perspectiva de gênero

A adoção de uma metodologia em um campo científico, especialmente no campo das ciências sociais, não é um exercício analítico desprovido de subjetividade. Weber (1982), ao refletir sobre a objeti-

vidade do conhecimento nas Ciências Sociais, destacou a questão da subjetividade como força fundamental nos fenômenos sociais.

(...) todo o saber empírico baseia-se única e exclusivamente na ordenação da realidade dada segundo categorias que são subjetivas no sentido de específico de representarem o pressuposto do nosso conhecimento e de se ligarem ao pressuposto de que é valiosa aquela verdade que só o conhecimento empírico nos pode proporcionar. (Weber, 2003, p.125-126).

Nessa direção é preciso demonstrar a significância cultural para que algo se converta em fenômeno sob análise. Ao observar a violência de gênero como um fenômeno social palpável que tem impacto em vários âmbitos societários como na saúde, na economia e na segurança pública, a sua conversão em fenômeno sob análise no campo da Comunicação e do Jornalismo em particular não pode descartar a subjetividade implícita nesse fenômeno social.

O que conhecemos é influenciado por nossa história e nossos valores, nossas prioridades nacionais e globais; fontes de financiamento e padrões de patrocínio; pela estrutura das instituições acadêmicas, mercados e redes de informação; experiências pessoais e profissionais; tecnologias e relações com culturas estrangeiras; e muito mais. (SCHIENBINGER, 2001, p.49)

A adoção de uma perspectiva de gênero na ciência, nesse sentido, deve ser aqui compreendida como uma mudança epistemológica com vistas à inclusão integral e transversal das mulheres como parte do fenômeno de estudo, reconhecendo suas diversidades, suas experiências e suas demandas. A construção de uma metodologia na perspectiva de gênero deve considerar a subjetividade para análise dos fenômenos sociais, apontar os preconceitos e, ao apontar, buscar estabelecer estratégias para correção. Trata-se de compreender as metodologias não como instrumentos, mas como uma ética, na proposição do historiador Olaf Kaltmeier (2020, p. 115), ao refletir sobre metodologias horizontais.

Para Schienbinger (2001), feministas expandiram noções do que conta como ciência para incluir maneiras de compreender e responder a necessidades humanas nem sempre vistas como “ciência”. Para a autora,

incorporar uma consciência crítica de gênero na formação básica de jovens cientistas e no mundo rotineiro da ciência é fundamental para corrigir distorções, e acrescentamos, trata-se de uma reparação histórica com a metade da população mundial.

Conforme observa Machado (1992), o campo dos estudos de gênero promove uma interlocução e um diálogo crítico e constante com diferentes disciplinas, e com o pensamento feminista, responsáveis pela constituição de um campo de saber interdisciplinar.

As relações de poder e modos de expressão no interior de relações de gênero podem ser vistas em vários campos do conhecimento, inclusive nos estudos de comunicação no qual o presente capítulo está ancorado. Para Rodal (2015), a mirada crítica para a adoção de uma perspectiva de gênero nos estudos da comunicação implica:

a ser intérpretes insatisfechos y especializados y poner en juego un conocimiento teórico específico aplicando instrumentos analíticos aprendidos. Hablamos de estereótipos, de formas narrativas, de formatos, de identidades de género, de representaciones, de mundos imaginários, de recepción, de lenguaje visual, de ideologia, etc. En todo caso debemos poner en marcha conocimientos no solo de la vida social, sino de las teorías que interpretan funcionamiento. (RODAL, p. 55, 2015)

Compreender o funcionamento das distintas sociedades, entre elas a própria sociedade brasileira exige, dessa maneira, considerar como, e se, os meios de comunicação se abastecem da desigualdade entre os gêneros na produção de suas mensagens. Assim, cabe às estudiosas e aos estudiosos da comunicação em perspectiva de gênero colocar em evidência as nuances dessa desigualdade que podem ser percebidas de forma direta, simbólica e/ou subliminar nas mensagens produzidas em vários meios e plataformas diariamente.

Em busca de uma metodologia aplicada para os estudos sobre narrativas jornalísticas sobre feminicídio

A seguir trataremos de discutir uma proposta metodológica aplicada para analisar as narrativas jornalísticas sobre feminicídio na Amazônia a partir da adoção da perspectiva de gênero apontando quais seriam

os requisitos mínimos para essa adoção e exercitando o pensamento crítico da cultura. Assumimos uma postura ética e política de negação da neutralidade de gênero na análise dos fenômenos do campo das narrativas jornalísticas, na esteira de pesquisas tão diversas quanto aquelas que analisam violências físicas e simbólicas contra mulheres ou que investigam a participação de mulheres nas atividades jornalísticas. Essa postura implica ainda no reconhecimento de que o próprio jornalismo é um dos atores centrais na promoção das violências contra as mulheres, parte constitutiva das redes que as vitimam (CALDEIRA, 2017; SEGATO, 2016, 2018).

O feminicídio, que se refere ao assassinato de mulheres e meninas por questões de gênero, ou seja, em função do menosprezo ou discriminação à condição feminina, é um problema social grave no país e apresenta escalas distintas de ocorrência que variam de acordo com a região. Como o ápice das múltiplas violências vivenciadas pelas mulheres em diferentes momentos de suas trajetórias, o feminicídio expressa a naturalização da vulnerabilidade das mulheres e tem resultado no apagamento das suas histórias, na indiferença, no ódio, entre outros efeitos de sentidos (MIRANDA, 2020).

A região amazônica, por exemplo, apresenta acentuadas ocorrências desse crime por vários motivos, entre eles a desigualdade social. A referida região ainda concentra grandes vazios urbanos e apresenta uma diversidade de territórios onde populações ribeirinhas, indígenas e quilombolas vivenciam diversos conflitos sociais e em que as mulheres da cidade, do campo, da floresta e das águas são vítimas permanentes de violências físicas e simbólicas, nem sempre retratadas pelos meios de comunicação locais, regionais e nacionais. Os crimes de feminicídio na Amazônia expressam o ápice da vulnerabilidade da vida das mulheres, resultado de uma constante privação da liberdade em diversos âmbitos de suas vidas.

Os desafios metodológicos impostos à adoção de uma perspectiva de gênero para análise das narrativas jornalísticas são vastos e aqui pretendemos elencar alguns para uma reflexão preliminar, sem a intenção de esgotá-los. Os desafios metodológicos elencados foram observados a partir de um *corpus* composto por textos jornalísticos sobre feminicíd-

dios em estados que compõem a região da Amazônia Legal, especialmente os estados da região norte¹.

Dito isto, ao analisar narrativas jornalísticas sobre o feminicídio na Amazônia efetuamos uma apreciação crítica de situações específicas com as quais nos deparamos na pesquisa e que podem ser aplicadas a outras pesquisas, quais sejam: os silenciamentos das mulheres assassinadas nas notícias, imagens em uma perspectiva de gênero e os conteúdos e dinâmicas jornalísticas em um processo de grande complexidade.

Estudos sobre as narrativas jornalísticas da violência de gênero consideram o dito e o não dito, uma estratégia metodológica eficaz para identificar os silenciamentos das mulheres assassinadas nas notícias. Deriva dessa premissa a necessidade de indagar se as narrativas fazem referência à trajetória de vida das mulheres assassinadas. A busca de “dados biográficos” deve ser eticamente orientada, evitando a exposição desnecessária de aspectos da vida das mulheres, particularmente pela não produção de narrativas que contenham ranços racistas, classistas e outras estratégias de inferiorização. Por outro lado, é fundamental resgatar o histórico das violências sofridas antes da consumação dos feminicídios, que tal como indica uma grande diversidade de pesquisas, não são ocorrências de rompante, mas o corolário de um ciclo ininterrupto de violências físicas e simbólicas.

Dar relevo às histórias de vida das mulheres vítimas de feminicídios, metodologicamente equivale, nas análises de narrativas jornalísticas, ao escrutínio sobre as próprias estratégias de inteligibilidade que o jornalismo aciona ou negligencia quanto às concepções socioculturais, jurídicas e políticas que permitem compreender as lógicas e as dinâmicas dos feminicídios. Ou seja, quanto menor importância é dispensada às histórias vividas pelas mulheres vítimas de feminicídio, mais comuns são as estratégias narrativas nas quais os feminicídios são equiparados aos assassinatos de mulheres como parte das estatísticas cotidianas de

1. O presente capítulo é um desdobramento da pesquisa Narrativas do Feminicídio na Amazônia realizada no âmbito de estágio de pós-doutoramento da primeira autora supervisionada pelo co-autor do capítulo no Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Federal de Minas Gerais entre 2019 e 2020, pesquisa financiada com bolsa do Procad/Am.

mortes, apagando as relações de gênero como motivações para crimes que não ocorreram por outras razões. São também comuns narrativas que nomeiam inadequadamente os feminicídios como crimes passionais ou crimes de violência doméstica.

Ainda a destacar que trazer eticamente as histórias de vida das mulheres vítimas de feminicídios para o centro das análises de narrativas jornalísticas é uma das estratégias para quebrar a rede simbólica que violenta mulheres, anteriormente referida, e da qual o jornalismo é parte constitutiva. Além disso, não são raras as histórias de mulheres vítimas de feminicídios que deixam filhas, filhos, mães ou outras e outros parentes que continuam potencialmente vulneráveis às mesmas condições estruturais que levaram às suas mortes. Contar essas vulnerabilidades, no plano individual ou familiar, pode evitar que outras mortes e violências físicas e simbólicas continuem seu roteiro. Do ponto de vista coletivo, cada história de vida em suas especificidades compõe um leque de dados indispensáveis para a adoção de políticas públicas de combate aos feminicídios e demais violências físicas e simbólicas motivadas por relações de gênero.

Mas é também por meio das histórias de vida contadas ou invisibilizadas pelas narrativas jornalísticas que outra importante dimensão ética se faz exigência metodológica, qual seja, adotar estratégias analíticas que permitam perceber nas narrativas juízos de valor e preconceitos de diversas ordens relativamente às vítimas de feminicídios. Por exemplo, identificar se as estratégias narrativas, ao descreverem a trajetória de vida, ressaltam o papel social da mulher, e segundo quais lógicas, ou apenas citam fatos isolados de uma trajetória que podem sugerir ou mesmo afirmar a culpa da própria vítima pelas violências sofridas. Nesse sentido, são comuns narrativas jornalísticas nas quais explícita ou implicitamente encontramos a afirmação de que “ela não merecia morrer”, injustiça que só se observaria relativamente às mulheres que se adequariam aos padrões cisheteronormativos de gênero, performando adequadamente as funções de mãe, trabalhadora e demais requisitos de “decência” supostamente desejáveis para todas as mulheres.

Os silenciamentos das mulheres nas narrativas jornalísticas vão além da óbvia impossibilidade de ouvir as que foram assassinadas, ainda

que suas histórias possam ser recuperadas por meio de testemunhos e depoimentos, que em tempos de redes sociais digitais, podem mesmo se dar a partir de registros verboaudiovisuais deixados pelas próprias vítimas. Desse modo, nos textos jornalísticos, para além do relato do crime de supressão da vida, silenciamentos implicam apagar a história da vida das mulheres, muitas vezes substituída por relatos policiais que se resumem a contar o modo de ocorrência do feminicídio, em dicção, não raro, sobrecarregada de estereótipos e clichês da linguagem policial. Aos apagamentos das histórias de vida somam-se invisibilidades sobre dimensões interseccionais, como aquelas implicadas em racismos, lesbofobia, transfobia, xenofobias, etarismos, classificação socioeconômica, local de moradia etc., contribuindo para visadas preconceituosas relativamente às vítimas de feminicídios.

No que se refere à aplicação de uma análise das imagens em uma perspectiva de gênero no *corpus* das narrativas jornalísticas aludidas na nota de rodapé, foi notada a presença de imagens em algumas delas. As imagens do feminicídio estão dispostas porque há consumo e esse consumo tem suas bases em uma sociedade em que a desigualdade de gênero nas relações de poder estão visíveis e fazem com que as mulheres não tenham segurança para permanecerem vivas (MIRANDA, GONÇALVES e CARVALHO, 2021).

As imagens jornalísticas constituem em si mesmas textualidades que compõem amplas redes de sentido e assim as estratégias metodológicas para a análise delas em uma perspectiva de gênero devem levantar ao menos os seguintes questionamentos: as imagens promovem estereótipos? As imagens induzem a juízo de valor sobre a vida das mulheres assassinadas? As imagens reforçam o silenciamento das mulheres assassinadas? As imagens expõem de modo sensacionalista corpos de mulheres já mortas ou em vida? Consideramos, ademais, o uso de imagens para tratar dos crimes de feminicídio problemático quando se utiliza a imagem da mulher assassinada e há ausência de foto do assassino/acusado, o que pode atuar como um reforço da potência do agressor, proporcionalmente à sugestão de incapacidade de ação das vítimas. Mas o contrário, dependendo do contexto da narrativa, também pode surtir o mesmo efeito. Por outro lado, no mosaico fotográfico, a ausência das

imagens do assassino diz muito sobre a potencial impunidade do crime (MIRANDA, CARVALHO, SOARES, 2021).

Como é possível perceber, a utilização de imagens em narrativas jornalísticas de feminicídios se encontra num cipoal de contradições, em que usos, abusos e ausências estão longe de consensos, restando o desafio metodológico de a cada análise verificar os significados das imagens, que a propósito, não se limitam à dimensão físico-química de manchas impressas ou *pixels*, posto que também dizem respeito a imaginários. Recorremos a Michel Maffesoli, em entrevista concedida a Juremir Machado da Silva, para pistas sobre as relações entre imagens e imaginários.

Não é a imagem que produz o imaginário, mas o contrário. A existência de um imaginário determina a existência de conjuntos de imagens. A imagem não é o suporte, mas o resultado. Refiro-me a todo tipo de imagens: cinematográficas, pictóricas, esculturais, tecnológicas e por aí fora. (SILVA, MAFFESOLI, 2001, p. 76)

Dessa relação de anterioridade dos imaginários na configuração das imagens nos valem para propor que metodologicamente devemos escrutinar fotografias e outras imagens que compõem as narrativas jornalísticas sobre feminicídios prestando atenção ao conjunto de dinâmicas e lógicas que presidem as relações de gênero. Ou seja, as imagens físicas utilizadas como parte da informação jornalística nem se reduzem ao mero flagrante de um acontecimento narrado, já que carregam em si imaginários das relações de gênero (em variáveis como misoginia, machismo, lesbofobia, transfobia, patriarcalismo etc.), tampouco encerrariam sentidos unívocos, considerando as múltiplas e conflitantes marcas culturais circulantes em sociedades complexas como as amazônicas.

O potencial das imagens para promoção de estereótipos em narrativas jornalísticas sobre feminicídios pode ser verificado em uma enorme diversidade de circunstâncias. Por exemplo, destacar a roupa utilizada pela vítima pode ser a sugestão de que modos de vestir indicariam disponibilidade sexual da mulher pela preferência por peças que cobrem menos o corpo do que outras. Em região de clima tropical como a amazônica, é difícil compreender como tal associação encontraria

lógica plausível, mas como lembra Maffesoli, os imaginários não têm necessariamente vínculos racionais imediatos.

Mas reforçamos que as imagens podem aludir a estereótipos de outras ordens, como aqueles orientados por imaginários ancorados em racismo, etarismo, lesbofobia, transfobia, classe social, referências culturais, local de moradia, xenofobia e outros. Ao operarem como redutores da complexidade humana, os estereótipos atuam fortemente na desumanização, com potencial de indução de julgamentos moralistas e desqualificação ética das vítimas. Conseqüentemente, tendem a esvaziar as ações políticas e as potências das mulheres no enfrentamento de todas as injustiças derivadas das relações de gênero.

A princípio, a ausência de imagem da mulher em narrativas jornalísticas sobre feminicídios seria o indício mais evidente de silenciamento, e certamente é. No entanto, a imagem de um corpo feminino brutalmente assassinado escancara não somente o silêncio a ela imposto pela violência extrema, como surge também como um aviso sobre o necessário silêncio das mulheres vivas, sob pena de também serem mortas. Há que lembrar, recorrendo a Rita Laura Segato (2018), da “pedagogia da crueldade” que está por trás de todos os horrores derivados das relações de gênero, que têm conduzido feministas ao redor do mundo a elaborarem estratégias contra-pedagógicas de enfrentamento à crueldade.

Em algumas narrativas jornalísticas temos a imagem da mulher em um registro em vida retirado de suas redes sociais, o que não exime ao questionamento ético sobre tal uso, que já se banalizou nos meios de comunicação, que é a concessão da imagem que não é possível de ser realizada porque um corpo morto não tem mais direito à sua imagem. Já a imagem do corpo morto, ensacado, apedrejado, esfaqueado também incorre em uma falha na responsabilidade jornalística ao espetacularizar os crimes contra as mulheres.

Expor de maneira sensacionalista imagens de mulheres vítimas de feminicídios equivale à proposição de Rita Laura Segato (2018) de que estamos diante da exposição de vítimas sacrificiais, com seus corpos lançados à curiosidade mórbida. Mas não só, pois segundo a autora, se o sensacionalismo das imagens é evidente, elas também funcionam como reafirmação do lugar de poder dos homens que deixaram aqueles

corpos sem vida, com um recado de dupla direção: aos pares masculinos, de exibição de potência e superioridade; às mulheres, o alerta de que devem temer e se submeter ao poder dos homens.

Ao propormos metodologicamente a verificação de conteúdos e dinâmicas jornalísticas em um processo de grande complexidade, queremos chamar atenção para a necessidade de olharmos criticamente para as noções de Amazônia que emergem ou são negligenciadas nas narrativas jornalísticas, bem como para o conceito de jornalismo que preside a investigação. Adotamos metodologicamente as premissas das visadas decoloniais, pois entendemos que elas permitem perceber como, historicamente, realidades tão distintas quanto a Amazônia, o jornalismo e as relações de gênero estão atravessadas por relações de poder e de saber que têm legitimado processos de inferiorização e de exclusão de extensas parcelas humanas e territoriais, em favor de minorias detentoras das forças políticas, econômicas, militares, judiciais etc. (LUGONES, 2014; MALDONADO-TORRES, 2018).

Um primeiro desafio, a um só tempo teórico e metodológico, está em compreender a diversidade sociocultural da região amazônica, área de crescente interesse internacional por conta das suas riquezas naturais e potenciais de espoliação minerária, madeireira, das águas e de outros recursos cada vez mais estratégicos para a sobrevivência do planeta Terra. Desde a invasão portuguesa das terras brasileiras a Amazônia tem sido impactada por profundas modificações, que se em um primeiro momento representaram ameaças de dizimação das populações originárias, na atualidade não poupam ninguém, particularmente pessoas vulnerabilizadas pelas desigualdades de todas as ordens. Para Leandro Rodrigues Lage,

A história da região amazônica e de suas populações se confunde com a trajetória de cada um dos povos colonizados ao redor do mundo. São modelos de ocupação e exploração duradouras, marcadas pelas alianças espúrias, pelos conflitos violentos e insurreições persistentes que vão desde a colonização dos povos originários até os neocolonialismos do presente, os quais atribuem um lugar específico para essa região nas perspectivas de desenvolvimento: de onde se extrai, onde se queima, onde se corta, onde se mata, onde se catequiza, onde se escraviza... (LAGE, 2021, p. 16)

Compreendendo um vasto território, que mescla vazios populacionais com regiões densamente povoadas, de pequenas aglomerações humanas a metrópoles modernas, a região amazônica tem, dentre outras particularidades, uma cultura de viver nas e das águas de rios que não encontramos no restante do Brasil. Se as violências físicas e simbólicas contra mulheres, povos indígenas, quilombolas e outras pessoas são realidades que configuram genocídios, as muitas formas de resistência são a outra face da moeda. No que particularmente interessa ao foco deste capítulo, historicamente as mulheres da região têm empreendido lutas contra as desigualdades e iniquidades de gênero, tendo sido a Amazônia palco da Convenção de Belém do Pará (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher), realizada em 1994, um marco fundamental das mulheres de todo o continente em suas ações políticas.

No entanto, em trabalhos anteriores de investigação sobre coberturas jornalísticas de feminicídios na região amazônica, realizadas por jornais amazônicos, constatamos que a diversidade geopolítica e cultural regional não fazem problema para e nas narrativas (MIRANDA, CARVALHO, 2021). A partir de premissas conceituais e metodológicas de inspiração decolonial, verificamos que prevalecem lógicas narrativas submetidas a princípios universalizantes que tomam a atividade jornalística como um conjunto técnico de procedimentos pouco atento às dinâmicas e especificidades socioculturais, seja em relação à sociedade de ocorrência dos acontecimentos narrados, seja relativamente aos acontecimentos em suas particularidades. Conseqüentemente, há que se prestar atenção, nas investigações sobre feminicídios ocorridos na região amazônica, ao que está visível e ao que, e de que modo, é invisibilizado pelas narrativas jornalísticas. Márcia Veiga e Fabiana Moraes, ao trabalharem articulações entre decolonialidade, subjetividade e racismo epistêmico do jornalismo, propõem que

Esse cenário nos remete a compreensão do quanto a epistemologia na qual o jornalismo se fundamenta está assentada na “matriz do poder colonial” (QUIJANO, 2000), que constitui os modos pelos quais seus saberes, métodos e práticas seguem construindo noções de realidade

e delimitando as condições de pensamento tanto do campo quanto de suas inter-relações com a sociedade. (VEIGA, MORAES, 2020, p. 3)

As reflexões das autoras são fundamentais para a constituição de abordagens metodológicas em pesquisas sobre feminicídios na região amazônica, ao indicarem pistas sobre o quanto a fragmentação cognitiva resultante das atividades jornalísticas requer esforços de investigação que levem em conta dinâmicas do poder e do saber derivadas das colonialidades. Em certo sentido, temos um convite para descolonizar as próprias metodologias de análise do jornalismo em suas interconexões com a sociedade.

Considerações Finais

Compreender as metodologias não como instrumentos, mas como uma ética, como propõe Olaf Kaltmeier (2020), nos guiou no percurso deste capítulo. Finda a trajetória, podemos acrescentar que o empreendimento metodológico constitui também um gesto político. No mínimo, quando se trata de análises das interconexões entre jornalismo, feminicídios e demais modalidades de violências físicas e simbólicas derivadas e sustentadas por relações de gênero, do compromisso com políticas que visem eliminar todas as hierarquias implicadas nas relações de gênero.

Uma vez que as relações de gênero são referendadas por instituições as mais diversas, dentre as quais o jornalismo, é necessário que o alcance metodológico se estenda ao desvendamento das engrenagens por trás dos processos de produção e circulação das narrativas jornalísticas sobre feminicídios na região amazônica. A primeira e importante pista está na descoberta de diversas pesquisadoras (CALDEIRA, 2007; RODAL, 2015; BELISÁRIO; REIS, 2019) de que o jornalismo é parte ativa da rede que violenta mulheres. Como buscamos evidenciar, essa violência pode se manifestar em diversas estratégias narrativas, dos processos de invisibilização pelo ocultamento das histórias de vida das mulheres vítimas de feminicídios à exposição imagética sensacionalista de corpos, passando pela negligência das condições em que tais crimes ocorrem na Amazônia.

Outro desafio metodológico fundamental, portanto, consiste em perceber como a região amazônica está presente - e de que modo - ou

ausente nas narrativas jornalísticas. Região de imensas riquezas culturais, naturais e humanas, a Amazônia tem sido, historicamente, palco de predações, de genocídios de povos originários, de destruições ambientais e de uma série de mazelas. Mas também o território de resistências, como aquelas levadas a cabo por mulheres, na defesa de si mesmas, das pessoas que lhes são próximas e das riquezas da região. No entanto, nossa própria experiência com *corpus* de narrativas jornalísticas sobre feminicídios em jornais amazônicos e relativamente a acontecimentos na região, revelou estratégias textuais que não problematizam as especificidades regionais que configurariam particularidades das relações de gênero.

A proposição de Olaf Kaltmeier de lidar com as metodologias como ética está inscrita no rol de princípios das metodologias horizontais, que têm o reconhecimento das alteridades, o respeito às diferenças e à multiplicidade humanas como compromisso basilar. No limite, e em que pesem as diferentes abordagens das metodologias horizontais (ver RUFER, CORNEJO (eds.), 2020), o maior compromisso metodológico está na construção conjunta do conhecimento, reconhecendo, por exemplo em práticas etnográficas, que “informantes” seriam também pessoas que escrevem juntas os resultados das pesquisas.

Pesquisas sobre os produtos e processos jornalísticos, exceto aquelas de inspiração etnográfica, não se inscreveriam, a princípio, como propícias à adoção de metodologias horizontais. No entanto, nos parece que o compromisso ético e político na formulação metodológica para análises de narrativas jornalísticas deve ser um imperativo a não negligenciar. Por meio de abordagens metodológicas dessa ordem de engajamento é possível desmistificar o suposto papel do jornalismo como atividade a serviço da pluralidade, da opinião pública, dos interesses coletivos e outras falácias repetidas à exaustão por proprietários e profissionais, mas também por pesquisadoras e pesquisadores, neste caso, repetindo fórmulas que orientam desenhos metodológicos e teorias que não dão conta das efetivas condições que orientam a atividade jornalística.

Referências

BELISÁRIO, Katia M.; REIS, Anna Carolina. A Cobertura Midiática dos Crimes de Violência Contra a Mulher: Preconceito e Silenciamentos. *Communication technologies et développement*, v. 1, p. 1-10-10, 2019.

CALDEIRA, Bárbara Lopes. *Entre assassinatos em série e uma série de assassinatos: o tecer da intriga nas construções narrativas de mulheres mortas e seus agressores nas páginas de dois impressos mineiros*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Feral de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

FARIA, Ivani Ferreira de. Metodologias participantes e conhecimento indígena na Amazônia: Propostas interculturais para a autonomia. In: SANTOS, Boaventura De Sousa ... [et al.]; coordinación general de Maria Paula Meneses; Karina Andrea Bidaseca. *Epistemologías del Sur - Epistemologías do Sul*. 1a. ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Coímbra: Centro de Estudos Sociais - CES, 2018.

KALTMEIER, Olaf. Horizontal en lo vertical. ¿O cómo descolonizar las metodologías en contextos de extrema desigualdad y de la crisis planetaria?. In: RUFER, Mario; CORNEJO, Inés. (Editores). *Horizontalidad: hacia una crítica de la metodología*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; México: Centro de Estudios Latinoamericanos Avanzados -CALAS, 2020.

LAGE, Leandro. Introdução: sobre imagens insurgentes e o páthos da sublevação. In: LAGE, Leandro (org.). *Imagens da resistência: dimensões estéticas e políticas*. Salvador: EDUFBA, 2021.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista de Estudos Feministas*. Vol. 22, no. 3, Florianópolis, 2014.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze, MALDONADO-TORRES, Nelson, GROSGOUEL, Ramón (orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

MIRANDA, C. M.. Reflexões conceituais sobre vulnerabilidade: violência simbólica e midiática a partir do enfoque de gênero. In: Cynthia Mara Miranda, Maíra Evangelista de Sousa, Carlos Alberto de Carvalho, Leandro Rodrigues Lage. (Org.). *Vulnerabilidades, narrativas, identidades*. 1ed. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020, v. 1, p. 131-154.

MIRANDA, Cynthia Mara, CARVALHO, Carlos Alberto de. De jornalistas como comunidade interpretativa aos jornalismo colonizados e colonizadores: coberturas de feminicídios em jornais amazônicos. *Anais. XXX Encontro Anual da Compós*, 2021. Disponível em: <https://proceedings.science/proceedings/100173/_papers/130106/download/fulltext_file1>. Acesso em: 13 mar. 2022.

MIRANDA, C. M.; CARVALHO, C. A.; SOARES, J. Indicialidades e conflitos nas narrativas visuais do feminicídio em jornais amazônicos. In: Jácome, Phellipy; Vidigal, Liana; Chagas, Edgar.. (Org.). *Narrativas midiáticas, experiências e pesquisas amazônicas*. 1a. Ed. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2021, v. 2, p. 21-40.

SCHIEBINGER, Londa. *O Feminismo Mudou a Ciência?* Bauru: Edusc, 2001.

SEGATO, Rita Laura. *Contra-pedagogías de la crueldad*. Buenos Aires: Prometeo, 2018.

SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

SEGATO, Rita Laura. *Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

SILVA, Fabiane Ferreira. Gênero e Ciência: tecendo relações. In: *Rev. Diversidade e Educação*, v.1, n.2, p. 24-27, jul./dez. 2013.

SILVA, Juremir Machado, MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade [entrevista]. *Revista Famecos*, v.15, p. 74-82, 2001. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3123/2395>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

RODAL, Asunción Bernardez. *Mujeres en Medio (s). Propuesta para analizar la comunicación masiva con Madrid*. Fundamentos, 2015.

WEBER, M. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, G. (org). *Weber: Sociologia*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1982. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

WEBER, MAX. A “Objetividade” do Conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, G. (Org.). *Sociologia: Max Weber*. São Paulo: Editora Ática, 2003. p. 86-126.

VEIGA, Márcia, MORAES, Fabiana. Onde está Ruanda no mapa? Decolonialidade, subjetividade e o racismo epistêmico do jornalismo. *Atas. XXIX Encontro Anual da Compós*. Brasília: Compós, 2020. Disponível em: <http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_WMG0DZEUNUYC3EX2J9GO_30_8639_26_02_2020_13_59_47.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.



Série Ambivalência [2020]
Fotografia: Amanda Leite
Performance: Renata Ferreira

CAPÍTULO 3

A pesquisa como deambulação: implicações epistêmicas e metodológicas

BRUNO SOUZA LEAL

POLIANA SALES

DANIEL MACÊDO

Em seus estudos sobre a ciência moderna europeia, Bruno Latour (1994, 1997) discorre sobre o que chama de “Constituição” desse modo de conhecimento. Segundo ele, a ciência moderna está assentada na afirmação do “laboratório” como o lugar central da produção do conhecimento. Para isso, dois movimentos complementares e contraditórios são necessários. Um deles é a fabricação, no ambiente artificial do espaço de pesquisa, de “híbridos” entre sociedade e natureza. Uma vez que a ciência moderna preconiza a separação da natureza, ela necessita reconstruir, sob suas condições, o que se vai estudar. Nessa fabricação, o “método” é parte vital, já que materializa e formaliza os procedimentos para essa construção dos “objetos de pesquisa”. A produção de “híbridos” é complementada por outro movimento, aparentemente na direção contrária, mas também assentado na separação entre sociedade e natureza. Essa outra ação é chamada por Latour de “purificação”, ou seja, trata-se de assegurar que o “objeto de pesquisa” seja suficientemente limpo de contaminações, contradições, imprecisões e incertezas. Novamente, o método é um processo fundamental, pois é responsável

por “limpar” o fenômeno pesquisado, adequando-o às necessidades de conhecimento. O método é, assim, o que torna viável as articulações entre os movimentos de hibridização e de purificação e também garante (ou deveria garantir) a pretensão à impessoalidade, à replicabilidade e à objetividade na produção do conhecimento científico.

Atualmente, diferentes perspectivas teóricas contrapõem-se às bases estabelecidas pela modernidade europeia para a ciência (o “melhor conhecimento válido”), entre elas a separação entre sujeito e objeto do conhecimento e os movimentos “laboratoriais”, de artificialização, hibridização e purificação da vida e do mundo. Nessa crítica, a crença de método científico também é revista. A ancoragem em um método altamente formal, constituído por protocolos e procedimentos impessoais, que são, em grande medida, indiferentes aos diferentes fenômenos e situações, é posta em xeque. A própria anterioridade do método em relação à pesquisa é repensada, pois não se trata mais de escolher, entre as disponíveis, qual a metodologia mais pertinente, ajustando-a se for caso. Em diferentes perspectivas teóricas, o entendimento de que a metodologia é algo que se escolhe “aplicar” é substituído pela adoção de uma “reflexão metodológica” constante, na qual as/os diferentes agentes da pesquisa estão implicadas/os. A investigação científica se transmuta então em um experimento reflexivo e que se atém aos princípios de rigor e consistência seja no âmbito teórico-conceitual, seja em seus procedimentos, seja na relação com fenômenos e situações *em* pesquisa.

A crítica aos postulados basilares da ciência moderna europeia (ou eurocentrada) ganha fôlego com a crise das “grandes narrativas” da ciência moderna eurocêntrica (LYOTARD, 1988) e com a emergência de outras/os agentes na produção de conhecimento a nível local e mundial. Mais recentemente, tem se materializado muito fortemente nos estudos de gênero, sexualidade e feminismos, nos chamados estudos decoloniais, em trabalhos afro-diaspóricos, em pensamentos originários da Ásia, da África e América do Sul, entre outros. Parte desses estudos constituem o que Boaventura de Sousa Santos (2019) chama de “epistemologias do Sul”, referindo-se aqui menos a um aspecto geográfico e mais à geopolítica em torno de quem pode e deve produzir conhecimento sobre o quê. Em sua diversidade, ao menos parte dessas ações teórico-investigativas

têm na experiência (de ser mulher, de ser LGBTQIA+, de ser colonizado, de ser negra/o, etc) um elemento importante na construção do conhecimento. Para o pensador português, “[c]omo gesto vivo, a experiência reúne como um todo tudo aquilo que a ciência [moderna, eurocêntrica] divide, seja o corpo e a alma, a razão e o sentimento, as ideias e as emoções” (2019, p.125).

A reentrada da experiência na produção do conhecimento, após seu aparente expurgo pela ciência moderna eurocêntrica, não só desorganiza dicotomias (como o par sujeito/objeto), como estabelece outros modos de interação entre a pesquisa e as/os agentes da investigação. Se antes o pesquisador era o condutor, o maestro hierárquico, o autor controlador do método e do objeto, agora o conhecimento passa a nascer de um diálogo entre quem investiga e os demais seres (humanos ou não) que habitam o planeta. Não por acaso, pesquisadores como o antropólogo inglês Tim Ingold (2018) definem seu pensamento como “ecológico”, um adjetivo possível de ser associado a outras/os, mais ou menos radicais, como é o caso de Donna Haraway (2016). Neste artigo, propomos uma breve aproximação, um pequeno percurso, por duas perspectivas teóricas que oferecem respostas possíveis a esse cenário de mudanças no fazer científico: aquelas desenvolvidas pelo próprio Ingold (2015, 2018) e pelo francês Jean-Luc Moriceau (2020). Esse movimento reflexivo tem como propulsor o conjunto de reflexões acumuladas e reunidas em Miranda, Sousa, Carvalho e Lage (2020) e em Jácome, Vidigal, Chagas e Porto (2022), e que se dedicam, a partir de diferentes miradas, a pensar narrativa, acontecimento e vulnerabilidade tendo como referência as experiências amazônicas. Diante do desafio de produção do conhecimento acerca de realidades tão vastas, diversas e peculiares como as da Amazônia, faz-se necessário, ao nosso olhar, construções metodológicas específicas e inovadoras e, nesse sentido, parece-nos que os trabalhos de Ingold e Moriceau podem fornecer pistas e reflexões valiosas.

A princípio, Ingold e Moriceau têm bem pouco em comum, a começar pelas suas línguas de pensamento, respectivamente inglês e francês. No entanto, sendo ambos homens europeus, brancos e heterossexuais, eles afirmam entendimentos sobre a produção de conhecimento que buscam deslocar as hierarquias constitutivas da ciência moderna europeia “de

dentro”, ou seja, do que esta tomou como o sujeito universal do conhecimento. Recusando a pesquisa como um ato vertical, de isolamento do que se vai conhecer a partir da vontade de saber (e de poder) de quem quer conhecer, Tim Ingold e Jean-Luc Moriceau vão além de considerar a não separação entre sujeito e objeto de pesquisa: reconhecem a vitalidade das coisas do mundo e definem o ato de pesquisar como uma espécie de arte do encontro. Ambos, a nosso ver, voltam-se contra ideários individualistas na medida em que entendem a produção do conhecimento como o intercâmbio e a afetação que se fazem a partir de experiências que nascem em diálogo com outros seres, coisas e lugares. Para nós, guardadas e respeitadas suas diferenças, Ingold e Moriceau compartilham a ideia da produção do conhecimento como um caminhar. O conhecer é entendido como um deambular horizontalizado entre coisas vivas, uma peregrinação marcada por deslocamentos e afetações, para o qual não há uma metodologia que dê segurança a quem investiga. Pesquisar é pôr-se em marcha, dispor-se ao encontro; é um estar em movimento, vivo e junto.

Ingold e a crítica ao conhecimento classificatório

Em alguns dos ensaios que compõem a coletânea *Estar Vivo* (2015), Tim Ingold reafirma em mais de um momento seu compromisso e identidade com aquela que seria sua disciplina, seu lugar de pensamento: a antropologia. Em suas reflexões, modos de conhecer de outras culturas, como os dos povos Inuui e os Koyuon, são apresentados e chamados à comparação com os processos e fundamentos da ciência moderna europeia. Seu diálogo se estende aos trabalhos de seus colegas antropólogos e também às obras de pensadoras/es da Europa, como os filósofos Gilles Deleuze e Felix Guattari, e a geógrafa Doreen Massey. Com esta última, Ingold (2015, p.211) afirma compartilhar o entendimento do mundo como “[...] um incessante movimento e devir, que nunca está completo, mas continuamente em construção, tecido a partir das inúmeras linhas vitais dos seus múltiplos componentes humanos e não humanos”. Esses habitantes do planeta, em sua diversidade, “[...] costuram seus caminhos através do emaranhado de relações nas quais estão enredados de maneira abrangente”.

Como se vê, essa imagem de um mundo em constante movimento e construção, ou seja, um mundo em processo, não isola a humanidade nem opera na oposição cultura/natureza. Quando define seu pensamento como “ecológico”, Ingold (2018) dá um nome possível ao seu entendimento de que habitamos mundo em meio e juntos a outros seres, lugares e coisas, cuja existência não pode ser reduzida à de “objetos”. Não apenas nós, seres humanos, interferimos no planeta, como os outros seres e coisas que também habitam este lugar nos afetam, interagem conosco. Nesse sentido, “pessoas, coisas e lugares”, diz Ingold (2015, p. 211), não podem ser apreendidos a partir de postulados da ciência moderna europeia, pois “[...] não tanto existem quanto acontecem, e são identificados não por algum atributo essencial fixo estabelecido previamente ou transmitido pronto do passado, mas pelos próprios caminhos (ou trajetórias, ou histórias) pelos quais anteriormente vieram e atualmente estão indo”.

Ingold é especialmente crítico em relação ao que ele chama de “pensamento classificatório” ocidental, também chamado por ele de “modelo genealógico”. Em síntese, ele observa que esse modo de conhecimento pressupõe que “os indivíduos são especificados em sua constituição genética e cultural essencial - como genótipo e tipo-cultura - de modo independente e anteriormente à sua vinda no mundo, através da outorga de atributos dos antepassados” (2015, p. 232). Há uma verticalidade, portanto, na circulação do conhecimento, que é transmitido de um momento a outro e “importado” para contextos específicos. Na leitura de Ingold, esse modo de conhecer é - só é possível ser - categórico, pois fixa indivíduos humanos e não humanos em culturas e genéticas particulares, que são constantes ao longo dos contextos. A operacionalização desse “modelo genealógico” passa pelo isolamento de fenômenos (situações, indivíduos, ações, etc), necessariamente discretos, uma vez que são parte de uma mesma identidade. Assim, diz Ingold (2015, p. 232), “[...] você primeiro tem que saber com o que está lidando; e para saber com o que você está lidando você tem que ser capaz de assimilar cada objeto que você encontrar à ideia de uma classe de objetos que compartilham as mesmas características”. Isso é dizer que cada “objeto” tem uma relação metonímica com seu grupo, sua classe, sua espécie, do

mais local ao mais geral. O enquadramento dos fenômenos em categorias fixa-os numa identidade, a despeito de suas potenciais diferenças, também elas classificadas e classificáveis.

Em contraposição a esse modo de conhecer, Ingold afirma o conhecimento narrativo, que na sua visão é horizontal, por não operar na classificação vertical de fenômenos, e longitudinal, uma vez que sua integração a contextos e a outros seres e coisas se dá pela articulação no tempo, ao longo de um curso de ações. A diferença entre esses dois modos de conhecimento - e especialmente a primazia do narrativo sobre o classificatório - é ilustrada pelo antropólogo britânico com o suposto caso de cientistas que investigam mudanças ambientais em um certo território. Seu procedimento protocolar é proceder, previamente, a um padrão para coleta de amostras de solo e água. Coletados a partir de uma série de locais fixos, as amostras viram dados, cada um deles classificado e identificado. Inseridos em bancos de dados, essas informações são correlacionadas a outras, sistematizadas, ampliando seu alcance e generalização. Já os habitantes dos locais de onde essas amostras saíram conhecem solo e água não pelas ações de isolamento e de classificação, mas por habitarem esse ambiente ao longo de um determinado tempo. E habitar, Ingold nos lembra, não é ficar parado num determinado espaço e sim mover-se por territórios que se tornam familiares, locais, exatamente por essa deambulação. Assim como pessoas e coisas habitam um ambiente, as/os cientistas que colheram as amostras também movem-se pelos seus locais familiares, como casa e laboratórios. Por mais que o conhecimento que produziram seja classificatório, seu trabalho envolve um movimentar-se, um habitar um local ao longo do tempo. Há, portanto, uma narrativa que precede e mesmo engloba a classificação.

Para Ingold, o “[...] conhecer não se encontra no estabelecimento de uma correspondência entre o mundo e sua representação, mas é imanente à vida e à consciência do conhecedor, conforme se desdobra no campo da prática estabelecido através de sua presença como ser no mundo” (2015, p. 235). Nessa perspectiva, “as coisas são as suas histórias” e sua identidade advém das trajetórias, de seus movimentos, em relações que se desdobram. Sendo narrativo, o conhecimento é então

aberto e se funde à vida: mais que transmitido, ele é incorporado. “O caminho da vida é um caminho a ser seguido”, lembra Ingold (2015, p. 239) ao propor que é em seu “movimento ao longo um modo de vida” que “as pessoas crescem em conhecimento”. Conhecer é, portanto, para Ingold, um “peregrinar”, em que:

[...] as coisas são exemplificadas no mundo como seus caminhos de movimento, não como objetos localizados no espaço. Elas *são* suas histórias. Aqui é o próprio movimento que conta, não os destinos que conecta. Na verdade, a peregrinação sempre ultrapassa seus destinos, uma vez que onde quer que você possa estar em qualquer determinado momento, você já está a caminho de outro lugar. (2015, p.239, grifos do original)

Para Ingold, pôr-se em movimento como gesto de pesquisa, tal como faz o peregrino, é conferir a possibilidade de encontro, de interação, de mudança, para além das noções e experiências do repertório prévio de quem investiga e reflete. “Peregrinar’ é adotado por Ingold (2015, p. 219) como alcunha para nomear os movimentos de perambulação em que experiências corporificadas não são contidas e definidas por espacialidades; quando relacionados, no entanto, produzem saberes e significações que modificam e constituem tanto o sujeito quanto o entorno. Não por menos, Ingold (2015, p. 220) identifica que “o peregrino está continuamente em movimento. Mais estritamente, ele é o seu movimento”. Os caminhos entrecruzados por quem peregrina produzem nós que, entrelaçados, constituem densidades passíveis de leitura. Ao enredar narratividades diante dos regimes de trânsitos, valorando as caminhadas e observando as malhas que surgem desse movimento, delinea-se um conhecer narrativo, em constante construção. Diferente das redes ou das lógicas lineares e classificatórias, o conhecimento “em malha” é uma compreensão do mundo que nos inclui tanto quanto aos outros. Na peregrinação pode haver planejamento, cuidado, antecipação; mas não há algo que preserve a/o caminhante da exposição ao mundo e aos seres que o habitam, não há método outro que não o próprio caminhar.

Jean-Luc Moriceau e a virada afetiva

“Não seguimos um método seguro, mas deixamos que o encontro nos guie (o que, em contrapartida, exige um esforço de reflexividade” (2020, p. 23), afirma Jean-Luc Moriceau, no começo do seu *Afetos na pesquisa acadêmica*. Nessa frase curta, o pesquisador francês marca uma série de posicionamentos importantes e necessários para compreensão da sua proposta em relação à produção do conhecimento. Ao afirmar a centralidade do encontro, Moriceau explicita seu vínculo com a chamada “virada afetiva”, que busca considerar os afetos como parte da pesquisa científica, e que tem como referência nomes como Kathleen Stewart, Hugo Letiche, Alphonso Lingis, Patrícia Clough, entre outras/os. Sem uma filiação disciplinar óbvia, as reflexões sobre os afetos têm, porém, matrizes identificáveis, como as obras de Lévinas, Merleau-Ponty, Gilles Deleuze e Felix Guattari. Nesse cenário, Moriceau se situa como um pesquisador de Comunicação, com um olhar voltado, com frequência, para as relações no interior das organizações.

Os afetos, Moriceau enfatiza, não devem ser entendidos como sinônimos de sentimento. Segundo ele, enquanto as emoções são identificáveis e definíveis, os afetos resistem ao enclausuramento conceitual. O afeto vem “de fora”, é algo que alcança o indivíduo e que o obriga a pensar, a mudar. “O poder de ser afetado é uma sensibilidade” que traz consigo uma contrapartida: “[o] poder de afetar é uma responsabilidade”, diz Moriceau. A atitude aberta e sensível da/o pesquisador/a ao incluir-se e sentir-se afetada/o abre possibilidades para a “[...] reflexão acerca de nosso lugar, do encontro que podemos produzir entre conhecimentos acadêmicos e saberes das ruas, dos gestos e fazeres cotidianos”, pondera Moriceau (2020, p. 35).

Os afetos implicam, portanto, a presença de quem pesquisa no mundo e sua relação com outras/os, numa mútua contaminação. Há, portanto, uma dimensão ética de fundo na “virada afetiva”, que envolve tanto o acolhimento, a hospitalidade, por parte de quem pesquisa, das/dos interlocutoras/es quanto uma responsabilidade quanto a essa relação e aos modos como o conhecimento é produzido. A oposição vertical (para usar um termo de Ingold) entre sujeito/objeto é substituída então por um diálogo horizontal entre sujeitos de conhecimento. Tal como concebida

por Moriceau, na sua leitura da “virada afetiva”, a produção do conhecimento é um movimentar-se reflexivo. Sob esse olhar, pesquisa é um fazer-se diante das contradições e dos diferentes modos de ser e estar no mundo. Ao trilhar o mundo, a/o pesquisador/a abandona o telescópio pelo qual tenta explicar o/a outra/o; entende, a cada passo, fazer parte do mundo complexo que busca entender e, nele, encontra explicações e permite nascer questões antes inexploradas. Como afirma Moriceau,

[...] pesquisas concebidas em processos investigativos tecidos e organizados pelas tramas dos afetos são potencialmente mais capazes de considerar e acolher a alteridade, os vulneráveis e os precários, desafiando princípios instituídos a priori e descortinando assimetrias e injustiças. (2020, p. 17),

A responsabilidade ética na produção do conhecimento se desdobra então em consequências políticas e epistêmicas: conhecer é implicar-se, é comprometer-se, inclusive com a condição de vida e com os modos de saber dos demais agentes da pesquisa. Assim, o encontro parece possibilitar um conhecimento vivo, em nada purificado, necessariamente contaminado, e em nada moldado por ideais de isenção e de neutralidade. Ele se mostra vital para a abertura a novos saberes e modos de conhecer. Mover-se ao encontro e mover-se a partir dele constituem então elementos constitutivos da pesquisa que se revela deambulação, cujas implicações, assentam-se, como se percebe, no reconhecimento dos modos de viver, das “coisas” (e não dos “objetos”, para usar a terminologia de Ingold) humanas e não-humanas.

Nesse sentido, Moriceau é particularmente precavido em relação ao “já sabido” da pesquisa científica. Esse “já sabido”, que previne quem pesquisa das incertezas do encontro, adquire, em Moriceau, três faces: a de uma teoria “autoritária” (termo nosso), a do método e a das representações já dadas. A teoria, alerta ele, não “..é apenas uma prerrogativa do pesquisador”, pois “...os atores encontrados e os leitores atuam ativamente para sua elaboração”. Assim, “[a] teoria é menos a confirmação do que a colocação em movimento, menos busca do geral do que atenção ao singular” (2020, p. 24). A pesquisa acadêmica é feita então com proximidade e presença: “[o] importante é tanto a presença

no campo quanto uma obra de escrita, onde a presença viva e mais contemporânea são colocadas em ressonância, em comunicação, com o passado e a memória, a cultura, os traumas, o imaginário” (2020,p. 24). O poder de afetação dos agentes encontrados na investigação fazem então que a pesquisa seja sempre transformadora, um processo no qual quem pesquisa será necessariamente abalada/o em suas certezas, em seu repertório, em suas crenças. Para quem pesquisa Comunicação, os afetos são um elemento incontornável, segundo Moriceau. Afinal, diz ele, “[...] nossa comunicação se realiza através dos afetos e sobre um fundo de afetos”. (2020, p. 23)

O encontro, elemento vital da afetação e da comunicação, advém do caminhar. Em pesquisa, cada pessoa abre-se (ou deveria fazê-lo) às possibilidades desplanejadas e inaugurais que pulsam nos caminhos: segue-se confrontando certezas com as afetações possíveis a cada encontro. Com isso, deixa-se vir dúvidas e anseios, planos e reviravoltas capazes de nos fornecer um arcabouço de materiais imprevisos antes de viver e tatear as combinações que nos afrontam. Em outras palavras,

a pesquisa começa menos com a teoria e o pesquisador e mais com encontro com o outro, com o mundo e com o evento, com o que está vindo – e assim se volta não para temas previamente identificados, mas para o que no encontro é percebido como estranho, sutil, incompreensível, surpreendente, favorecendo momentos de extrema intensidade e significância (MORICEAU, 2020, p. 17),

De modo coerente, a posição contra uma teoria “autoritária” em Moriceau tem como consequência a crítica às representações, entendidas como imagens, formulações, conteúdos já concebidos, reconhecíveis e não raro institucionalizadas. Assim concebidas, as representações se revelam a face mais cotidiana do “já sabido”, sendo refratárias à mudança, uma vez que “[...] não suscita afetos, não nos compromete”. Afinal, segundo Moriceau, “[a] representação vai usar as variáveis usuais, repetir a mesma história, e não via estar aberta ao estranho, ao estrangeiro” (2020, p.28). A representação, sob o olhar de Moriceau, só pode nos conduzir à confirmação da teoria vigente e posiciona quem pesquisa num lugar central, controlador e impositivo em relação ao mundo e ao conhecimento.

A teoria “autoritária” e as representações “pacificadoras” se articulam sem dúvida ao método, como modo de prevenção ao encontro. Para Moriceau, na pesquisa acadêmica tradicional, tudo é feito para evitar o encontro e a afetação. O papel do método é também esse, pois tem o objetivo de “[...] ler bem a teoria e garantir os requisitos presentes no modelo através do qual você vai ser avaliado”, de impedir portanto que se esteja aberto ao que vai acontecer. A força do método está, então, em garantir a manutenção das “instruções prescritivas e roteiros apontados como adequados”. Não há mudança possível nesse proceder, segundo o pesquisador francês. Para Moriceau (2020, p.27), no entanto, “[...] as pesquisas não se resumem a ler bem a teoria”, pois “[...] precisamos usar a teoria para criar pensamento” . Na direção contrária a essa visada, Moriceau (2020, p.27) afirma que “[o] o propósito e a abordagem do campo não são de se encaixar, ou ilustrar uma teoria, mas é destacar aqueles aspectos que privilegiam a reflexividade”. Para ele, a incorporação dos afetos na pesquisa acadêmica, então, reorganiza tanto “o tipo de contribuição oferecida para a teoria”, quanto o “modo de escrita e o próprio objeto da pesquisa”. Em última instância, a pesquisa vai inevitavelmente mudar quem pesquisa e seu estilo de vida.

Em caminhando

Em que pesem suas grandes diferenças, Ingold e Moriceau delinham imagens da produção de conhecimento que guardam significativas proximidades, como procuramos demonstrar. Em ambos, há afirmação da pesquisa empírica como modo de, reflexivamente, alimentar e renovar o pensamento teórico, avivar o mundo e materializar compromissos éticos e políticos. A pesquisa não se apresenta nem neutra, nem objetiva, o que não é dizer que ela seja feita sem critérios ou sem rigor. De certo modo, ambos pesquisadores desenharam relações horizontais e múltiplas entre as/os agentes do conhecimento, em meio às/aos quais está quem pesquisa academicamente. O pressuposto, sem dúvida, como explicita Ingold, é que há outros modos de conhecer, outros modos de saber viver, que não são inferiores ao da ciência. Esta última, aliás, acaba se revelando, na prática, um conhecimento tão narrativo quanto aqueles que ela toma como menos nobres.

A imagem da pesquisa como movimento, caminhada e peregrinação, portanto, se afasta radicalmente dos protocolos tradicionais ou usuais da ciência moderna eurocêntrica. Não apenas não há purificação possível: afirma-se, na direção oposta, que os saberes e procedimentos são e devem ser contaminados. Da mesma forma, não se deseja nenhum isolamento, uma vez que se considera que quem pesquisa está aberto ao mundo e distante da segurança e do conforto do seu laboratório. A hibridização é substituída então pela exposição e pela reflexividade: não mais o “objeto de pesquisa” como um dado da natureza reconstruído em condições artificiais e sim o aprendizado mútuo das/os agentes da investigação. Quem pesquisa passa a ter o compromisso ético e científico com a estranheza e a desfamiliarização, em se pôr em questão, como consequência do diálogo com as “coisas vivas”, com o deixar-se afetar pela/o outra/o.

A imagem da pesquisa como deambulação, se potente, oferece, no entanto, alguns riscos. Um primeiro deles seria da sua própria materialização, como se perguntássemos: “ok, entendo e concordo; mas, então, como fazemos?”. Uma vez que há uma recusa ao método tradicional, em sua impessoalidade, em sua verticalidade e seu distanciamento da vida, e também a rejeição de substituí-lo por outros procedimentos metodológicos reconhecidos, é possível que algum/a pesquisador/a se veja, então e apesar disso, na tentação ou imposição de adotar um protocolo já existente. Isso mesmo concordando com os princípios defendidos, a seu modo, por ambos pesquisadores. No entanto, é preciso considerar que nem Ingold e nem Moriceau abrem mão radicalmente de algum protocolo ou reflexão metodológica. A rejeição de uma certa concepção de método, nesse sentido, tem coloração bem distintas entre eles.

Em Ingold, a crítica aos preceitos da ciência moderna eurocêntrica é amparada e alimentada por pesquisas etnográficas, típicas dos fazeres da Antropologia. Ingold certamente não toma a etnografia como um “método” fechado e altamente formalizado. Seu assumido pertencimento à Antropologia não é feito de modo ingênuo, sem críticas ou desarmonias e as reflexões que apresenta sugerem antes revisões, princípios e parâmetros que alimentariam a relação, em campo, de quem

pesquisa. Do etnografia, Ingold parece reter, então, o expor-se ao mundo, o diálogo e o respeito a outros modos de vida, ao passo que entende que essa exposição é menos uma observação distanciada do que uma peregrinação em aberto, reflexiva e transformadora. Trata-se assim da afirmação de um diálogo em movimento, que não visa um conhecimento a ser transmitido, nem transportado de um lugar a outro, e uma construção contínua, coletiva e longitudinal do conhecimento.

O vínculo com o fazer etnográfico aparece, de modo não nomeado, também em Moriceau, especialmente quando este enfatiza “o campo” como lugar de ação investigativa. Ao delinear o conhecer em afetação, o pesquisador francês sugere não exatamente um protocolo, mas momentos da investigação, entre os quais o estar em campo é um deles. Para Moriceau, o contato com o campo, o primeiro momento da pesquisa, deve ser pensado não como uma coleta de dados e sim como um encontro inicial, constituído por abertura e acolhimento. O momento seguinte se daria em meio ao campo, quando se põe em questão a teoria e o conhecimento prévio, sendo esse então o passo seguinte ao ser afetada/o pelos encontros realizados. Já o terceiro momento seria o da escrita. Moriceau é particularmente interessado nessa etapa, pois considera que a pesquisa afetiva exige uma outra escritura, de caráter mais performativo, mais uma vez distante dos parâmetros acadêmicos usuais. A reflexividade, elemento fundamental da pesquisa com afetos, se dá nesses três momentos. A produção do texto acadêmico, nesse sentido, deve se mover o suficiente para fazer jus e incorporar em si mesma os deslocamentos e aprendizados promovidos pela investigação. Esses três momentos talvez se constituam, à revelia do que propõe Moriceau, uma espécie de mapa prévio da pesquisa afetiva, que visa, não sem perigos, dimensionar e possivelmente garantir a abertura a/ao outra/o.

Outro risco das perspectivas aqui revistas está na própria metáfora da pesquisa como um caminhar. David Le Breton, conhecido por suas reflexões sobre o corpo, publicou em 2012, em francês, e em 2014, em espanhol, seu “elogio aos caminhos e à lentidão”. Chamada *Caminhar*, a obra reúne um conjunto de ensaios que reflete sobre diferentes dimensões da caminhada a partir de referências diversas, como narrativas

literárias, documentos históricos e textos filosóficos. Le Breton (2014) acentua, em diversas partes de seu livro, o aspecto corpóreo e sensível da caminhada e a exposição do indivíduo ao ambiente, aos seres e coisas que compõem as paisagens por onde se anda. Em uma escrita delicada, que busca elaborar com precisão e sensibilidade aspectos importantes do caminhar, Le Breton faz transparecer uma característica que se torna controversa quando se tem a pesquisa como referência: a solidão. Em vários trechos, ele explicita o caminhar como algo solitário. Num deles, por exemplo, é dito que

A caminhada não se joga somente no espaço, o tempo é também mobilizado. Não se trata mais da duração do cotidiano ritmada pelas tarefas do dia e dos hábitos, se não um tempo que se estira, vagabundeia, se desprende do relógio. Progressão em um tempo interior, regresso à infância ou à momentos da existência propícios para um retorno a si mesmo, rememoração que com o percorrer da rota libera imagens de uma vida. A caminhada solicita uma suspensão feliz do tempo, uma disponibilidade para entregar-se a improvisações segundo os acontecimentos do percurso (2014, p.46, tradução nossa)

A imagem construída por Breton apresenta um/a caminhante que, no percorrer da estrada, ensimesma-se e passa a viver uma espécie de temporalidade mesclada, marcada pela memória e pelo afastamento do cronômetro social. O encontro, aqui, é consigo mesma/o e os imprevistos dizem respeito às peculiaridades e surpresas que a solidão e o voltar-se para dentro de si propiciam. A cena narrada nesse trecho nos parece bela e sem dúvida bastante pertinente em relação à experiência do caminhar. No entanto, quando tomamos a pesquisa acadêmica como referência, ela parece sugerir o oposto das ideias de diálogo, de estar junto e aberto às coisas vivas e às/aos outras/os. Se aplicada sem cuidado, a imagem do caminhar pode trazer de volta tanto o isolamento quanto a centralidade da/o pesquisador/a na produção do conhecimento, reintroduzindo verticalidade e distância onde se propõe comunicação e coabitação. Esse perigo nos parece mais eminente conforme a leitura que se faz da pesquisa afetiva, uma vez que a argumentação desenvolvida por Moriceau muitas vezes indica o pesquisador, no singular, como um agente do

encontro. Em Ingold, por sua vez, a própria figura do peregrino já sugere a solidão e o voltar-se a si mesmo, um objetivo frequente de quem se aventura por essas travessias a pé.

No entanto, a pesquisa científica não é nunca uma atividade praticada no singular, realizada por um “eu” solitário. Tanto Ingold quanto Moriceau nos parecem conscientes disso. Não se pode, portanto, tomar uma economia linguística e um artifício retórico como referências literais. O próprio exemplo usado por Ingold, dos cientistas estudando mudanças ambientais, num modo tradicional de pesquisa, já sugere um fazer coletivo. Nesse sentido, o peregrinar é tanto um habitar o ambiente, em interação com seres e coisas que ali também vivem, quanto um estar em diálogo, em parceria, com outras investigações. A peregrinação, em Ingold, está, a nosso ver, distante de qualquer solidão: é, ao contrário, um caminhar junto. Já a pesquisa afetiva, nos parece, não deve ser confundida com uma espécie de narrativa egóica, centrada na suposta subjetividade de quem pesquisa. Nesse caso, cair-se-ia na dicotomia objetividade/subjetividade que percorre toda a tradição científica moderna e eurocêntrica. Moriceau nos alerta precisamente na direção oposta: a pesquisa, como um encontro, não se deixa apreender por tal dicotomia. Quando quem pesquisa se permite afetar e deslocar pelo encontro; com isso, os limites e a singularidade do “eu” se rompem e se movem. Nesse sentido, uma escrita em primeira pessoa não visa alcançar ou expressar a interioridade um sujeito que pesquisa, mas expor, a partir de uma referência específica, relações em investigação e em mútua afetação. A pesquisa, sendo deambulação, nos coloca em movimento com outras/os, com companheiras/os de viagem, em encontros e encruzilhadas a caminho, “em caminhando-nos” a um futuro necessariamente imprevisível e potencialmente revelador.

Referências

HARAWAY, Donna. *Staying with the trouble: making kin in the Chthulucene*. Durham: Duke University Press, 2016.

INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Vozes, 2015.

INGOLD, Tim. *La vida de las líneas*. Santiago: Ed Universidad Alberto Hurtado, 2018.

JÁCOME, Phellipy; VIDIGAL, Liana; CHAGAS, Edgar; PORTO JR, Gilson (org). *Narrativas midiáticas, experiências e pesquisas amazônicas*. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2022.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. *A Vida de Laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1997.

LE BRETON, David. *Caminar: elogio de los caminos y de la lentitud*. Buenos Aires: Waldhunter Ediciones, 2014

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

MIRANDA, Cynthia; SOUSA, Máira E.; CARVALHO, Carlos A., LAGE, Leandro (org.). *Vulnerabilidades, narrativas e identidades*. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020

MORICEAU, Jean-Luc. *Afetos na pesquisa acadêmica*. Belo Horizonte: FAFICH/Selo PPGCom/UFMG, 2020.

SANTOS, Boaventura. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.



Série Ambivalência [2020]
Fotografia: Amanda Leite
Performance: Renata Ferreira

CAPÍTULO 4

Comunic/a/rte: contribuições da Pesquisa Baseada em Arte para as pesquisas em Comunicação

AMANDA MAURÍCIO PEREIRA LEITE

ANETTE MARIA RODRIGUES SILVA BENTO OLIVEIRA

*A ciência pode classificar e nomear os órgãos de um sabiá
mas não pode medir seus encantos.
A ciência não pode calcular quantos cavalos de força existem
nos encantos de um sabiá.
Quem acumula muita informação
perde o condão de adivinhar: divinare
Os sabiás divinam.*

Manoel de Barros (Livro sobre nada, 1996)

Buscamos ampliar o debate em torno de metodologias de pesquisa que possam conceber a *experiência* e a *criação* como elementos centrais do processo investigativo em Comunicação. O artigo se desdobra da pesquisa de mestrado intitulada: *Imagens fotojornalísticas da pandemia: a construção de imaginários, leituras e narrativas*¹ realizada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (PPGCOMS/UFT). Convidamos os leitores a

1. *Imagens fotojornalísticas da pandemia: a construção de imaginários, leituras e narrativas* está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Comunidade e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (UFT). A dissertação tem autoria de Anette M. R. S. B. Oliveira e orientação da professora Dr^a Amanda M. P. Leite além de integrar as dissertações desenvolvidas no Coletivo 50 Graus: Pesquisa e Prática Fotográfica (UFT) - @coletivo50graus. O recorte da pesquisa é uma série de doze fotografias intitulada *Morte a Domicílio: A explosão de mortes nas casas manauaras no ápice da epidemia de Covid-19 no Amazonas*, do fotojornalista Yan Boechat, vencedor do Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos de 2020 e utiliza como metodologia a Pesquisa Baseada em Arte. Série disponível em: <premiolvladimirherzog.org/durante-crise-da-covid-19-mais-de-30-dos-obitos-ocorrem-em-casa-em-manauas/>

conhecer e repensar os modos de construir pesquisa acadêmica a partir de procedimentos artísticos, subjetivos e poéticos. Um *devoir-pesquisa*.

O alicerce metodológico para discutir e analisar a potência simbólica das fotografias pandêmicas é a Pesquisa Baseada em Arte (PBA), também conhecida como Investigação Baseada em Arte (IBA). De abordagem qualitativa, “fornece respostas a questões que têm a ver com atitudes, sentimentos, sensações, percepções e construções sociais de sentidos” (DIAS, 2013, p. 16). Uma metodologia que procura atualizar outros “olhares” aos modos de se fazer pesquisa, desestabilizando o lugar comum do pensamento, ou mais precisamente, que anseia perspectivar, conhecer e tensionar outras possibilidades de compreensão de mundo.

Lançamo-nos num movimento inter/multi/transdisciplinar no desejo de mostrar a potencialidade da metodologia da Pesquisa Baseada em Arte para os estudos da Comunicação. Assim, num primeiro momento, contextualizamos os aspectos histórico-conceituais da PBA para, em seguida, dialogar sobre a arte enquanto potência para pesquisas em Comunicação, relacionando o debate às imagens de pandemia analisadas.

Vemos a Pesquisa Baseada em Arte não apenas como um caminho a ser seguido para se responder a um “problema de pesquisa”, mas uma forma de tornar prazeroso e enriquecedor o próprio processo de construção da investigação. Pensamos a metodologia como um jogo criativo, estético, carregado de subjetividades e de narrativas do *eu*, de experiências de vida (TOURINHO, 2019). Em um estudo baseado na PBA cada etapa do processo é igualmente importante ao resultado e as experimentações da escrita, da investigação, das análises se constituem como geradoras de conhecimento.

Entendemos que a metodologia não pode ser vista como uma parte fixa, utilizada para: “coletar, amostrar e verificar dados” sem nenhuma relação intrínseca com o/a pesquisador/a e seus atravessamentos. A metodologia se constrói justamente durante a investigação, o “método é caminho que se faz caminhando” (SILVA, 2012, p. 83). Neste sentido, concordamos que importa mais o que está sendo produzido/apreendido durante o processo de pesquisa do que propriamente o resultado de uma investigação. São as etapas que compõem o percurso, o processo,

que dão pistas de como podemos chegar aos resultados. Por sua vez, os resultados são sempre provisórios, parciais, uma vez que todo tema pode ser revisitado e tecer novamente sobre ele novas abordagens e análises.

A Pesquisa Baseada em Arte: concepções e vertentes

A Pesquisa Baseada em Arte (ou Investigação Baseada em Arte) surgiu no final do século XX a partir do desejo de poder produzir, aprofundar e legitimar novas formas de se fazer pesquisa, que pudessem utilizar linguagens artísticas e abordagens estéticas. Para a pesquisadora brasileira Maria Cristina Diederichsen (2018), o que se vislumbrava no início da PBA era tecer novos olhares, relações e potencialidades que até então estavam invisibilizadas em outras metodologias. Assim, surge como uma alternativa de pensar, sentir, ver e produzir o mundo, ou melhor, os mundos e toda a pluralidade de formas de conhecimento existentes.

Recorrer a procedimentos artísticos como maneira de criar, pensar, conhecer e acessar mundos não é algo novo e vem ao longo da história, como sabemos, acompanhando, permeando e produzindo a construção do conhecimento e da própria humanidade. A arte, no entanto, entendida como um “instrumento” de pesquisa acadêmica válido em diversos campos do saber, respeitado, aceito e apreciado, é algo ainda bastante recente e questão que vem sendo, desde as últimas décadas do século XX, debatida, refinada e fortalecida por muitos autores (DIEDERICHSEN, 2018, p. 24).

Elliot Eisner² é considerado o pesquisador que primeiro sistematizou a PBA. Em 2012, produziu em parceria com Tom Barone, o livro *Arts Based Research* (Pesquisa Baseada em Arte), destacando as singularidades da metodologia, trazendo aspectos e definições importantes para a arte dentro da pesquisa. A partir deste livro é possível compreender a

2. Sua contribuição para o ensino da arte e para a PBA é vasta, tendo ele participado e presidido importantes movimentos e organizações de arte-educação, como a InSEA (International Society for EducationThoughtArt) e a DBAE (Discipline-BasedArtEducation). Já na década de 1970, Eisner defendia o potencial investigativo da arte no meio acadêmico. Ele escreveu diversos livros e artigos, entre eles o artigo “O que pode a educação aprender das artes sobre a prática da educação” (2002), publicado no Brasil em 2008, na *Revista Currículo sem Fronteiras* (DIEDERICHSEN, 2019, p. 73)

PBA como um tipo de pesquisa de caráter qualitativo que traz elementos artísticos, visuais, performativos e/ou literários para dar conta dos processos de experimentação e de fruição do pesquisador, leitor, colaborador e todos aqueles que se colocam na relação com este método. Além de Eisner e Barone, também foram significativos para a construção dessa nova proposta investigativa, autores como: Lawrence-Lightfoot, J.H. Davis, Graeme Sullivan, Richard Siegesmond, o grupo de pesquisadores do *A/r/tografia*, Ricardo Marín Viadel, Fernando Hernández e Jan Jagodzinski. A partir daí tivemos as primeiras reflexões que conferiram legitimidade epistemológica à metodologia da Pesquisa Baseada em Arte dentro da academia, possibilitando o seu desenvolvimento em todo o mundo, em diferentes áreas.

No Brasil as produções que envolvem a PBA crescem de maneira significativa em saberes e desdobramentos de conhecimentos. A principal referência nacional é o livro *Pesquisa Educacional Baseada em Arte: A/r/tografia* (2013). Hoje, encontramos produções em nível de graduação e de pós-graduação que adotam o método como base de pesquisa. Na Comunicação, as teses e dissertações ainda são incipientes em relação a outras áreas, mesmo assim, há um movimento que aponta para novos caminhos metodológicos a serem percorridos dentro da área.

Desde sua concepção, a Pesquisa Baseada em Arte busca tensionar as formas hegemônicas de investigação, aquelas típicas do método científico positivista, proporcionando uma estética da existência/do pensar (FOUCAULT, 1995). O autor leva adiante a concepção nitzscheana de vida como obra de arte, refletindo sobre como em nossa sociedade relacionamos a arte com os objetos (um quadro pintado, um filme projetado, uma composição musical etc.) e não fazemos o mesmo com a vida e com os indivíduos. “Mas a vida de todo indivíduo não poderia ser uma obra de arte? Por que uma mesa ou uma casa são objetos de arte, mas nossas vidas não?” (FOUCAULT, 1995, p. 261).

A estética da existência seria justamente a possibilidade de desenvolver práticas em que a nossa vida seria vista também como arte, através de uma produção inventiva de nós mesmos. Essa prática conduz à criação de uma sabedoria sobre o viver, a partir da ética e das subjetividades. Somos seres artísticos, mas, em decorrência de inúmeros

contextos e conflitos educativos, fomos nos afastando desta concepção. Por outro lado, na PBA o estímulo é que nos aproximemos de um movimento de liberdade investigativa, que não nos aprisiona numa vertente específica de construção de pesquisa, mas, que nos dê condições de entender cada sujeito/pesquisador, a partir do seu microterritório, é um universo repleto de questões, de formas de pensar e propor a construção do pensamento. A estética de existência:

são práticas de nos constituirmos artífices de nossa conduta: o exercício político de criação de processos de subjetivação não assujeitados ou assujeitadores. Formas de pensar não dogmáticas, que, jogando com as liberdades possíveis, inventam novos sentidos. Formas de agir que, através de uma problematização constante do que somos, possibilitam que nos tornemos outros (DIEDERICHSEN, 2018, p. 29).

A partir dessa conceituação, Maria Cristina Diederichsen (2019, p. 81) destaca que a Pesquisa Baseada em Arte:

traz a possibilidade de fazermos da percepção poética e da atitude ética uma decisão de vida, uma estética da existência, dando voz àquilo que não cabia nos lugares da linguagem comum, abrindo fissuras no campo da pesquisa, da academia, da escola, propiciando espaço para mudanças.

Elliot Eisner (2006) entende o termo “pesquisa” como um grande guarda-chuva que compreende diversas formas do ser humano buscar ampliar o entendimento e as experiências sobre as coisas. Neste sentido, a pesquisa científica é uma dessas formas diante de diversas alternativas de *fazer pesquisa* e, conseqüentemente, entender o mundo. Então, a criação artística pode se tornar uma forma de ampliar o entendimento e as experiências humanas ao tomar a arte como meio de pesquisa.

É a partir deste ponto que devemos seguir: considerando a riqueza de formas de expressão produzidas por nós para dar conta de entender a nossa existência. Pensando assim, parece óbvio que quanto mais nos apropriarmos dessas possibilidades, mais opções teremos e maior será a nossa capacidade de gerar conhecimento diversos. A Pesquisa Baseada em Arte surge com este propósito, fazer da arte (e as suas formas de

linguagem) uma forma de exploração das experiências humanas como investigação.

Podemos, então, fazer uma relação entre a pesquisa e a obra de arte. De acordo com Eisner e Barone (2012) a PBA quando bem produzida se aproxima a uma obra artística. Ou seja, a produção desse tipo de pesquisa se preocupa também com a estética, ou melhor, pela estética se propõe diversas formas de pensar. A organização dos elementos que compõem a investigação, os dados e os resultados partem fundamentalmente de uma poeticidade, onde o pesquisador busca revelar sentidos e significados novos para questões que, de outro modo, passariam despercebidas. As características estéticas da investigação produzida a partir da Pesquisa Baseada em Arte permite ao leitor uma maior observação daquilo que está diante dos seus olhos, assim como quando se põe diante de uma obra de arte. Há espaço para a reflexão crítica ou para que aconteçam atravessamentos, encontros e partilhas entre o universo do pesquisador, do leitor e da obra/pesquisa.

Belidson Dias (2013) afirma que o ato de pesquisar a partir de metodologias artísticas, como a Pesquisa Baseada em Arte, é um ato criativo em *si* e *per si*, ou seja, engajar-se no processo investigativo é compreender que os sentidos não vão ser encontrados, mas, são construídos e que o ato de interpretação é também uma ação criativa. A criação é um elemento fundamental para a PBA.

Em relação ao processo criativo, Cecília Salles diz que “a criação é um ato comunicativo” (SALLES, 1998, p. 42). O “fazer” – produzir artisticamente - é um processo de construção de conhecimento.

O processo criativo pode ser observado sob a perspectiva da construção do conhecimento. A ação dos artistas leva à aquisição de uma grande diversidade de informações e à organização desses dados apreendidos. Está sendo, assim, estabelecido o elo entre pensamento e fazer: a reflexão que está contida na práxis artística (Evandro Carlos Jardim, 1993). O percurso criador deixa transparecer o conhecimento guiando o fazer, ações impregnadas de reflexões e de intenções de significado. A construção de significado envolve referência a uma tendência. A criação é, sob esse ponto de vista, conhecimento por meio da ação (SALLES, 1998, p. 122)

Apesar de ao longo da obra a autora não estar se referindo a produção de uma pesquisa acadêmica, mas sim a processos criativos de obras de arte, é importante destacar que não há possibilidade de criação sem um processo de construção de conhecimento e, mais ainda, que o conhecimento deriva da experiência. Note, o objetivo da Pesquisa Baseada em Arte não é produzir uma obra de arte, mas uma pesquisa que tenha a arte como condutora do processo. Para que esse processo possa existir ela emprega procedimentos usados justamente na produção de obras artísticas. Um *fazer artístico* para um *fazer pesquisa*.

Na *práxis* artística da pesquisa, algumas características são essenciais, como a utilização de uma linguagem que *sugere* e não *afirma* e, “por não se orientar por uma busca da verdade, oportuniza a necessária modéstia, necessária à abertura de outras perspectivas, que escapem ao controle e à reprodução de um pensamento unívoco e dominante” (DIEDERICHSEN, 2018, p. 88-89). Ao invés de buscar por “respostas finais” ou “resoluções de problemas” sobre um tema de pesquisa, incita uma reflexão libertadora do pensamento, onde a *experimentação* e o *subjetivo* propõe outras formas de pensar o tema e as etapas da própria investigação.

Para Fernando Hernández (2013, p. 26), o pesquisador “deve desenvolver paralelamente narrativas autônomas (textual e visual) que se complementam, entrecruzam e permitam que surjam espaços para criar novos significados e relações”. As práticas de linguagem trabalhadas na PBA são simultaneamente verbais e visuais, utilizam diversos gêneros textuais, assim como imagens (desenhos, pinturas, fotografias, ilustrações etc) que permitem criar relações e sentidos à novas experimentações na produção de conhecimento.

Diferentemente das metodologias tradicionais em que há uma necessária separação entre o *eu* pesquisador, o *eu* sujeito no mundo e o objeto pesquisado, fazendo existir uma aparente “neutralidade” que liga a pesquisa a números, dados materializados, verificáveis e objetivos, na Pesquisa Baseada em Arte a distinção entre o pesquisador e a “coisa” pesquisada é enfraquecida, ambos fazem parte do desenvolvimento da investigação. Dessa forma, aceita-se o vivido de ambos como parte importante no processo investigativo. A pesquisa só existe porque

alguém permitiu sua existência e alguém (ou algo) existe para ser investigado: o pesquisador e o pesquisado, respectivamente. Sem eles não há pesquisa e, portanto, não há como separá-los do ato criativo.

Veja, não temos a pretensão de negar a importância de outras metodologias utilizadas pelas Ciências Humanas, muito menos hierarquizá-las. Ao contrário, o objetivo é aliar os elementos da Arte como fontes geradoras de expressividade, experimentação e conhecimento multi/inter/transdisciplinar, proporcionando ver a pesquisa e os fenômenos que dirigem a nossa atenção a partir de outros pontos de vista (HERNANDÉZ, 2013). Há certa noção de que as metodologias que utilizam “modelos prontos” são mais seguras, pois, carregam um capital simbólico que a faz ser reconhecida pela comunidade, isto garante legitimidade; além disso, podem ser aplicáveis com mais rapidez já que muitas eliminam etapas de reflexão, testagem, etc. O que observamos é que essas metodologias acabam engessando as potencialidades subjetivas no processo investigativo. Não há espaço para que a trajetória do pesquisador e sua ligação direta com o tema apareçam. Diferentemente, a Pesquisa Baseada em Arte não declara ou define o estado das coisas determinando o que as coisas são, mas, apresenta a complexidade das relações humanas, da construção da realidade social e do próprio conhecimento, permitindo que o leitor produza suas próprias interpretações.

Apresentadas as linhas epistemológicas sobre a Pesquisa Baseada em Arte, interessa compreendê-la enquanto possibilidade de imanência ontológica, “que, ao produzir maneiras outras de se existir no mundo, inaugura potências de vida e de criação” (DIEDERICHSEN, 2018, p. 20). Para isso, exploramos a noção da arte na criação de uma pesquisa em Comunicação, integrando ao debate a pesquisa mencionada anteriormente: *Imagens fotojornalísticas da pandemia: a construção de imaginários, leituras e narrativas*.

Potência artística: pesquisa viva

O que está em discussão é a potência da arte ou sobre como através dela podemos escapar dos hábitos e dos modelos que estruturam nossa percepção de mundo. Deleuze e Guattari (1992) entendem a arte não a partir das emoções, mas, através do campo do sensível, como um bloco

de sensações compostas de *perceptos* e *afectos*. Essas duas palavras não podem ser confundidas com percepções e afeições, elas ultrapassam estas significações. *Perceptos* são um conjunto de sensações e percepções que vão além daquele que a sente e que independe do estado daqueles que a experimentam. *Afectos* – não existem sem os *perceptos* - não são mais os sentimentos, transbordam a força daqueles que são atravessados por ele (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 213).

Essas forças constroem a potência do bloco de sensações, tornando visível o sensível, o que antes não poderíamos ver. Os *afectos* nos fazem ser o que nunca fomos e, ao mesmo tempo, o que nunca seremos, pois, sempre estamos sendo. Sensações mudam, tudo sempre se transforma: sujeito e objeto.

As sensações, *perceptos* e *afectos*, são seres que valem por si mesmos e excedem qualquer vivido. Existem na ausência do homem, podemos dizer, porque o homem, tal como ele e fixado na pedra, sobre a tela ou ao longo das palavras, e ele próprio um composto de *perceptos* e de *afectos*. A obra de arte é um ser de sensação, e nada mais: ela existe em si. (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 213)

A arte é criadora de sensações e essas desencadeiam o devir podendo nos alcançar por meio da experiência. Uma obra pode nos fazer entrar em devir, nos convidando a deixar de sermos nós mesmos ainda que por alguns instantes. Devir é o “tornar-se”; é a mudança, impermanência, movimento. Para Deleuze e Guattari (1992) os devires são fenômenos de dupla captura, pois, quando alguma coisa ou alguém *se torna*, ou seja, se transforma, aquilo em que ele se transforma muda tanto quanto ele próprio.

Podemos pensar que a arte e a pesquisa podem caminhar juntas em um processo de devir-pesquisa, possibilitando “a criação de atuações desviantes e perturbadoras que resistam, problematizem, desestabilizem e desloquem a mentalidade normatizadora dos pressupostos culturais hegemônicos contemporâneos” (DIEDERICHSEN, 2018, p. 129).

Dessa possibilidade metodológica, o pesquisador utiliza a Pesquisa Baseada em Arte como um artista, um “mostrador de *afectos*, inventor de *afectos*, criador de *afectos*, em relação com os *perceptos* ou as visões que nos dá. Não é somente em sua obra que ele os cria, ele os dá para

nós e nos faz transformar-nos com eles, ele nos apanha no composto” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 227). Os caminhos da pesquisa se vivificam, a arte deixa de ser uma materialidade ou objeto, revelando-se como coisa transversal em potencial transformação. É o que podemos chamar de *pesquisa-viva*: cada etapa de construção da investigação se constitui como a própria investigação, o caminho não é dado antecipadamente e os sentidos, os nexos e as leituras são construídos pelo leitor, compondo juntamente com o pesquisador, o tema investigado.

Façamos um exercício: visualizar algumas fotografias da série investigada em nossa pesquisa para realizar algum tipo de análise a partir delas. assim, de modo livre mesmo!



Imagem 1: “Morte a Domicílio: A explosão de mortes nas casas manauaras no ápice da epidemia de Covid-19 no Amazonas”.

Fonte: premiolvladimirherzog.org

Neste exercício, tomamos a fotografia como um dado da realidade para pensá-la por outro prisma, seja associando as imagens à leituras realizadas no tempo em que a pesquisa é desenvolvida, ou a associações feitas por atravessamentos singulares do ponto de vista de quem lê

a imagem. Aqui, as fotografias se configuram como um entre-lugar na construção de conhecimento. E ao trabalhar com imagens fotográficas significa articular idas e vindas diante da imagem, inventando mundos, narrando histórias, fazendo novas articulações... É escolher e organizar fluxos imagéticos que se espalham no tempo, realidades múltiplas que se constroem, ficções que se tornam realidades. Fazemos pesquisa a partir de imagens da pandemia gerada pela Covid-19, buscamos possibilidades de promover outros espaços e ideias, extraindo oportunidades de ensinar, aprender, socializar, politizar, educar e criticar nos contrapondo a homogeneidades históricas, artísticas e educacionais (MARTINS, 2013, p. 85).

A *imagem 01* expande-se em conceitos. A factualidade fotojornalística é coadjuvante quando a grandeza da imagem está justamente no atributo simbólico. Olhamos a imagem e indagamos: por que foi capturada dessa forma? No fotojornalismo o leitor anseia ver aquilo que consegue identificar de modo rápido, claro e objetivo. Mas, o fotojornalismo das factualidades é também de ficcionalidades: o fotógrafo é, antes de tudo, um interlocutor de verossimilhanças³.

Além de um corpo frio deitado em um quarto escuro, o fotojornalismo torna visível e testemunhal a dimensão do impalpável: os sentimentos, os desejos, as pulsões humanas, mostrando que “[...] a imagem não é uma exclusividade do visível” (RANCIÈRE, 2012, p. 16). A dor da morte pela Covid-19 na série analisada, nos lança em uma condição tão próxima da vítima que é como se fossemos projetados para dentro da própria fotografia.

O desafio de realizar uma pesquisa artística está justamente em buscar outras possibilidades de olhar e representar esta experiência. “Por esse motivo, [a Pesquisa Baseada em Arte] não oferece explicações sólidas, nem predições ‘confiáveis’, mas espera outras maneiras de ver os fenômenos aos que dirigem o interesse do estudo” (HERNANDÉZ, 2013,

3. A construção do conceito de *verossimilhança* é antiga e vem desde Aristóteles. Na fotografia, podemos entender a verossimilhança como a capacidade da imagem de deixar rastros do real, se aproximando e assemelhando do real. Para Philippe Dubois (1994), a fotografia não é uma reprodução fidedigna, ela opera segundo a ideia de verossimilhança e tem o desejo de realidade. A imagem fotográfica elabora representações e, por isso, são ficções verossímeis que se unem à capacidade de construir relatos e percepções do mundo.

p. 45). Rompermos com a lógica linear de realizar uma leitura fotográfica comum, para nos aproximar dos atravessamentos, dos devires, das afetações e das intensidades da imagem do ponto de vista singular de quem as lê.

Ao dar evidência à personagens que morreram pela Covid-19 dentro das suas casas em Manaus (AM), o fotojornalista Yan Boechat nos aproxima de vidas, fazendo-nos perguntar inclusive se o desespero registrado nas imagens são os nossos, diante de uma doença viral que acomete a população mundial. Vemos o caos, narrativas sobre as mortes ao mesmo tempo em que torna-se visível (iconograficamente registrado) sentidos e atravessamentos que provocam nossas subjetividades e nos convidam a experimentar a escrita, a leitura, o pensamento de outros modos...

Quem a gente vê depois de ver estas fotografias?



IMAGEM 2: “Morte a Domicílio: A explosão de mortes nas casas manauaras no ápice da epidemia de Covid-19 no Amazonas”.

FONTE: premiovladimirherzog.org

A cama que acalenta e embala o sono agora serve como descanso para a morte. O sofrimento é nítido, perturbador. As mãos que vão à cabeça, também gostariam de ir ao céu como pedido de súplica. Como prolongar a vida? Seria a fotografia uma forma de eternizar a morte

através da própria morte que é a fotografia, já que toda fotografia é o retorno do morto (BARTHES, 1984)? Em pé, ela - que não sabemos qual o grau de relação com ele- busca uma luz no meio do caos, mas só encontra uma pequena lâmpada que ilumina e dá nitidez à fotografia e ao pequeno quarto. O espelho, que antes trazia o duplo deste ser, agora apenas reflete um pequeno guarda-roupa...

Na Pesquisa Baseada em Arte o teor artístico também pode estruturar a pesquisa. Agora, é importante saber que longe de um uso instrumental, a arte movimenta o processo de criação de pensamento, servindo não apenas como fonte de inspiração, mas, como referência para o pensamento conceitual. As abordagens artísticas e estéticas nos ajudam a acessar “o problema de pesquisa”. Neste sentido, Deleuze tensiona a arte e o pensamento por meio da criação, entendendo-a como uma intercessora:

A arte não apenas pensa e cria por si mesma, mas produz e oferece para as outras áreas aquilo que Deleuze nomeia como *intercessores*: elementos que são fundamentais para o pensamento uma vez que “a criação começa pela fabricação de intercessores. Sem eles não há obra. Podem ser pessoas – para um filósofo, artista ou cientista; para um cientista, filósofos ou artistas – mas também coisas, plantas, animais [...]” (DELEUZE, 2010, p. 156 *apud* REZINO, 2017, p. 13)

Os intercessores são quaisquer encontros, partilhas, deslocamentos e alianças que fazem com que o pensamento saia de sua imobilidade natural, do seu estado de inércia, impulsionando o pensamento a criar. Somente por meio deles é possível existir a criação. Poderíamos afirmar que em nossa pesquisa é a arte, através da Pesquisa Baseada em Arte, que nos serve como intercessora para que a comunicação aconteça ou ainda, para que a experiência e a análise das imagens pandêmicas produzam algum conhecimento.

A experimentação com a escrita (tal como fizemos na imagem 02) é uma das grandes características apontadas por Barone e Eisner (2012) na Pesquisa Baseada em Arte. Com a utilização de elementos estéticos e artísticos, a pesquisa utiliza não apenas elementos linguísticos, mas composições como representação das experiências. A vinculação de

textos (poéticos, literários e/ou ficcionais) permite aos leitores “formular questões relevantes e se olhar neles à maneira de um espelho que lhe interrogam” (HERNANDÉZ, 2013, p. 45). A combinação de modalidades narrativas na pesquisa e diferentes formatos de escrita favorece que o leitor reflita sobre suas próprias experiências e talvez se coloque “dentro” da pesquisa.

Investigar e construir narrativas múltiplas sobre as fotografias jornalísticas da pandemia revelam um processo empático, onde um detalhe, um relato, um contexto visual mostra que a pesquisa de uma pessoa pode ressoar na vida de muitas outras através de uma experiência vivida e sentida. A PBA demanda do leitor uma atenção sensorial, intelectual e emocional, tem grande probabilidade de gerar impacto – seja ele positivo ou negativo – no leitor, no pesquisador e, quiçá, na comunidade (HERNANDÉZ, 2013).

Para Barone e Eisner (2012) a Pesquisa Baseada em Arte se aproxima das metodologias da Pesquisa Participante⁴ e da Pesquisa Ação⁵ na medida em que possui um caráter intervencionista⁶, onde pesquisador pesquisa sobre algo, mas, ao mesmo tempo, se coloca dentro do processo investigativo, possibilitando uma autotransformação.

4. A pesquisa participante é definida por Brandão (1999, p. 43) como sendo “a metodologia que procura incentivar o desenvolvimento autônomo (autoconfiante) a partir das bases e uma relativa independência do exterior”.

5. A pesquisa-ação é [...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos do modo operativo ou participativo (THIOLLENT, 2005, p. 14).

6. Para Gil (2008, p. 31) “tanto a pesquisa-ação quanto a pesquisa participante se caracterizam pelo envolvimento dos pesquisadores e dos pesquisados no processo de pesquisa. Neste sentido distanciam-se dos princípios da pesquisa *científica acadêmica*. A objetividade da pesquisa empírica clássica não é observada”. Esse caráter intervencionista no processo investigativo é o que Barone e Eisner (2012) destacam como similaridade à Pesquisa Baseada em Arte.



IMAGEM 3: “Morte a Domicílio: A explosão de mortes nas casas manauaras no ápice da epidemia de Covid-19 no Amazonas”.

FONTE: premiovladimirherzog.org

As imagens que nos servem de análise são construídas, são instáveis e versáteis possibilitando à Pesquisa Baseada em Arte um potente meio de experimentação imagética. “É necessário ir além do ver para convocar visualidades outras, para lidar com o visível e o dizível sem nos aprisionarmos a moldes, sem nos limitarmos a evidências. Todo método é político e ideológico” (MARTINS, 2013, p. 95). É possível, pois, desvelar aquilo que não se fala: tornar visível o invisível nas imagens. Essa construção acontece quando pensamos metodologicamente através de sentidos, percepções e ideias, abandonando fórmulas estanques de propor pesquisas, neste caso, na área de Comunicação.

Na *imagem 03* poderíamos criar inúmeras narrativas sobre a morte sem necessariamente associarmos à pandemia pela Covid-19, por exemplo. Sem a legenda, facilmente seremos conduzidos a outras histórias com e a partir dessa imagem, em um tempo/espaço outro que não o de uma pandemia na cidade de Manaus (AM). O leitor dessas fotografias pode dar a ela múltiplos significados, novos enredos e conexões a partir das vivências individuais. Por vezes, essas interpretações estão

visíveis na própria imagem; outras escapam a ela, vão além das molduras para dar vazão ao invisível.

Como dissemos, ao analisar essas imagens a Pesquisa Baseada em Arte não pretende oferecer respostas conclusivas que fundamentam a vida, mas propor diálogos ampliando a reflexão sobre as práticas, a política, as subjetividades, os contextos e as narrativas analisadas, revelando o que é dado como natural a partir das interpretações. A problematização das premissas institucionalizadas revela o papel político e ético da PBA (BARONE; EISNER, 2012) e propicia significância social à pesquisa.

Podemos observar que a criação artística pode ser um forte instrumento crítico para pensar o mundo em que vivemos e transformar as diversas dinâmicas existentes nele, abrindo fissuras no fechado campo do senso comum.

Uma PBA pode entretecer uma busca de justiça social, transgredindo discursos, hábitos e práticas que foram naturalizados pelo senso comum e pelos “sistemas de crença da cultura dominante. Estes sistemas são sustentados através de imagens e linguagens que são alojados na consciência do público e aceitos, desta forma, como fundamentalmente verdadeiros e raramente sendo questionados ou desafiados”. (DIEDERICHSEN, 2018, p. 105)

Nas imagens fotográficas analisadas, a observação revela a angústia diante deste tempo, da finitude do ser em uma tentativa de amenizar o sentido trágico da existência humana: a morte. Essas imagens-experiências nos movem a partir da inevitabilidade da morte, ainda mais quando elas evidenciam que a Covid-19 dentro das casas manauaras não se trata de uma questão meramente biológica provocada por um vírus letal, mas, que a própria vida é determinada por uma ordem de poder⁷,

7. Na pesquisa analisada neste capítulo a ordem do poder parte do conceito de necropolítica, cunhado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2018) que, ao analisar o exercício de poder do Estado contemporâneo, percebeu uma dinâmica política em que ações e omissões do Estado geram condições práticas para delegar quem pode permanecer vivo ou deve morrer. Agora, o Estado não somente lida com o controle e manejo da vida, mas operam em um mecanismo que gere a morte, ou mesmo se torna indiferente a ela e a sua antecipação ou adiamento, como é o caso da crise sanitária que ainda enfrentamos em 2022.

onde é possível definir e distinguir aqueles que possuem mais chances de sobreviver daqueles que certamente sucumbirão à doença.

Essa problematização construída ao longo de nossa pesquisa transgride discursos do senso comum que banaliza a morte pela Covid-19 e que acredita que ela acomete a todos indistintamente, sem nenhuma relação com aspectos políticos, sociais, históricos e econômicos. Entendemos que “as narrativas também podem ser formas de vulnerabilização e de tentativa de aniquilação, na medida em que se advoga por uma história linear e única [...], separando vidas dignas de serem vividas e relatadas, daquelas que seriam desprezadas” (JÁCOME, 2020, p. 102). Quando propomos outras leituras das fotografias, criamos margens para que o leitor produza novas formulações, pensamentos e até atitudes diante do tema, possibilitando uma discussão sobre as narrativas construídas a partir da vulnerabilidade desses corpos.

Cabe lembrar que a imagem para a Pesquisa Baseada em Arte possui uma relação diferente já vista em outras metodologias, está para além de um complemento da pesquisa ou um uso instrumentalizado de análise e de verificação - de característica utilitária ou ilustrativa. Para Martins (2013, p. 85) “as imagens não estão apenas na mente ou no cérebro, estão na experiência dos corpos que vão e vem, que deslizam envolvidos pelo movimento contínuo do tempo”. Tomamos as imagens como lugar fluído em diálogo com outras áreas, com outras metodologias e até com outras maneiras de passar a conhecer.

Composição, observação, apreensão e articulação do tema investigado criam uma condição dinâmica de reexistência da/na imagem capaz de afetar as práticas metodológicas e vivificar a pesquisa. Assim, a Pesquisa Baseada em Arte privilegia movimentos híbridos entre o texto escrito e a imagem visual para desenvolver saberes distintos.

Com a fotografia, não ficamos estáticos na pesquisa, estabelecemos múltiplos trajetos. Nossas experiências recortam a imagem, fazem pulsar o que move e talvez desaparecer o que não move dentro de nós. Para Roland Barthes (1984), ao olhar algumas imagens, somos atingidos pelo *punctum*, um deslocamento que nos atravessa e nos leva como uma forte onda, sem destino certo. O *punctum* vai além das técnicas de fotografia, é o detalhe.

O detalhe que me interessa não é, ou pelo menos não é rigorosamente, intencional, e provavelmente não é preciso que o seja; ele se encontra no campo da coisa fotografada como um suplemento ao mesmo tempo inevitável e gracioso [...] um detalhe conquista toda minha leitura; trata-se de uma mutação viva de meu interesse, de uma fulguração. Pela marca de uma coisa, a foto não é mais qualquer. Essa alguma coisa deu um estalo, provocou em mim um pequeno abalo, um *satori*, a passagem de um vazio [...] (BARTHES, 1984, p.76-77).

As fotografias se tornam pensativas ou pedem que as olhemos assim. Barthes (1984) observa o *punctum* refletindo sobre a necessidade de nos distanciarmos da imagem para que possamos ser atingidos por ela. Erguer a cabeça ou fechar os olhos é a orientação do autor. É preciso silenciar para ouvir o detalhe. Sabemos que a morte existe em algumas fotografias; não a encontramos pela busca, mas pela (in)consciência afetiva de cada ser que se deixa ser atravessado. Para o autor “o *punctum* de uma foto é esse acaso que, nela, me punge (mas também me mortifica, me fere)” (BARTHES, 1984, p.46).

Barthes nos coloca diante de uma problemática que é pensar as imagens dentro da pesquisa a partir do que é sentido e não apenas visto. A questão é: como extrapolar isso para a escrita para que o leitor possa compreender a subjetividade, os pensamentos e os devaneios do pesquisador? Certamente essa é uma das contribuições da perspectiva metodológica da Pesquisa Baseada em Arte, que produz um contramovimento na escrita acadêmica para encorajar a inovação e a diversidade de pensamento, cultivando uma nova forma estética estrutural do pensar, que valoriza (e respeita) a consciência sensorial, a acuidade perceptiva, a novidade e as incertezas (IRWIN, 2013).

(In)conclusões...

Sabemos que toda metodologia precisa de um tempo para ser avaliada e consolidar-se. Quando comparamos a outras metodologias, percebemos que ainda são poucas as instituições de ensino superior no Brasil que têm produzido pesquisas a partir da PBA, mas as reflexões epistemológicas têm crescido em diversas áreas de conhecimento. É importante lembrar que a própria Comunicação é um campo relativa-

mente novo (WALLERSTEIN, *et al.*, 1996) se comparado a outras áreas e tem em sua natureza a interdisciplinaridade nos estudos teóricos, no desenvolvimento de metodologias de pesquisa e nas práticas comunicativas em si.

Assim, é relevante – e legítimo - desenvolver procedimentos investigativos na Comunicação a partir da amplitude do pensamento e da transversalidade produzida entre diversas áreas de conhecimento. É preciso, entender que o pensamento novo requer novos meios, de forma audaciosa e até perigosa. Pensar diferente requer coragem, sabemos disso, e no âmbito das pesquisas acadêmicas correr riscos é parte do processo. Há experimentos que dão certo e outros que não. O que fazemos com aquilo que nos escapa? Não teremos tempo de explorar esta questão, embora seja super potente do ponto de vista da PBA. Nosso desejo é que você pesquisador não se contente com o que já está posto, mas se lance em movimentos de pesquisa que provoquem, que desloquem índices, sentidos, significações, estruturas, etc, etc, etc.

Os campos de conhecimento funcionam como espaços fluídos e dinâmicos, por isso, podemos desenvolver, atualizar, revisitar e enriquecer os conceitos, as ideias, teorias e perspectivas da/na Comunicação. A PBA nos permite entender que as pesquisas podem criar interfaces multi-inter-transdisciplinares com a área da Comunicação de modo que o texto dê conta das experiências humanas, a partir de perguntas genuínas que movam o processo investigativo.

O objetivo da PBA não é tomar o lugar dos métodos tradicionais de pesquisa, mas sim, diversificar a coleção de métodos que os pesquisadores podem utilizar para abordar os problemas que lhes interessam. Eisner e Barone visam, com o fortalecimento das práticas de PBA, a contribuir para a pluralidade de paradigmas para se realizar uma pesquisa. Métodos genuinamente efetivos em PBA são reconhecidos pelas perguntas que engendram, ou seja, não por fornecerem uma resposta ou uma solução correta para o problema, mas por criar questões que estimulem novas formulações e novas atitudes. (DIEDERICHSEN, 2018, p. 103)

Se a pesquisa é uma forma de problematizar uma curiosidade, anseio e dúvida pessoal a partir de temas cotidianos, é valioso pensar que

algumas dessas inquietações não conseguem ser “respondidas” através de métodos já existentes e consolidados na Comunicação e, por isso, precisam se alicerçar em outras perspectivas metodológicas.

A contribuição dos processos estéticos e artísticos para a própria formação dos comunicadores, pesquisadores e educadores é outra questão a se pensar. A arte pode ser um importante instrumento multiplicador de possibilidades de linguagem e de estranhamento às coisas do mundo. Acreditamos que uma das condições necessárias para o uso da Pesquisa Baseada em Arte seja justamente o *estranhamento*, já que este ato se torna um instrumento parte do processo criativo, alertando para a oposição entre a natureza fragmentária do conhecimento e sua tendência intrínseca em direção à completude (DEBALL, 2009).

Estranhar significa ser curioso, encontrar aberturas que deem sustentação às pesquisas, deslocando-as para perspectivas menos conhecidas. Estranhar é também liberar modos fixos e determinados de apreender e de sentir a vida, tornando conscientes do modo como criamos narrativas, discursos e a própria pesquisa acadêmica, que pode ser atravessada por questões de vida do próprio pesquisador, suas dúvidas, conflitos e tensões sobre o tema que investiga. Questões que podem inclusive articular o momento de vida do pesquisador às dinâmicas de contexto, cultura e lugar que ocupa enquanto produz a pesquisa.

A partir da Pesquisa Baseada em Arte é possível envolver o leitor dentro de um contexto – como a morte pandêmica dentro de casas manauaras – de modo que ele possa ser atravessado e, por meio de elementos artísticos-estéticos-afetivos, possa questionar a situação refletindo sobre as mortes e a aparente morte biológica de homens e mulheres, local de privilégios (ou não), por exemplo.

Investigar, pesquisar e analisar imagens fotográficas pode ser não falar delas, mas *a partir* delas, *com* elas, estabelecendo outros nexos, pontes e interpretações. A partir da Pesquisa Baseada em Arte não buscamos que as imagens falem por si, mas, sirvam ao pesquisador e ao leitor como lugar de interpretação, um (re)pensar sentidos, sentimentos, etc.

Nossas breves (in)conclusões sobre as potencialidades da metodologia da Pesquisa Baseada em Arte mostram modos de fazer pesquisa hoje que podem ser ressignificados, reinventados. A PBA é uma meto-

dologia que acolhe os aspectos afetivos, estéticos, artísticos e experimentais, potencializando inclusive pesquisas em Comunicação.

De alguma forma, quando começamos a ver os processos artísticos sendo construídos dentro das pesquisas sentimos que necessitamos deles: é a força da arte de atrair nossos sentidos, emoções e intelecto. “A razão pela qual necessitamos de arte e a criamos tem a ver com a capacidade de nos fazer sentir vivos e de descobrir o que não sabíamos que sabemos, ou o que vemos e não tínhamos dado conta antes [...]” (HERNANDÉZ, 2013, p.54).

Na PBA a arte não é o objeto de pesquisa (também pode ser), mas, o método, uma parte que estrutura o processo. Não é somente o ponto de partida para encontrar respostas, muito menos o ponto de chegada para responder às perguntas. Ela é, ao mesmo tempo, começo-meio-fim, entre-começos, entre-meios, entre-fins, zonas de escape, linhas de fuga.... A Arte para a Comunicação é tão vital quanto a Comunicação para a Arte.

Referências

BARONE, Tom; EISNER, Elliot. *Arts Based Research*. Los Angeles: SAGE Publications, 2012.

BARTHES, Roland. *A Câmara Clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Pesquisa participante*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CORREIA, Jorge Salgado In: *1st Conference on Arts- Based and Artistic Research: Critical reflections on the intersection of art and research*. Barcelona: University of Barcelona, 2013.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a Filosofia?* Tradução: Bento Prado Jr e Alberto Alonso Munoz. São Paulo, SP: Editora 34, 1992.

DIAS, Belidson. *A/r/tografia como metodologia e pedagogia em artes: uma introdução*. In: DIAS, B.; IRWIN, R. L. (Orgs.). *Pesquisa educacional baseada em arte: a/r/tografia*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013. p. 21-26.

DIEDERICHSEN, Maria Cristina Ratto. *Pesquisar com a arte: devir-pesquisa devir-arte*/ Maria Cristina Ratto Diederichsen; orientadora Gilka Elvira Ponzi Girardello . Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação Florianópolis, SC, 2018. 321 p.

DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. São Paulo: Papiрус, 1994.

EISNER, Elliot. Does arts-based research have a future? Inaugural lecture for the first European conference on arts-based research. In: *Studies in Art Education*, v. 48, n. 1, p. 9-18, 2006.

FOUCAULT, Michel. Sobre a Genealogia da ética: uma revisão do trabalho. In DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

HERNANDÉZ, Fernando Hernández. A investigação baseada em arte: propostas para repensar a pesquisa em educação. In: DIAS, B.; IRWIN, R. L. (Orgs.). *Pesquisa educacional baseada em arte: a/r/tografia*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013. p. 39-62.

IRWIN, Rita L. Visões e Entrevistões: por uma estética de desdobramentos do currículo. In: DIAS, B.; IRWIN, R. L. (Orgs.). *Pesquisa educacional baseada em arte: a/r/tografia*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013. p. 183-195

JÁCOME, Phellipy. Narrativas, direito ao tempo e vulnerabilidades In: MIRANDA, Cynthia Mara, et al. (Orgs.) *Vulnerabilidades, narrativas, identidades* [recurso eletrônico]. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020. p. 91-108

MARTINS, Raimundo. Metodologias visuais: com imagens e sobre imagens. In: DIAS, B.; IRWIN, R. L. (Orgs.). *Pesquisa educacional baseada em arte: a/r/tografia*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013. p. 83-95

RANCIÈRE, Jacques. *O destino das imagens*. Organização Tadeu Capistrano. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

REZINO, Larissa Farias. *Gilles Deleuze e a intercessão da arte na criação do pensamento da diferença*. 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado em Estética e Filosofia da Arte) - Instituto de Filosofia, Artes e Cultura, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2017

SILVA, Juremir Machado. *As Tecnologias do imaginário*. 3. ed. Porto Alegre, Sulina, 2012.

SALLES, Cecília Almeida. *Gesto inacabado: processo de criação artística*. São Paulo : FAPESP : Annablume, 1998.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TOURINHO, Irene. Metodologia (s) de pesquisa em Arte/Educação: o que está (como vejo) em jogo? In: DIAS, B.; IRWIN, R. L. (Orgs.). *Pesquisa educacional baseada em arte: a/r/tografia*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013. p. 63-70.

WALLERSTEIN, Immanuel; PRIGOGINE, Ilya; LECOURT, Dominique, et al. A construção histórica das ciências sociais, do século XVIII até 1945; Os grandes debates no interior das ciências sociais, de 1945 até o presente. In: I. Wallerstein, et al. *Para abrir as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1996.



Série Ambivalência [2020]
Fotografia: Amanda Leite
Performance: Renata Ferreira

CAPÍTULO 5

Caminhos para a compreensão da autorrepresentação de indígenas e criação de narrativas de acontecimentos, vulnerabilidades e resistências

THIAGO ALMEIDA BARROS

EDGAR MONTEIRO CHAGAS JUNIOR

Grupos étnicos, a exemplo de comunidades indígenas amazônicas, investem em alternativas para reduzir a desigualdade política e garantir a participação de seus representantes em espaços de discussões influentes, em busca de políticas efetivas relacionadas a suas demandas. Na atualidade, indivíduos inseridos nessas coletividades utilizam as redes sociais para contar histórias de vida, demonstrar interesses e ideologias, evidenciando relações fluidas, que vão além da unicidade exigida pela representação política eleitoral, por exemplo (BARROS; CHAGAS JUNIOR, 2021).

Práticas de representação diferenciadas dão visibilidade a posições injustamente excluídas e apontam para a linha do “interesse” (YOUNG, 2006): aquilo que afeta ou é importante para os horizontes de vida de determinados indivíduos. Agentes individuais compreendem eventos sociais e suas consequências de formas diferentes, dependendo das posições sociais estruturais nas quais se encontram. Ou seja: posições provocam experiências particulares, pontos de vistas distintos sobre os processos sociais, que podem ser revelados em diferentes narrativas (MOTTA, 2013).

Essas características são observadas em relação a agentes ativos dentro do movimento indígena contemporâneo no Brasil e no Mundo em um momento de luta por reconhecimento de diversidade cultural e organização política, com o surgimento de “lideranças carismáticas”, mais voltadas à globalização das questões indígenas e ambientais (BANIWA, 2012).

Diferente da atuação de “lideranças tradicionais”, inclinadas às relações desenvolvidas nas aldeias e povos, os novos líderes, beneficiados por iniciativas de educação e saúde em terras indígenas, agregam à questão a importância das diversas etnias como guardiãs de biodiversidade e conhecimento tradicional. A geração de novas lideranças, fortemente influenciada pela ampliação do acesso a novas tecnologias da informação e aceleração dos impactos da globalização a partir dos anos 2000, entra em um novo patamar de atuação, pautado pelas possibilidades oferecidas pela internet, redes sociais, *smartphones* e utilização de narrativas nativas dessas tecnologias, criando novas formas de expressão sobre suas demandas coletivas, mas, sobretudo, individuais e de suas subjetividades. Nesta abordagem, procuramos elaborar um perfil específico de indivíduos e suas atuações para lidar com o problema da pluralidade de atores e comunidades indígenas (STAVENHAGEN, 2007).

Assim, nos concentramos em “lideranças carismáticas” que atuam localmente, mas, também, que detêm maior instrumental para lidar com sistêmicas de organizações com diferentes racionalidades de negociações políticas: jovens ativistas indígenas, inseridos em ambientes externos às comunidades e até internacionais, que calibram habilidades e ocupam gradualmente a posição das autoridades tradicionais. Nos interessa compreender a presença de indígenas brasileiros em espaços contemporâneos de comunicação digital influenciados pela globalização, especialmente redes sociais digitais, e identificar elementos da autorrepresentação como produção simbólica e narrativa de acontecimentos, vulnerabilidades e resistências (DEMARCHI, 2020).

Representação a partir da perspectiva social

Parte de nossas pesquisas está relacionada à dinâmica do processo de representação política não eleitoral (SAWARD, 2010), com destaque

para ações desenvolvidas por organizações que se propõem a defender demandas individuais ou coletivas de indígenas. Contudo, ao longo das pesquisas exploratórias, observamos o aparecimento de indivíduos indígenas ocupando espaços de destaque em canais de comunicação, com maior intensidade no ambiente *on-line* e redes sociais, também reivindicando direitos e produzindo diferentes narrativas sobre a questão indígena para sustentar debates públicos.

Esses atores – não necessariamente ligados a um movimento social inserido na coletividade (MAIA, 2012) – atuam para influenciar o andamento de políticas públicas e também para oferecer novas visões sobre questões como a pressão da fronteira desenvolvimentista a territórios indígenas e impactos socioculturais, acrescentando dimensões de compreensão que vão além da racionalidade desenvolvimentista capitalista (LASCHEFSKI, 2011). Por isso, são cada vez mais importantes dentro do movimento indígena, porque utilizam as possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias da comunicação para criar demandas representativas, explorar enquadramentos discursivos e aplicar táticas inovadoras de defesa de valores e perspectivas (YOUNG, 2006).

Novas tipologias de representação têm chamado a atenção de estudiosos que procuram compreender nuances dessa dinâmica, estratégias de comunicação inovadoras e a importância na interferência da política (SAWARD, 2006; MAIA, 2012). São indivíduos ou organizações que se apresentam como representantes de interesses de minorias, grupos étnicos, animais e meio ambiente, entre outros sujeitos e organizações.

Esse tipo de representação informal tem o potencial de estabelecer interfaces com a sociedade e o Estado na tentativa de levantar discussões sobre políticas públicas que desconsiderem, por exemplo, direitos de grupos como os indígenas em diversas frentes. Neste caso, representantes podem apresentar novas visões e valores sobre questões relacionadas aos representados que não tenham atenção do público ou reconhecimento na sociedade.

Considerar este contexto é importante para avaliar o potencial da atuação desses atores como representantes democráticos legítimos por conta de três aspectos da representação informal: em primeiro lugar, esses defensores podem ser vistos como tradutores, capazes de capturar

sentimentos e discursos que permitam a interpretação de necessidades ou demandas e as organizem em uma linguagem compreensível. Em segundo lugar, a representação também pode ser avaliada como meio de associação, de perspectivas de futuro – mas, em alguns casos, confrontam a despersonalização de reivindicações e opiniões. O terceiro ponto diz respeito à capacidade para a criação de recursos e estrutura de oportunidades para ampliar a consciência pública e interferir socialmente no Estado, interna e externamente (MAIA, 2012).

Em relação à representação de fora da coletividade, Maia (2012) ressalta que demandas de um grupo podem afetar outros grupos. Por isso, porta-vozes de movimentos sociais, *advocates* ou empreendedores sociais procuram dialogar com o outro, mas também com muitos outros, em uma teia de relações entre diferentes atores e públicos, um diálogo com múltiplos *stakeholders* – neste contexto, o termo relaciona-se à aplicação no campo das políticas públicas, identificando os diferentes atores ou organizações que têm interesses sobre a implementação de determinada política pública. No entanto, a ação está relacionada à pressão para que atores oponentes assumam compromissos públicos sobre as demandas defendidas (KECK; SIKKINK, 1999). Essa relação implica diálogos, contestações, recusas de cooperação e ação defensiva da situação em questão, em confronto discursivo (MAIA, 2012).

Medidas direcionadas à ampliação da representação de indivíduos sub-representados, minorias ou grupos que sofram impactos de desigualdades sociais são alvo de contestações. Um dos principais elementos criticados é a ideia de que o processo “enseja diferenças sociais em vez de reduzi-las” (YOUNG, 2006, p. 141). Grupos têm membros com histórias de vida, interesses e ideologias diferentes, o que desencontra a visão unificadora solicitada pela representação.

Uma saída para este problema é a representação a partir da perspectiva social, que não abriga conteúdos específicos, mas, sim, reúne um “conjunto de questões, experiências e pressupostos mediante os quais mais propriamente se iniciam raciocínios do que se extraem conclusões” (YOUNG, 2006, p. 163). A perspectiva social é classificada como o ponto de vista de integrantes de um grupo sobre processos sociais, sendo que esta visão depende das posições nas quais eles se encontram.

Desta maneira, membros de um grupo podem ter “interpretações refinadas” de suas situações e na aproximação com outros grupos.

A perspectiva social condiciona a forma de observar eventos sociais, mas não é determinante sobre o que é visto. Por isso, a abordagem de perspectiva é positiva porque ajuda a delinear quadros de referências para interpretações: “[...] pois isso de fato ajuda os indivíduos a ponderar sobre aquilo que acham ser do seu interesse” (YOUNG, 2006, p. 167). Representar uma perspectiva significa oferecer pontos de partida para discussões. Com isso, um representante coloca “certos tipos de questões, relata certos tipos de experiência, retoma uma determinada linha narrativa histórica ou expressa um certo modo de olhar as posições de outrem” (YOUNG, 2006, p. 167).

Novas possibilidades de representação podem ser observadas a partir de três elementos principais: em primeiro lugar está o discurso público; em seguida, a ação indireta, e, em seu campo, a representação, ponto fundamental na formação do “caráter discursivo democrático da política”; em terceiro, o potencial para destacar a “natureza idealizadora e crítica da política” que a representação carrega – em outras palavras, “sua reflexividade” (URBINATI, 2010, p. 54-55).

O discurso tem parcela importante na dinâmica da participação democrática e tomada de decisões. O representante pode ser um *advocate* que levanta ideias e enriquece debates para além das instituições governamentais, organizações não governamentais (ONGs) ou outras associações. A sociedade não pode ser um lugar silencioso, reforça Urbinati. Assim, a representação abriga “camadas de ação política” e o discurso, como uma delas, apresenta significado mais profundo. As palavras conferem vida porque os cidadãos - considerando suas variedades de reivindicações e opiniões - “precisam fazer-se ouvir para se tornarem visíveis e se comunicarem com os cidadãos plenamente ativos que têm assento na assembleia” (URBINATI, 2010, p. 67). Na democracia representativa, a exclusão política está relacionada ao silêncio – de falar e não ser ouvido, de não ser representado. Um maior número de vozes ativas gera conciliações e melhores leis.

Representação política e movimento indígena

As dimensões continentais do Brasil e o fato de os grupos indígenas não terem força política própria na maioria dos espaços de discussão política e econômica no País exigem força mobilizadora e capacidade de pressão. Para isso, diversas organizações indígenas passaram a desenvolver ações pautadas nas possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias da comunicação e informação, com uso da internet e redes sociais, além do contato instantâneo via *smartphones*. A consolidação dos direitos indígenas e a definição de uma política indigenista eficaz por parte do governo estão condicionadas, hoje, à “capacidade dos índios e de seus aliados de definir estratégias mais impactantes, inovadoras e viáveis do ponto de vista político, para as quais algumas ações são necessárias” (BANIWA, 2012, p. 223-225).

A mobilização indígena se diferencia no campo dos movimentos sociais por conta de sua característica étnica, que, a princípio, exige lógica política própria, com relações de poder distintas, não se encaixando nos protocolos da sociedade eurocêntrica e capitalista (SOUZA, 2018). O movimento indígena se difere de outras iniciativas por conta da característica de “multivocalidade” relacionada ao contexto vivido em diferentes etnias, terras indígenas, aldeias, grupos ou famílias. “A expressão de interesses difusos, muitas vezes contrapondo o local ao geral, é um aspecto mais potencializado no âmbito das organizações indígenas” (ALMEIDA, 2018, p. 13).

O movimento indígena no Brasil contemporâneo é organizado a partir de redes de mobilização e articulação que envolvem processos de representação política e relações com órgãos do governo federal ou de outras organizações, como ONGs. Com atuação nas escalas nacional e internacional, levanta pautas de lutas que alcançam a questão dos direitos políticos, civis e econômicos. O movimento é diversificado, mas existe uma linha comum de elementos étnicos e políticos “próprios do que se classifica como ‘ser indígena’, misturados aos elementos políticos da modernidade ‘eurocêntrica’, no que concerne à democracia e a representatividade” (SOUZA, 2018, p. 38). A luta do movimento indígena também se desenvolve contra os impactos e desigualdades provocadas pelo sistema capitalista, apesar de este elemento não ser ponderado

abertamente no discurso e documentos de grandes entidades supranacionais (BORGES, 2005).

O movimento indígena não está restrito às organizações congregadas pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e com características institucionais. Etnias também se mobilizam em grupos e associações de natureza tradicional, como conselhos de caciques e lideranças de comunidades. A situação indica que existem conflitos políticos relacionados a diferenças linguísticas e sociais, além da própria atividade-fim das organizações, seja articulação ou de defesa de reivindicações. Contudo, essas formas de organização estão “calcadas e orientadas por políticas de direitos à terra, à autodeterminação, à saúde, à educação escolar e superior, ao exercício da tradicionalidade, à cidadania, à participação política” e outros direitos conquistados nacionalmente e internacionalmente (SOUZA, 2018, p. 46).

A atuação das organizações indígenas vai além da sistematização de reuniões e divulgação de demandas. São responsáveis também por negociações com diferentes esferas do Poder Público e por destacar representantes para participação em conferências internacionais e gestão de recursos financeiros recebidos em forma de apoio por instituições de vários países. Em muitas situações, as organizações são formatadas de “cima para baixo”, comandadas por indígenas intelectuais e representantes de elites dentro das comunidades, mas precisam de estrutura para suas ações. Cada vez mais organizações indígenas estão sendo “construídas de baixo para cima, através de um difícil processo de mobilização e organização, em que surge nova liderança com bases populares, que expressam as preocupações autênticas de seus membros” (STAVENHAGEN, 2007, p. 50-51, tradução nossa).

A questão da representação indígena, aponta Stavenhagen (2007), ainda será alvo de discussões por muito tempo, ainda mais pela dualidade de atores vigente nas organizações e comunidades indígenas. Ele observa que lideranças tradicionais de atuação local são de responsabilidade de indígenas oriundos de gerações mais antigas, que estão imersas na cultura e organização de seus povos, mas precisariam de maior instrumental para lidar com as sistemáticas de organizações “modernas” e negociações políticas. Jovens ativistas indígenas, inseridos

em ambientes externos às comunidades, “calibram” habilidades e estão ocupando gradualmente a posição das autoridades tradicionais. Apesar das possibilidades de tensão entre gerações, as lideranças em muitos casos são complementares.

O Brasil é considerado um país democrático, mas o movimento e organizações indígenas e suas lideranças políticas precisam lidar contra o desrespeito aos direitos conquistados por conta dos interesses do capital que ameaça seus territórios, com o avanço de empreendimentos desenvolvimentistas que são planejados e implementados sem consultas prévias (SOUZA, 2018). Existem no País importantes estruturas de participação indígena referentes a serviços de saúde e educação, por exemplo, mas esses canais se apresentam insuficientes sem expressão “diante da diversidade étnica indígena e de suas demandas, não propiciando uma relação democrática entre os indígenas e as instituições políticas do País” (SOUZA, 2018, p. 157).

Novas tecnologias, redes sociais digitais e possibilidades de autorrepresentação

A presença de indígenas e movimentos indígenas em espaços contemporâneos de comunicação digital, no percurso de mudanças geradas pela globalização, faz emergir uma noção de autorrepresentação, com a produção simbólica de práticas e identidades culturais. Neste contexto, enquadra-se uma série de conteúdos colocados em circulação, como aqueles relacionados a “culturas, mobilização, denúncia, socialização do conhecimento ou ainda como compartilhamento da memória, seja ela entendida como étnica, política, histórica ou comunitária, em sites indígenas e redes sociais” (PEREIRA, 2015, p. 62).

As primeiras iniciativas de participação indígena na internet no Brasil foram registradas no início dos anos 2000, com a popularização de *sites*, *blogs* e comunidades virtuais. Após quase duas décadas, a atuação de movimentos indígenas tem forte presença nas redes sociais. Como a internet oferece a produção participativa de conteúdos, dentro de uma nova configuração emissor/receptor de informação, “aflora um novo espaço para a atuação informacional e política destas minorias excluídas” (TAVARES, 2012, p. 82).

Tavares (2012) realizou mapeamento de cibermeios de autoria de povos indígenas e identificou características da participação de atores distintos na internet, sobretudo utilizando *blogs* e *sites* como principais meios de visibilidade. Observou que, dentre os objetivos dos indígenas, destaca-se o caminho para a elaboração de mecanismos de comunicação independentes, em todas as regiões brasileiras, com a produção de conteúdos como textos intitulados “notícias relatos de vida pessoal, compartilhamento de produção artística, denúncias e articulações políticas. Vários formatos são utilizados: textos, fotos, gravuras, vídeos, programas de rádios” (TAVARES, 2012, p. 89).

Em análise sobre o uso de redes sociais pelo movimento indígena, Ribeiro, Mendes e Mendes (2016) consideram *fanpages* no *Facebook* como umas das mais eficientes ferramentas para mobilização e exercício da democracia por meio do ativismo político, com potencial de provocar mudanças sobre como o poder público dá prioridade às demandas colocadas por meio de protestos. Apesar de abrir espaço para falas de indígenas, contudo, a rede social também abriga processos de manobras de falas sobre os indígenas.

Esta questão se reflete no levantamento de *fanpages* com temáticas indígenas analisadas por Ribeiro, Mendes e Mendes (2016). Segundo a pesquisa, os assuntos evidenciados se relacionam à luta pela terra, direitos, cultura, além da divulgação de protestos e manifestações contra medidas do governo federal, com ênfase nas ações do Abril Indígena – período que concentra ações de movimentos indígenas no País.

A utilização de redes sociais como campo de atuação política e mobilização permite uma renovação do movimento indígena pela capacidade de “criar, recriar e movimentar conteúdos”. Essas experiências permitem a movimentos indígenas que encontrem diferentes formas de visibilidade social, sem interferências de outros atores não indígenas ou filtros de meios de comunicação privados. O processo, acreditam, permite “uma relação de transmissão de conteúdos [...] divulgação de suas culturas, estruturadas em redes colaborativas espontâneas” (RIBEIRO, MENDES; MENDES, 2016, p. 24).

Estratégias comunicativas de grupos indígenas no ciberespaço constituem novas formas de pressão aos governos e ONGs: “Desse modo,

a internet contribui com o ambiente de interações comunicativas que reforçam a cidadania dos indígenas em suas várias demandas” (CARDOSO, 2014, p. 146). Assim, indígenas posicionam-se e divulgam seus valores e pontos de vista em escala mundial, mas, além disso, “podem formar redes de apoio, conhecer pessoas, construir relacionamentos e se fazerem presentes além das aldeias, ou dos espaços territorialmente demarcados” (PEREIRA, 2007, p. 41).

A apropriação da internet e seus recursos por povos indígenas formata um ambiente informacional de atuação que estimula ações comunicativas inovadoras, entre elas a convergência das linguagens do audiovisual e da narrativa indígena, além da constante comunicação estabelecida nas redes sociais (PEREIRA, 2017). A ampliação da articulação entre povos, produção de conteúdos e compartilhamento de informações é resultado da própria dinamicidade cultural indígena, “que põe em risco os esquemas interpretativos que tanto insistem na categorização estereotipada deles e que temem a perda da ‘substância indígena’, ao vê-los interagindo com as arquiteturas informativas” de diferentes redes sociais (PEREIRA, 2017, p. 173-174).

Consideramos que esses processos têm como pano de fundo o atual estágio da mediatização das lógicas de interação sociais, que seguem modos de organização e transmissão de mensagens, de produção e transporte de significados e de construção da sociedade. Esses padrões estão inseridos no contexto de uma busca cada vez maior por três valores: abrangência, alcance e duração das interações. Por isso mesmo levam a processos diferidos e difusos, com forte utilização da imagem e componentes tecnológicos eletrônicos (BRAGA, 2006).

Com a mediatização, processos de contornos indefinidos e delongados crescentes ganham “amplitude e qualidades adicionais”. Destacamos a “possibilidade de ‘mostrar’, por representação da imagem e/ou do som, os objetos e situações”. Na perspectiva da escrita como possibilidade de interação dominante, a objetivação era dependente e transposta pela palavra. A palavra não é responsável totalmente pelo processo; mas suporta, complementa e faz com que ele avance na passagem para a objetivação - do objeto ou da experiência objetivada: “[...] é possível

hoje objetivar e fazer circular imagens (referenciais ou imaginárias), sons e, particularmente, ‘experiência’” (BRAGA, 2006, p. 19).

Narrativas e intencionalidades

Toda narração de acontecimentos é uma construção de representações que tem autor e um alvo. Inserida em tempo e lugar histórico, possibilita presentificar o passado que não existe mais. Os acontecimentos narrados possuem personagens, atores, realizações – sejam eles reais ou ficcionais. Parte de processo mimético, de imitação e recriação do mundo considerando determinada configuração. O narrador vai adiante do objeto representado; apropria-se dele: narrar não é somente uma história, é uma atitude argumentativa, tem intencionalidades (MOTTA, 2013).

A narrativa tem variações que dependem do objetivo do narrador. Recursos linguísticos podem ser utilizados de forma intencional e estratégica dependendo da forma de representação: se fática (com pretensão de verdade, realista, pautada na racionalidade e fidedignidade) ou fictícia (irreal, mítica e lendária, fantástica ou literária). A sustentação da narrativa envolve naturalizar o extraordinário que se “choca com a racionalidade corriqueira” (MOTTA, 2013, p. 54-55). Um “desequilíbrio” no dia a dia, algo que crie uma ruptura no fluxo da rotina, gera o estopim que acende a necessidade de narrar. Tentar compreender o excepcional consiste, também, em organizar os acontecimentos. Narrar o fato torna-o familiar – e esse ponto converge com a lógica de enunciação da historiografia fática e da literatura ficcional.

O objetivo central da narratologia são as relações humanas que produzem sentidos através de “expressões narrativas”, subdivididas nas categorias ficcional (contos, novelas, telenovelas e cinema) e factual (jornalismo, história, biografias, manifestações orais e outras formas de comunicação contemporâneas). Entre os objetivos da narratologia está a busca pela compreensão sobre como os indivíduos ou sujeitos sociais “constroem intersubjetivamente seus significados pela apreensão, representação e representação narrativa da realidade”, justamente por colocar a narração centralidade nas relações humanas (MOTTA, 2013, p. 79). Desta forma, o princípio organizador dos discursos é o contar – ato

que sustenta a complexidade das realidades física e cultural dos seres humanos.

O contar determina metas, objetivos, está completamente intrincado à ação social. Afinal, narra-se para viver: nas conversas cotidianas, nos processos educativos, no diálogo consigo mesmo. Daí a possibilidade de a narratologia sustentar a análise de forma multidisciplinar, desde mitos e fábulas a ideologia, da ficção cinematográfica à objetividade do jornalismo diário.

Em relação à dimensão discursiva das demandas de representação, Saward (2006) destaca que indivíduos buscam o estético porque têm como objetivo o político. Criam diferentes narrativas acerca de suas intencionalidades justamente por estarem em um ambiente de disputa de significações. Segundo Keck e Sikkink (1999), esta dinâmica pode ser avaliada a partir das táticas utilizadas por organizações e indivíduos em campanhas coletivas ou ações individuais – e grande parte dessas táticas são desenvolvidas em ambientes digitais oferecidos por redes sociais como *Facebook* e *Instagram*.

As categorias de análise de Keck e Sikkink (1999) nos ajudam a mapear novas possibilidades de mobilização *on-line* e as marcas das intencionalidades nas narrativas construídas por indígenas sobre eles mesmos fora de ambientes de comunicação governamentais ou conglomerados de mídia. Neste contexto, nos chamam a atenção quatro táticas referentes à tipologia de política acionada de acordo com objetivos:

a) *Information politics*: capacidade de direcionar informações políticas para ambientes de maior impacto. Os agentes interpretam acontecimentos e relatos de testemunhas. Essas questões são enquadradas de uma maneira mais direta, muitas vezes solicitando uma reflexão simples para definição do que é “certo ou errado”. O objetivo é persuadir o público-alvo e estimulá-lo a abrigar a ação;

b) *Symbolic politics*: uso de estratégias simbólicas, ações ou histórias para reforçar reivindicações. As reivindicações também são enquadradas pelos agentes com auxílio de recursos simbólicos, entre eles conteúdos que explorem características marcantes e que levem à discussão e permitam entendimentos de questões éticas e familiares do público-alvo, em um processo de conscientização;

c) *Leverage politics*: capacidade de convocar atores apoiadores às causas defendidas e, assim, impulsioná-la. Os agentes recorrem a “atores-alvo”, celebridades, figuras públicas de imagem reconhecida, instituições consagradas ou até organizações internacionais. Essa forma de atuação recorre ao capital político transferido;

d) *Accountability politics*: ações para constranger atores criticados e incentivá-los a assumir compromissos públicos. Muitos agentes organizam-se para pressionar ou convencer governos ou outros atores para que considerem as demandas defendidas ou mudem de posições em relação aos problemas levantados. As ações desta natureza geralmente são desenvolvidas em oportunidades que possibilitem o constrangimento dos alvos para que assumam responsabilidades publicamente.

Tentativas para consolidação de problema e objeto pesquisa

A presença de indígenas brasileiros nas redes digitais “reverbera a extensão contemporânea da resistência dos povos originários no País” (PEREIRA, 2017, p. 169). Essa atuação comunicativa e suas variações – relacionadas a povos, estratégias, conexões, entre outras – são classificadas como “net-ativismo indígena”, elemento importante para posicionamento diante de pressões contrárias aos direitos e proteção de terras, impactos diretos e indiretos de grandes projetos de desenvolvimento em seus territórios e da violência contra indígenas em várias regiões brasileiras. O agir indígena e as experiências deste processo com a mídia e comunicação está baseado em uma “cosmopolítica ameríndia”, ou uma política do cosmo.

As apropriações e interações indígenas com as tecnologias e linguagens midiáticas evocam esse modo de “comunicar”, “transitar”, “atuar” no cosmo, onde repercutem a contínua preocupação com as suas “terras”, o lugar de existência cultural, corpórea e extracorpórea de todos os seres que o compõe. Ao mesmo tempo, as experiências indígenas com as tecnologias comunicativas se mostram inovadoras nos contextos políticos interétnicos. (PEREIRA, 2007, p. 171). Considerando esse problema, realizamos pesquisa exploratória para análise de conteúdo de três perfis de jovens indígenas e suas publicações no *feed*, *reels* e vídeos, na rede social *Instagram*, durante as mobilizações do Abril Indígena e

manifestações relacionadas à arguição do Marco Temporal, em 2021. Os perfis analisados são os seguintes: Adrielle Priscilla, do Pará (@priscilatapajowara, com 13,1 mil seguidores); Samela Awiá, do Amazonas (@sam_sateremawe, com 49,7 mil seguidores); e Lídia Guajajara, do Maranhão (@lidiaguajajara, com 31,6 mil seguidores). De acordo com o número de seguidores, as jovens são consideradas microinfluenciadoras digitais. Segundo o conteúdo que publicam, podem ser classificadas como *trendsetters*, que lideram causas e debates e só se aproximam de parceiros com valores semelhantes.

A investigação preliminar das postagens nos perfis no período em questão mostra um agir baseado em uma “cosmopolítica ameríndia” ou uma “política do cosmo”: interações com tecnologias e linguagens midiáticas que evocam modos de comunicar para repercutir a preocupação com suas terras, lugar de existência cultural e resistências, contudo a partir de suas experiências individuais. Também emerge a tensão entre elementos étnicos do ser indígena e de elementos políticos da modernidade ocidental. Destaca-se a formatação de ambientes que estimulam ações comunicativas diferenciadas, oriundas da convergência da linguagem audiovisual e narrativas indígenas, que se aproximam das características da categoria *Symbolic politics*.

Essa tendência de exploração de recursos simbólicos, muito por conta de iniciativas de autorrepresentação, reforça a importância da subjetivação política por sua capacidade de produzir polêmicas e evidenciar “existências inexistentes”, parafraseando Jaques Rancière, nomear constrangimentos e injustiças que não detenham a visibilidade devida e deslocar corpos de lugares de fala previamente designados em experiências particulares de fazer ver e ouvir o que não cabia a ser visto ou compreendido.

Referências

- ALMEIDA, Ledson. Prefácio. SOUZA, Catiúscia. *Movimento indígena e a luta por emancipação*. Curitiba: Appris Editora, 2018.
- BANIWA, Gersem. A conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil contemporâneo. RAMOS, Alcida. (Org). *Constituições nacionais e povos indígenas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 206-227.
- BARROS, Thiago; CHAGAS JUNIOR, Edgar. Narrativa e acontecimento midiático: debate sobre a construção de hidrelétricas em terras Munduruku e impactos socioambientais. JÁCOME, Phellipy. et al. (Org). *Narrativas midiáticas, experiências e pesquisas amazônicas*. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2021, p. 69-88.
- BORGES, Paulo. O movimento indígena no Brasil: histórico e desafios. Princípios: *Revista Teórica, Política e de Informação*, n.80, ago./set. 2005.
- BRAGA, José Luiz. Mediatização como processo interacional de referência. *Animus: revista interamericana de comunicação midiática*. Santa Maria, v. 5, n. 2, jul/dez. 2006, p. 9-35. Disponível em <<https://periodicos.ufsm.br/animus/article/download/6693/4050>>. Acesso em: 26 dez. 2016.
- CARDOSO, Denise Machado. Identidades indígenas no ciberespaço. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 29, n. 86, Out. 2014, p. 146-149. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092014000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 out. 2018
- DEMARCHI, A. Contra-narrativas indígenas: vulnerabilidades e resistências. MIRANDA, C. et al. (Org.). *Vulnerabilidades, narrativas e identidades*. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020, p. 65-90.
- KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. Transnational advocacy networks in International and regional politics. *International Social Science Journal*, Vol.51, n. 159, 1999, p. 89-101.

LASCHEFSKI, Klemens. Licenciamento e equidade ambiental. As racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. ZHOURI, Andréa. (Org.). *As tensões do lugar: Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 22-60.

MAIA, Rousiley. *Non-electoral political representation: expanding discursive domains*. *Representation*, [S.l.], n.48(4), 2012, p. 429-433, 2012.

MOTTA, L. G. *Análise Crítica da Narrativa*. Brasília: Editora UNB, 2013.

PEREIRA, Carmem. Configurações do movimento indígena na ambiência comunicacional contemporânea. *Revista Passagens*, v.6, n.2, p. 56-71, 2015.

PEREIRA, Eliete. *Ciborgues Indígen@as .br: a presença nativa no ciberespaço*. Dissertação de Mestrado. Centro de Pesquisa e Pós-graduação das Américas, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2007. 169 p.

PEREIRA, Carmem. Configurações do movimento indígena na ambiência comunicacional contemporânea. *Revista Passagens*, v.6, n.2, p. 56-71, 2015.

RIBEIRO, Rosinete; MENDES, Luís; MENDES, Patrícia. Tribos virtuais: uma análise do uso das mídias sociais pelos movimentos indígenas. *Revista Mangaio Acadêmico*, v.1, n.1, jan/jun, 2016.

SAWARD, Michael. *The Representative Claim*. *Contemporary Political Theory*, [S.l.], n. 5, p. 297-318, 2006.

SAWARD, Michael. *The Representative Claim*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

SOUZA, Catiúscia. *Movimento indígena e a luta por emancipação*. Curitiba: Appris Editora, 2018.

STAVENHAGEN, Rodolfo. *Los pueblos indígenas: actores emergentes en América Latina*. SOCHET, Martha Singer (Org.). México: Democracia y participación política indígena. México: Ediciones Gernika, 2007, p. 43-73.

TAVARES, Joana. Ciber-informações indígenas no Brasil: um mapeamento e análise da comunicação de povos indígenas brasileiros na internet a partir das potencialidades das novas mídias e do aporte da comunicação comunitária. *Vozes & Diálogo*, v.11, n.1, jan/jun, p. 82-93, 2012.

URBINATI, Nadia. Representação como *advocacy*: um estudo sobre deliberação democrática. *Política & Sociedade, Florianópolis*, v.9, n.16, p.51-88, 2010.

YOUNG, Iris. Representação política, identidades e minorias. *Lua Nova*, São Paulo, n.67, p.139-190, 2006.



Série Ambivalência [2020]
Fotografia: Amanda Leite
Performance: Renata Ferreira

CAPÍTULO 6

“As originárias da Terra”: reflorestando cenas em torno do jornalismo?

ELTON ANTUNES

YASMIN GATTO

A questão indígena ganhou destaque na chamada grande imprensa nos meses de junho, julho, agosto e setembro de 2021, por conta do que alguns segmentos da mídia corporativa nomearam como a “Primavera Indígena”. Várias etnias se reuniram em uma série de manifestações, atos, acampamentos, manifestos e pedidos de socorro, inclusive no âmbito internacional, contra a aprovação do Projeto de Lei 490 (PL490), que trata do chamado Marco Temporal. O projeto, se aprovado, impediria que os povos indígenas obtivessem o reconhecimento geral de suas terras tradicionais se nelas não estivessem até a promulgação da Constituição de 1988.

Tal movimentação teve significativa reverberação, amplificada no país em especial com a atenção dada pela mídia informativa às manifestações realizadas pelos segmentos artístico e musical. Também os povos originários, que possuem forte estrutura de comunicação nas redes sociais, em plataformas como *Youtube*, *instagram*, *facebook*, *twitter*, e diversos sites, todos eles bem estruturados, atuaram intensamente no período e cobriram todos os eventos.

Uma das ações de destaque na cobertura jornalística esteve em torno do acampamento permanente que os indígenas decidiram erguer para demarcar que são contrários à tese do marco temporal, cuja votação foi iniciada pelo STF no dia 26 de agosto de 2021. Mais de seis mil indígenas e apoiadores se reuniram por dias no Distrito Federal e tais atos já são considerados como a maior manifestação dos povos originários dos últimos tempos. Um deles, realizado junto ao “Acampamento Luta Pela Vida” entre os dias 7 e 11 de setembro, foi a 2ª Marcha das Mulheres Indígenas, que reunindo mais de quatro mil mulheres teve como tema “Mulheres originárias: Reflorestando mentes para a cura da Terra”. Coordenado pela Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), se propôs como uma ação de “Mulheres Indígenas de todos biomas do Brasil, com saberes, tradições, lutas que se somam e convergem, que juntou mulheres mobilizadas pela garantia dos direitos e vida dos povos indígenas”.

Numerosos aspectos podem ser destacados na cobertura jornalística de tal iniciativa. Nosso interesse específico nesse artigo é discutir de que modo, na composição de relatos que emergem de diferentes facetas das coberturas informativas, a questão das “mulheres originárias” modula a legibilidade jornalística na construção de uma cena da problemática dos povos indígenas para além da associação imediata e normalizadora feita nos ambientes jornalísticos *mainstream*. Dentre os estereótipos comuns nesse modo jornalístico de apresentar a problemática, queremos examinar se se mantém a perspectiva da redução da questão dos povos originários ao espaço territorial da chamada região amazônica – abordagem em geral perspectivada pela crise climática e ambiental – valendo-se da produção de uma representação insatisfatória que qualifica o indígena sempre de forma exótica, “rural e selvagem”, especialmente quando se pensa a representação da mulher indígena.

Será que aspectos do “pensamento indígena”, articulados e apresentados a partir dos relatos informativos das chamadas “mídias próprias”, e que certamente são acionados pelos agentes jornalísticos que operam a cobertura nos meios informativos mais tradicionais, permitem sinalizar outros modos de compreensão da experiência dos povos originários? Esses outros modos de pensar põem em causa a racionalidade caracte-

rística dos relatos do jornalismo hegemônico? Procuraremos situar as narrativas em torno do episódio “2ª Marcha das Mulheres Indígenas” de maneira a perceber a emergência ou não de elementos para caracterização de uma outra cena jornalística, que fabula a luta dos povos originários na interseção entre questões relacionadas ao gênero, decolonialidade e a crítica aos relatos jornalísticos convencionais. Para isso, entendendo que textualidades jornalísticas são lugares de negociação constante e de camadas múltiplas de sentido sem unidade discursiva fixa ou estável (ANTUNES, MAFRA, JÁUREGUI, 2018), combinamos um acompanhamento dos materiais publicados e as diversas vozes e seus modos de compreensão postos em circulação naquele momento.

Cenas em torno do jornalismo?

De diferentes modos e com variados graus de interesse os meios jornalísticos observam e dão atenção aos assuntos relacionados à questão indígena. Mas não restam dúvidas que as ações dos povos originários e a situação explosiva que o conflito envolve no país contemporaneamente ampliaram em alguns momentos o interesse mediático pelo assunto fazendo com que ele se transforme em um problema público, que implica a discussão e o envolvimento de pessoas que não estejam diretamente afetadas pelo tema. A nosso ver, o jornalismo é um exercício permanente de busca de contato com a alteridade: narrar “*um outro*”, no deslocamento da experiência, uma alteridade que muitas vezes nem sempre pode falar por si; narrar “*a partir de um outro*”, no exercício de escuta que envolve por vezes posições e experiências situadas em outros mundos sociais; narrar “*com um outro*”, na construção de uma rede de outros textos e outras alteridades evocados para as disputas de sentidos; narrar “*para um outro*”, na condição de uma materialidade dirigida a alguém, que (a)guarda um gesto de fazer (re)emergir o texto que não cessa de circular. Nesse sentido, cabe pensar como a mediação jornalística, na configuração da temática dos povos originários como problema público, empreende um esforço específico de tradução de tais questões para coletividades mais amplas. Os agentes responsáveis pela elaboração dos relatos jornalísticos sabem que o modo como um assunto é compre-

endido tem relação com a maneira como os textos manejam não apenas a visibilidade do tema, mas os modos de abordá-lo.

Marques, Veloso e Prado (2021), na esteira do pensamento de Rancière acerca da noção de cena, destacam que modos de aparição dos sujeitos na cena pública podem propiciar fraturas em suas condições de legibilidade e inteligibilidade a partir da instauração de um dissenso fundamental para com aquilo que se estabelece como esfera do visível. Consideram os autores que

“aparecer” não é só adquirir visibilidade, mas envolve alterar o modo como sujeitos são percebidos e reconhecidos diante dos outros, o que demanda um deslocamento do olhar, uma outra forma de imaginar a alteridade e de considerar as formas de vida daqueles que se apresentam diante de nós. (MARQUES, VELOSO E PRADO, 2021, p. 398)

Pensamos que tal noção de cena pode nos auxiliar a pensar o jornalismo como integrante de uma rede de suportes materiais e simbólicos que permitem certas condições de aparecimento dos diferentes sujeitos e que, no caso do jornalismo mais tradicional, sem eliminar sua lógica hierárquica de organização e poder, o faz aparecer trincado em algumas de suas operações de conhecimento, apreensão e explicação dos eventos.

Vale destacar então que se trata de pensar o jornalismo não apenas como um lugar de exposição de visíveis fraturados, mas como forma de inteligibilidade (RANCIÈRE, 2021) enunciativa que indicia tentativas de dispor as coisas de outra maneira (uma “montagem” e “desmontagem” nessa perspectiva a partir de Rancière), de pensar-se enquanto uma experiência jornalística que também pode ser outra (MARQUES e ALTHEMAN, 2021). Uma experiência visada que demandaria ao jornalismo

apresentar-se como um sulco da e na experiência, que expandisse e enriquecesse nossas próprias experiências, que implicasse para os interlocutores nessa comunicação jornalística algum grau de exame e investigação a ponto de conseguirem um acúmulo que lhes desse um novo equilíbrio temporário com o ambiente. Ou seja, seria preciso um texto que encarnasse dúvida, hesitação e perplexidade também como objetivos dessa comunicação jornalística, um texto que configurasse uma situação problemática (ANTUNES, 2010, p.156).

Mulheres Indígenas e construções midiáticas

De acordo com o último censo populacional realizado no Brasil, em 2010, existem 896.000 indígenas vivendo no país e metade desta população é feminina (SAMPAIO, 2015). Não é possível entender as cenas produzidas com e pelo jornalismo sobre os povos originários do Brasil sem falar sobre a questão das mulheres indígenas.

Estudos já realizados sobre a temática da representação dos povos indígenas na mídia tradicional apontam para uma cobertura midiática problemática, que tende a produzir representações fortemente estereotipadas dos povos tradicionais, sobretudo quando o assunto aparece relacionado à mineração e avanço do chamado agronegócio (ACOSTA, CRUZ, 2019; MELO, 2012; OTRE, 2007; ARAÚJO, LUTZ, GRIJÓ & CARVALHO, 2017). Mas, segundo tais investigações, esta cobertura produz, principalmente, um apagamento das questões indígenas, que não são problematizadas e nem sequer levadas em consideração. A abordagem da temática da mulher indígena seria um exemplo característico desse procedimento.

Segundo Lasmar “(...) a invisibilidade das mulheres indígenas é um caso específico da invisibilidade dos próprios índios, categoria étnica e racial ainda atrelada, no senso comum, a representações enraizadas em fontes remotas” (1999, p. 3). Para a autora, a concepção que a humanidade tem sobre o indígena é degradante e isso incidiu de forma ainda pior na compreensão acerca das mulheres. Observando os relatos dos viajantes e cronistas no século XVI e XVII, Raminelli (2015) discute a misoginia presente no olhar do europeu sobre os ritos das mulheres Tupinambá, principalmente na questão da sexualidade. Tais perspectivas se apoiavam em um imaginário cristão e eurocêntrico para avaliar e julgar os indígenas. A nudez indígena, por exemplo, causava horror aos povos europeus, a cor da pele, o jeito que comiam e como viviam eram narrados como algo fora da esfera da civilização. É perceptível como a comparação entre os costumes europeus e os costumes dos povos originários preparou terreno para forjar um imaginário “negativo” do indígena. “O estereótipo feminino tornou-se um meio para representar a estranheza do Novo Mundo” (RAMINELLI, 2015, p.36). Nas palavras do autor, tratava-se do nascimento de uma verdadeira *Eva Tupinambá*,

modo do colonizador lidar com as moralidades sexuais e familiares em seu campo normativo.

Podemos pensar que os elementos que compuseram esse olhar lançado às indígenas na época da colonização - exóticas, sexualizadas, folclorizadas, sujas, luxuriosas, selvagens, feias, feiticeiras, - permanece até os dias atuais, entranhado e organizador de um discurso colonial divulgado na sociedade e reafirmado pela mídia (BORGES, 2016). Para a autora, por mais que os discursos sejam atualizados, eles remetem sempre à mulher indígena rural e selvagem. E tal movimento faz parte de uma visão do colonizador de homogeneização da categoria “índio” em que a mulher indígena não aparece compondo de maneira relevante os quadros de inteligibilidade da questão indígena. À mulher indígena fica reservado o espaço do rural, do ser que é selvagem, “numa relação com a memória e com a história, significando-a fora do espaço urbano, constituindo-se pelo silenciamento que esse estar fora produz” (BORGES, 2016, p.12). Vale ressaltar que a pesquisa aponta ainda um total apagamento da mulher indígena enquanto intelectual, urbana, e capaz de produzir conhecimento.

Em 2020, uma pesquisa realizada por Araújo, Cardoso, D’Abreu, Wandenkolk e Silva sobre o enquadramento da mulher indígena na mídia constatou que, na maioria das reportagens analisadas, a mulher indígena não é fonte principal e que tem sempre alguém para falar por ela, em geral, um homem, que vão desde líderes indígenas, representantes de órgãos públicos a especialistas do assunto. “As indígenas mulheres têm que enfrentar o machismo estrutural posto dentro da aldeia e fora dela” (ARAÚJO, CARDOSO, D’ABREU, WANDENKOLK & SILVA, 2020, p.13).

Tupinambá (2012) acredita que um dos grandes desafios para quebrar esses estereótipos da representação sobre a mulher indígena na mídia brasileira é a descolonização desse “saber colonizado”. Tendo em vista a forma pejorativa com que as mulheres indígenas são apresentadas na mídia e a falta de visibilidade que elas têm na sociedade, tem crescido entre elas a necessidade de construir movimentos que legitimem o papel que elas têm dentro e fora das aldeias.

Feminismo Indígena: um recorte de gênero

Segundo Oliveira (2018), o movimento de mulheres indígenas em contexto urbano é bem mais desenvolvido do que nas aldeias, mas as indígenas aldeadas estão se articulando e ganhando protagonismo em diversos espaços de poder. É difícil discutir “feminismo indígena”, visto que cada etnia¹ tem uma estrutura hierárquica diferente e que muitas vezes coloca a mulher em uma posição subalterna a do homem.

Mesmo as mulheres indígenas exercendo um papel fundamental nas aldeias, seu protagonismo político ainda é invisível e só recentemente elas começaram a atuar no movimento indígena. Essa atuação ainda é limitada e delicada, quando elas ocupam uma posição de destaque político há um entendimento corriqueiro de que os homens permitem tal situação, “pois os espaços de protagonismo são uma exclusividade masculina” (KAINANG, 2012, p. 412). Segundo a autora, para ocuparem espaços de visibilidade e de disputa, as mulheres têm procurado se qualificar para defender seus direitos e lutam para participar das discussões do movimento indígena, travando lutas para conseguir se sobrepôr ao machismo que existe também nesse espaço.

De acordo com Oliveira (2018), as mulheres atuam ensinando às suas comunidades que não querem tirar o direito dos homens, mas lutar ao lado deles e, desta forma, fortalecer a luta dos povos indígenas. Uma das lideranças femininas mais conhecidas, Sônia Guajajara afirma que existe um feminismo indígena, mas do jeito delas e que talvez esse termo não seja o mais adequado para a realidade das indígenas. “O feminismo soa radical, longe da gente. Mas temos sim buscado protagonismo dentro e fora das aldeias, nas nossas lutas, procurando visibilidade” (GUAJAJARA, 2018 apud OLIVEIRA, 2018, p. 302).

Segundo o Relatório das Visitas a Terras Indígenas e Audiências Públicas realizadas nos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul,

1. As etnias são bastante heterogêneas e o papel da mulher varia de acordo com os grupos em questão, ocorrendo inclusive um debate no movimento acerca da pertinência de se utilizar a expressão “indígenas mulheres” ao invés de “mulheres indígenas”, já que o povo pode se constituir em um marcador mais específico do que aqueles referentes ao gênero (SOARES, 2021).

Rondônia, Roraima, Pernambuco, Bahia e Santa Catarina, realizado em 2003, pode-se perceber que:

As mulheres indígenas, ao mesmo tempo em que possuem poder no interior das comunidades, em geral não são reconhecidas como representantes destas perante os não-índios (...). O que se faz necessário é que a política indigenista também possua um corte de gênero, ou seja, que os problemas das comunidades indígenas sejam vistos também da perspectiva feminina. Tal atitude será benéfica não somente para as mulheres, mas para a política indigenista como um todo (RELATÓRIO INDÍGENA, 2003, s.p).

Oliveira (2018) afirma que a luta das mulheres indígenas sempre foi um desafio e que a primeira vez que elas puderam votar em uma assembleia de liderança indígena foi em 1994 e 1995. Elas pediram para serem incluídas nas esferas de votação e os homens indígenas começaram a prestar atenção à luta das mulheres, muito por conta da participação veemente delas no dia-a-dia das aldeias. “É uma luta cotidiana pela defesa de seus territórios, pelo direito de preservar sua cultura, pelo direito a ser quem quiserem, pelo direito ao seu corpo” (OLIVEIRA, 2018, p. 301).

As mulheres indígenas começaram a fazer reivindicações nas mais variadas esferas, dentre as quais se destacam: que as lideranças masculinas apoiem sua organização interna; que sejam promovidas atividades educativas relacionadas à saúde das mulheres; atendimento ginecológico e de pré-natal diferenciado e política de capacitação para que elas possam exercer a função de agentes de saúde. A luta das mulheres indígenas vai além de uma busca por representação no movimento, elas querem reconhecimento e espaço para tomar decisões.

Mulheres Originárias: reflorestando mentes para a cura da Terra

Se o termo feminismo pode parecer distante das mulheres indígenas aldeadas, é importante dizer que elas estão organizadas em defesa dos seus territórios e da vida, sentidos que para elas se entrelaçam. Para elas não há como ter direito pleno “se não houver territórios protegidos, pois sem isso os filhos e as filhas dessas mulheres, seus maridos, seus pais

e suas mães, seus netos e suas netas e elas mesmas ficam vulneráveis” (OLIVEIRA, 2018, p. 313).

Tais discussões e cenários ajudam a compreender a criação da Articulação Nacional das Mulheres Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), que organiza mulheres indígenas de todos os biomas do Brasil. Em 2019 a Articulação realizou a 1ª Marcha das Mulheres que teve como tema “Território: nosso corpo, nosso espírito”. A 2ª edição aconteceria em 2020, mas por conta da pandemia, o encontro foi realizado de forma online e aconteceu em 2021, mesmo em meio à crise sanitária que vive o país. A 2ª Marcha das Mulheres Indígenas reuniu mais de quatro mil mulheres no acampamento, de 172 povos e teve 7 biomas representados. O tema da marcha de 2021 foi “Reflorestar Mentas” - de sonhos, de afetos, soma, solidariedade, ancestralidade, coletividade e história.

As mulheres indígenas propuseram fazer um grande chamamento para a humanidade, tentando promover a todos os povos do mundo uma nova forma possível de se relacionar com a Mãe Terra e com os povos que vivem nela. O manifesto da marcha se pautou na necessidade de reconexão da humanidade com Mãe Terra, única forma possível de continuar sobrevivendo para os indígenas. O tema da marcha ainda leva em consideração o caos climático que o mundo vive, a pandemia que matou milhares e deixou flagelos de morte e fome

A fome, o desemprego, o racismo, a LGBTFOBIA, o machismo colocam milhões de pessoas em uma situação de vulnerabilidade extrema e esgotam seus recursos para se protegerem. Estes são resultados de um projeto exploratório insustentável, que empurra todo o mundo a um ponto de não-retorno, comprometendo a própria continuidade de nossa existência no planeta Terra. Este caminho de morte e destruição: este caminho não queremos e nem podemos trilhar (MANIFESTO ANMIGA, 2021).

Para as indígenas cuidar da terra é cuidar do próprio corpo, pois sem a terra não existe vida. O chamamento também acontece para que todos os povos se unam para a busca do comum: a vida. Para elas, a tese do marco temporal é uma aberração jurídica e também repudiam essa discussão, deixando claro isso no manifesto.

É importante frisar que no ano de 2021, a marcha das mulheres teve mudança de calendário e de itinerários por conta de atos bolsonaristas que também aconteceram nos dias da programação. O 2º ato também se somou ao acampamento dos povos indígenas que estava acontecendo em Brasília desde agosto. Para este artigo analisamos um pequeno conjunto de onze matérias publicadas em veículos de comunicação do país no período de dias 7 e 11 de setembro de 2021 em que os relatos abordam com destaque a marcha das indígenas². Foram selecionadas matérias dos seguintes veículos de comunicação: jornal O Globo, jornal Brasil de Fato, Agência Brasil de Notícias, Portal Uol.

Tais narrativas foram cotejadas com aquelas elaboradas nos espaços construídos pelos povos originários, particularmente o site da ANMIGA. É em busca da discussão acerca da problemática dos povos originários, que é convocada de certas maneiras pela marcha das indígenas, que procuraremos analisar essas matérias. O que é posto em relevo? O que fica evidente? O que desaparece?

Para a análise do material faremos breves considerações a partir da noção de enquadramento, procedimento bastante recorrente na pesquisa com materiais jornalísticos (SOARES, 2009; D'ANGELO e SHAW, 2018). Segundo Soares (2009), o enquadramento consegue pôr em evidência alguns vieses que estão implícitos na produção jornalística. O autor enfatiza que os fatores essenciais do enquadramento do ponto de vista analítico são seleção, ênfase e exclusão. Podemos relacionar o enquadramento no jornalismo a um padrão de cobertura que estrutura e organiza o significado dos noticiários. Diz respeito tanto a um “esquema” mobilizado por jornalistas para entender, interpretar e, finalmente, expressar os fatos em certos textos (visuais, verbais, sonoros etc.), mas também, de forma relacional, se refere aos quadros de sentido mobilizados pela audiência que é interpelada por tais mensagens: “um *frame* revela uma estrutura interpretativa que atravessa todo o processo

2. Para acessar o conteúdo dos materiais jornalísticos nos valemos nesse exercício daquilo que se encontrava disponível na web, mesmo que alguns dos materiais também tenham sido publicados noutros formatos, como por exemplo o da página impressa. Compreendemos que ao fazer a análise de textos propomos o sistema de significação que interessa à nossa investigação.

comunicativo, orientando a produção de formas simbólicas e sua leitura” (MENDONÇA e SIMÕES, 2012). Na formulação clássica de Robert Entman, “enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes num texto comunicativo, de modo a promover uma definição de problema particular, uma interpretação causal, avaliação moral e ou recomendação de tratamento” (ENTMAN, 1993, p.52).

Destaca-se que os enquadramentos não são estáticos, eles se desenvolvem ao longo do tempo, de acordo com a mudança das estruturas políticas, com o entendimento dos agentes jornalísticos, dos órgãos de imprensa e com a redefinição das estruturas das elites, podendo absorver ou mudar o discurso, “mudar do campo incontestado para o campo contestado do discurso jornalístico, por meio dos esforços desafiadores propostos por diferentes agentes, entre os quais se encontram os movimentos sociais” (SOARES, 2009, p.7,).

Encenações originárias

Uma matéria de destaque na cobertura foi a publicada pelo Jornal O Globo: “Marco Temporal: mulheres indígenas de 150 etnias organizam protestos em Brasília contra a tese”, no dia 07 de setembro.



FIGURA 1: Matéria publicada pelo jornal O Globo.

FONTE: <https://oglobo.globo.com/brasil/marco-temporal-mulheres-indigenas-de-150-etnias-organizam-protestos-em-brasilia-contr-a-tese-25187792>

Pode-se observar que é uma matéria que anuncia a chegada de mulheres de diversas etnias, ainda sem singularizar os fatos. No texto a equipe jornalística referencia o manifesto feito pelas mulheres indígenas, explica o motivo da luta contra o marco temporal e encerra a matéria sem falar com nenhuma fonte. A fotografia de destaque que acompanha a chamada tem o recorrente ponto de vista de quem observa de fora a manifestação. É importante frisar, porém, que tanto a chamada quanto a legenda da fotografia destacam o fato da mobilização agrupar a presença de indígenas mulheres de 150 etnias diferentes. Já no dia 10 de setembro, o jornal publica a matéria “Guardiãs da “mãe terra”: em Brasília, mulheres indígenas pressionam contra o marco temporal”.



FIGURA 2: Destaque publicado em portal Jornal.

FONTE: <https://oglobo.globo.com/brasil/aradigm-da-mae-terra-em-brasilia-mulheres-indigenas-pressionam-contra-marco-temporal-25192596>

Tem-se nesse momento a indicação de outro tipo de presença dos profissionais para fazer o relato do episódio. Um deles é a inserção de uma profissional no acampamento, acompanhando os acontecimentos em uma situação de proximidade. Outro aspecto relevante é o fato de ser uma repórter mulher. A jornalista começa o texto com a fala de uma liderança indígena que explica dessa forma a situação dos povos indígenas:

“Há quinhentos e vinte e um anos o povo indígena está sofrendo junto.” A frase de Gilda Kuytá, 65 anos, liderança do povo Kaingang, tenta

traduzir, nas palavras dela, o que leva cerca de 5 mil indígenas de 172 povos de todo o país a acamparem em Brasília pela derrubada do marco temporal” (O GLOBO, 2021).

Depois dessa fala, o texto relata que os povos indígenas estão há quase vinte dias longe de casa no acampamento para lutar contra o marco temporal, retrata a seca que afeta a capital federal e como ela incide na vida dos indígenas. A repórter também apresenta várias falas das lideranças da marcha, inclusive expondo as condições que muitas delas enfrentaram para chegar até Brasília, passando dias e dias dentro de ônibus. Do ponto de vista dos enquadramentos jornalísticos, ao analisar esses dois materiais, pode-se considerar que o primeiro deles tem uma cobertura bastante estrita do acontecimento, que não alcança sequer a condição de um episódio singular no âmbito das lutas dos povos originários. A segunda matéria sugere, por sua vez, uma abordagem mais complexa da marcha, com falas de lideranças indígenas e um retrato com mais elementos acerca das condições desses povos.

Para além das circunstâncias que organizam o trabalho jornalístico (tempo de cobertura, destaque face ao noticiário do dia, disponibilidade para o processo de apuração e produção etc.), o que restou evidenciado? O que foi selecionado? Em ambas matérias tem-se como aspectos de destaque da *seleção*: mulheres indígenas de diversas etnias; união entre as mulheres e os indígenas homens para lutar contra o marco temporal; existência do acampamento permanente. A *ênfase*, por sua vez, aparece posta nos elementos que destacam o debate em torno do Marco temporal, do papel do STF e de aquela ser a realização da 2ª Marcha das mulheres indígenas.

Mesmo que a jornalista, que aparece responsável pelo segundo texto, tenha feito um processo de mergulho “etnográfico” na situação do acampamento/marcha, percebe-se que ela não consegue alcançar certas abordagens, que só poderiam ser passíveis de serem realizadas se tanto a expectativa da imprensa tradicional quanto da sociedade a “ser informada” estivessem fortemente marcados por uma demanda de conhecimento não colonial, que enxergasse os indígenas como seres não apenas com direitos específicos, mas agentes em luta por direitos que tem pretensão também universalizante. A luta das indígenas é apre-

sentada ainda como algo isolado, como se não pertencesse também à luta de todas as mulheres de forma unívoca. Destaca-se que a fotografia da segunda matéria, com um ponto de vista “em meio” às indígenas mulheres, aponta para um elemento de tensão, que pode indiciar uma possibilidade dessa outra compreensão. As indígenas não são percebidas apenas por um olhar de fora, à distância.

Ao cotejar esse material com duas matérias elaboradas por jornalistas da ANMIGA – Associação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade – sobre o mesmo acontecimento, temos elementos para indagar por enquadramentos bem diferentes. Considerando o enfoque dado pelos jornalistas, a matéria publicada no dia 7 de setembro de 2021 intitulada: “II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas: ‘Não lutar com a mesma arma do inimigo, não significa que estamos desarmadas’”, inicia-se da seguinte forma: “Mulheres indígenas guerreiras da ancestralidade de todos os biomas começam a chegar em Brasília para a II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, organizada pela Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga)”.



**II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas:
“Não lutar com a mesma arma do inimigo, não
significa que estamos desarmadas”**

FIGURA 3: Material em site dos povos indígenas

FONTE: <https://anmiga.org/ii-marcha-nacional-das-mulheres-indigenas-nao-lutar-com-a-mesma-arma-do-inimigo-nao-significa-que-estamos-desarmadas/>.

Com o tema “Mulheres originárias: Reflorestando mentes para a cura da Terra”, o relato demarca que são mulheres indígenas guerreiras da ancestralidade, não pertencem apenas aos povos específicos, mas aos biomas, o que já sugere uma sensação de unidade para elas. Outro ponto que merece destaque é que no texto elas chegam “para enterrar de vez o marco temporal”, ou seja, as mulheres indígenas, chamadas de originárias da terra, são mãe e donas da terra e a elas cabe enterrar esse projeto do governo. O título fala sobre armas, que elas não lutam com as armas do inimigo, mas não estão desarmadas, vale destacar que um dos pontos altos dessa 2ª marcha foi a entrega de flores por parte das mulheres indígenas aos policiais.

“Com a força das ancestrais, saberes, tradições e lutas que se somam e convergem juntando mulheres de todos os biomas brasileiros...”, destaca-se os saberes ancestrais, a luta, a tradição – elas são sempre referenciadas no texto como *guerreiras da ancestralidade*. O texto também traz elementos de contexto sobre o marco temporal, a votação, o direito que tais povos têm à terra. E é bastante enfatizado que a mobilização é em defesa de seus direitos originários e contra a agenda anti-indígena do governo Bolsonaro e do Congresso Nacional. O texto busca associar essas guerreiras como defensoras de seu *habitat*, os biomas, em um recurso voltado para destacar a articulação homem/natureza. Elas se tornam parte da vegetação, do clima e do relevo de uma parte do país, identificada não pelo mapa político (Estado), mas pela articulação socioambiental. “Na Luta a gente até passa perfume, mas se banha com proteção! Não lutar com a mesma arma do inimigo, não significa que estamos desarmadas”, afirma Célia Xakriabá, da organização da II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas. A fala de Célia descreve um pouco do ritual que elas têm antes de seguir em marcha: o perfume, que não é um simples aromatizante, mas uma proteção dada pelas divindades indígenas presentes na terra ou no “outro plano”. A fotografia em destaque também assume um olhar “em meio” ao ritual, um ponto de vista participante. Outro ponto relevante é que em nenhum momento o jornal O Globo falou sobre a segurança dessas mulheres ou mesmo da

organização do evento. Neste texto há ênfase no que existe “por detrás” da 2ª Marcha das Mulheres:

“Priorizando o bom funcionamento da II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, o acampamento conta com múltiplas equipes, entre elas, jurídica, de segurança, saúde, comunicação e coordenação. Todas as equipes são coordenadas pelas mulheres guerreiras da ancestralidade dos seis biomas, em aliança com as guerreiras indígenas, junto com líderes e caciques” (ANMIGA, 2021).

Em outro trecho,

“Seguindo os protocolos sanitários, todas as delegações foram orientadas a priorizar a participação de pessoas que tiveram seu ciclo de imunização contra a Covid-19 completo. O uso de máscara durante as atividades é obrigatório, assim como a testagem na chegada e no retorno das delegações ao território, cumprindo período de quarentena” (ANMIGA, 2021).

O que se mostra, para além de uma manifestação legítima, é como a marcha das originárias conta com estrutura, protocolos sanitários e apoios de entidades de saúde. Nenhum desses assuntos foi exposto pelo Globo. Quando pensamos na ideia de cuidado, temos alguns apontamentos que talvez só sejam encontrados se olharmos a mídia que está sendo produzida pela equipe de comunicação dos próprios indígenas.

O texto “Pela vida das mulheres”, do dia 9 de setembro, apresenta o motivo para o adiamento da realização da marcha, que estava prevista para o dia 9 de setembro e foi alterada para o dia 10 de setembro. As originárias decidiram resguardar suas vidas, visto que grupos extremistas e bolsonaristas estavam ameaçando os indígenas.

Grupos extremistas, fascistas, armados, muitos identificados com camisetas escrito “Agro” seguem invadindo a Esplanada dos Ministérios, com olhares coniventes do governo do GDF (Governo do Distrito Federal) e em apoio a Jair Bolsonaro. Em virtude disso, a Esplanada está bloqueada (ANMIGA, 2021).



Pela vida das mulheres, NÓS POR NÓS, pelas crianças e anciãs, seguimos em marcha!

FIGURA 4: Material do site Anmiga

FONTE: <https://anmiga.org/pela-vida-das-mulheres-nos-por-nos-pelas-criancas-e-anciãs-seguimos-em-marcha/>

No texto ainda há enfaticamente a pergunta: quem é o agro que financia esses criminosos? Quem são esses golpistas? E ainda continuam: “O Marco temporal é uma aberração jurídica, elaborada por aqueles que financiam essas manifestações antidemocráticas, e que a todo custo, historicamente, tentam calar nossa voz, assim como já fizeram no passado” (ANMIGA, 2021).

Movimento jornalístico similar faz o jornal Brasil de Fato ao analisarmos três matérias relacionadas à II marcha das mulheres. Na primeira delas “Marcha das Mulheres Indígenas: organização promove campanha de arrecadação; saiba como doar”, do dia 08 de setembro, o texto não se aprofunda no que é a marcha, fala da chegada das mulheres, da quantidade de público esperado, dos dias da programação e da arrecadação de cobertores, roupas de frio, fraldas e absorventes. “Muitas mulheres e crianças estão saindo dos seus territórios pela primeira vez, de lugares diversos e climas muito diferentes de Brasília”, por isso a necessidade do apoio de entidades e população” (BRASIL DE FATO, 2021). Mas não toca no assunto de que as mulheres estão fazendo a luta *com* as crianças

no colo. Ainda existem *links* clicáveis para fazer doação, ter acesso ao manifesto da marcha e também para a programação. O texto, mesmo não revelando maior trabalho de apuração, apresenta duas fotografias.



Mulheres Kayapó chegam ao acampamento da II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas - Anmiga

FIGURA 5: Fotografia publicada em site.

FONTE: <https://www.brasilefato.com.br/2021/09/08/marcha-das-mulheres-indigenas-organizacao-promove-campanha-de-arrecadacao>

Na primeira foto temos a imagem de mulheres Kayapó chegando ao acampamento, imagem utilizada para representar a informação de que estariam presentes várias mulheres e de várias etnias. Na foto percebe-se os trajes dessas mulheres e as pinturas em suas pernas. Na segunda foto vemos mulheres indígenas sentadas, em posição de reflexão, trajes típicos e máscaras com a seguinte legenda: cerca de 4 mil mulheres devem participar da mobilização.



Cerca de 4 mil mulheres devem participar da mobilização / Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

FIGURA 6: Fotografia de mulheres indígenas publicada em site.

FONTE: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/08/marcha-das-mulheres-indigenas-organizacao-promove-campanha-de-arrecadacao>

Na segunda matéria, “Em Brasília, mulheres indígenas reforçam pressão contra o marco temporal”, também do dia 08 de setembro, o texto fala sobre o início da marcha, quantas pessoas estão participando, o tema da marcha deste ano e também que o ato deve se somar ao acampamento “Luta pela Vida”, que já estava ocorrendo em Brasília antes delas chegarem. O texto enfatiza que as mulheres são contrárias à proposta que quer limitar a demarcação de terras indígenas. Um trecho merece destaque:

“As mulheres vêm com esse grito de liberdade. A nossa independência é estar nos nossos territórios regularizados. E poder usufruir desses espaços sem medo de morrer por uma bala ‘perdida’, ou ser capturado no mato pelos jagunços dos coronéis e dos fazendeiros” (BRASIL DE FATO, 2021).

O tema da marcha também tem bastante relevo no texto, é afirmado por uma das organizadoras do evento que reflorestar não é só no sentido literal, mas também no sentido simbólico. Porque é preciso diminuir os efeitos do desmatamento, das queimadas e do garimpo ilegal, mas

também é preciso “reflorestar em afetos, sentimentos, emoções e acolhimento” (BRASIL DE FATO, 2021). O relato jornalístico também traz uma fotografia, que é a mesma já utilizada em matéria anterior.



Com o tema 'Mulheres originárias: Reflorestando mentes para a cura da Terra', participam da mobilização mulheres de 150 povos de todos os biomas do Brasil. - Foto:

FIGURA 7: Fotografia publicada em site.

FONTE: <https://www.brasilefato.com.br/2021/09/08/em-brasilia-mulheres-indigenas-reforcam-pessao-contra-o-marco-temporal>

No texto 3 “Bolsonaristas intimidam Marcha das Mulheres Indígenas em Brasília (DF)” do dia 09 de setembro, temos a elaboração de uma reportagem sobre a 2ª Marcha das Mulheres. No início a reportagem destaca uma foto com a seguinte legenda: “Acampamento Primavera Indígena reúne 4 mil mulheres de 150 povos de todas as regiões do país em Brasília (DF) durante votação do marco temporal”.

O texto é mais abrangente, com mais detalhes de apuração e com a apresentação de um contexto básico das reivindicações das mulheres indígenas e dos povos originários em geral. Enfatiza o clima de insegurança que os apoiadores de Bolsonaro causaram em Brasília na semana da pátria, impedindo a marcha de sair por dois dias consecutivos. Os indígenas disseram que preferiam “resguardar vidas” do que partir para o enfrentamento, pois um vídeo que circulava na internet dizia que

os apoiadores do presidente “tirariam sangue dos indígenas”. Ainda é ressaltado que a data oficial da marcha está ameaçada, pois o presidente incitou ainda mais a crise entre os poderes e, desta forma, as mulheres optaram por resguardar as vidas delas e de seus filhos.



Acampamento Primavera Indígena reúne 4 mil mulheres de 150 povos de todas as regiões do país em Brasília (DF) durante votação do marco temporal - Carl de Souza / AFR

FIGURA 8: Fotografia publicada em site.

FONTE: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/09/bolsonaristas-intimidam-marcha-das-mulheres-indigenas-em-brasilia-df>

É explicitado no texto que em anos anteriores, antes do *impeachment* de Dilma Rousseff, a Câmara de Deputados era um território livre para os visitantes e que agora os portões vivem trancados por medo dos grupos antidemocráticos. A matéria traz uma segunda foto com a seguinte legenda: “Índigena da etnia Xikrin aguarda votação do STF sobre marco temporal em Brasília nesta quarta-feira (9)”.

Na FIG. 9 há a definição de qual etnia a mulher indígena pertence, assim como na primeira imagem, em que houve menção às mulheres Kayapó. Nestas imagens, especificamente, as indígenas não são tratadas de forma homogênea. O texto fala ainda da suspensão da votação da tese do marco temporal, explica um pouco a situação da votação e de como o cenário político tem se articulado para conseguir aprovar o PL.



Indígena da etnia Xikrin aguarda votação do STF sobre marco temporal em Brasília nesta quarta-feira (9) / Carl de Souza / AFP

FIGURA 9: Fotografia publicada em site.

FONTE: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/09/bolsonaristas-intimidam-marcha-das-mulheres-indigenas-em-brasilia-df>

Ao final do texto, os autores utilizam “rituais em vez de briga”, afirmando que em meio a esse cenário caótico que estava Brasília, o acampamento das mulheres tinha se tornado um conforto. “As mulheres capricharam nas cores das pinturas e dos colares, cocares, saiotos, com cantos em variadas línguas brasileiras. São 4 mil mulheres de 150 povos de todas as regiões do país” (BRASIL DE FATO, 2021). A reportagem é encerrada com a fala de uma manifestante, que destaca que para além da questão do marco temporal, os indígenas acampados reivindicam questões como saúde e educação, ressaltando o número de vidas indígenas que foram perdidas na pandemia por uma total falta de gestão dos órgãos responsáveis. “Dá pra ver a força das mulheres nos cantos, nas danças, na cultura. Este é um reencontro pautado na vida, na cura, no afeto” (BRASIL DE FATO, 2021).

Nas matérias veiculadas pelo Brasil de Fato, podemos observar que o veículo em questão se posiciona editorialmente como um jornal que quer dar voz a movimentos sociais. Percebe-se que os textos produzidos tendem a buscar contextualizar o acontecimento, destacando a voz das

indígenas e suas causas e apresentando de forma explícita uma posição política acerca dos episódios. Realiza a identificação das diferentes etnias nas fotografias ainda que várias das imagens também assumam uma natureza de ilustração genérica dos povos indígenas.

Em um contexto editorial distinto, o das mídias ligadas ao poder público e ao governo federal, a Agência Brasil realiza movimentos jornalísticos a serem evidenciados em três materiais publicados na sua plataforma online. Na primeira delas: “Marcha Nacional das Mulheres Indígenas começa em Brasília do dia 07 de setembro”, o texto traz uma foto sem legenda e que foi bastante republicada por outros meios de comunicação.



FIGURA 10: Fotografia publicada em site.

FONTE: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-09/marcha-nacional-das-mulheres-indigenas-comeca-em-brasilia>

A matéria é de cunho informativo, explica quando começa e termina a marcha, enfatiza que as mulheres vão se juntar ao movimento dos povos indígenas que estão acampados há 3 semanas em Brasília. A matéria dá destaque para o manifesto das mulheres indígenas e termina com uma fala dos organizadores.

Um segundo texto, “Câmara discute ações para conter violência contra mulheres indígenas”, do dia 09 de setembro, traz como foto - novamente sem legenda - a imagem de indígenas, onde as mulheres são mostradas ativas e atentas às discussões. O texto inicia relatando que duas comissões parlamentares (Direitos Humanos e Minorias e Defesa dos Direitos da Mulher) da Câmara dos Deputados realizaram naquele dia uma reunião conjunta para debater a violência contra mulheres indígenas de todo o Brasil com uma representante da ONU Mulheres que afirma que as indígenas mulheres são as que mais sofrem com a violência em todos os seus aspectos e que a mulher indígena da América Latina está ainda mais vulnerável porque luta por território. Há várias falas da representante da ONU.



FIGURA 11: Fotografia publicada em site.

FONTE: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-09/camara-discute-acoes-para-conter-violencia-contras-mulheres-indigenas>

“As mulheres indígenas são vítimas de múltiplos atos de violência: abuso sexual, violência doméstica, assassinatos, desaparecimento, submissão à prostituição e uso não consensual de suas imagens como objetos decorativos e exóticos. Elas também experimentam formas particulares de violências, as chamadas violências ecológica - uma referência aos impactos prejudiciais das políticas e práticas que afetam a saúde das mulheres, estilos de vida, status social e sobrevivência

cultural”, disse a representante da ONU Mulheres (AGÊNCIA BRASIL, 2021).

A ênfase é dada no sentido de que a violência contra a mulher indígena não é algo isolado e deve ser considerado dentro do quadro da violação dos direitos humanos. O texto vai se aprofundando nas denúncias que as indígenas têm feito no Brasil e traz falas de representantes do movimento. Ao final do texto ainda é discutida a questão da inconstitucionalidade de vários projetos que ferem os indígenas e é apresentada a fala de um representante do governo federal, único homem a falar na reunião. “O governo federal reconhece que o Brasil é um país multiétnico, de enorme diversidade cultural, e que está atento à violência contra as mulheres, incluindo as indígenas” (AGÊNCIA BRASIL, 2021).

Já no texto “Mulheres indígenas seguem mobilizadas contra Marco Temporal”, do dia 09 de setembro, temos nova foto sem legenda de mulheres com arco e flecha, roupas, cabelos e pintura corporal que fazem referência a traços de identificação do seu povo. Isso não é citado na reportagem.



FIGURA 12: Fotografia publicada em site.

FONTE: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-09/mulheres-indigenas-seguem-mobilizadas-contramarco-temporal>

A matéria também começa informando o número de participantes e cita partes do que está no manifesto delas. O que chama atenção nessa reportagem é que o repórter informa que “o dia começou com grupos entoando rezas e cantos e realizando ritos tradicionais enquanto a programação era definida” (AGÊNCIA BRASIL, 2021). Nenhuma matéria até aqui tinha feito qualquer menção aos ritos sistematicamente realizados por elas. Há também a fala sobre a mudança no itinerário, sem citar que isso foi provocado por atos dos apoiadores do presidente. Destaca-se ainda a menção à homenagem feita para duas adolescentes indígenas que foram assassinadas durante o ano de 2021. O texto liga esses episódios à violência que o povo indígena sofre, mas não cita em nenhum momento que as adolescentes foram estupradas. Uma fala de uma liderança da ANMIGA é utilizada para tratar da violência de gênero e do machismo dentro das aldeias, dando a entender que os assassinatos aconteceram por problemas internos aos grupos. São apresentados dados do aumento de violência dentro das aldeias indígenas e feita comparação com a diminuição da violência na população em geral.

A Agência Brasil aborda em suas três matérias vários aspectos críticos da questão dos povos originários, dá voz às representantes indígenas, explica a mudança de cronograma da marcha por conta de atos bolsonaristas, cita por diversas vezes os rituais delas feitos ao longo da marcha e no acampamento. Ao contrário do Brasil de Fato, que tem um posicionamento político-editorial explícito, a Agência se apresenta para informar como um órgão público. Não dá ênfase às reivindicações centrais e que são contrárias às ações do governo mas, ainda assim, afirma no texto as posições da luta das indígenas.

Por fim, destacamos um álbum de fotografias sobre a 2ª Marcha das Mulheres que foi publicado no site UOL notícias com a seguinte chamada: “Mulheres indígenas fazem marcha em Brasília em 7 de setembro”, com um total de 38 fotos, onde cada uma delas traz uma informação específica sobre a marcha.



FIGURA 13: Álbum publicado em site.

FONTE: <https://noticias.uol.com.br/album/2021/09/07/marcha-das-mulheres-indigenas-em-brasilia-em-7-de-setembro.htm?foto=11>



FIGURA 14: Álbum publicado em site.

FONTE: <https://noticias.uol.com.br/album/2021/09/07/marcha-das-mulheres-indigenas-em-brasilia-em-7-de-setembro.htm?foto=11>

Algumas fotos apresentam detalhes que convidam ao olhar mais atento. São imagens que destacam como as indígenas utilizam o corpo como forma de manifestação e expressão das suas lutas. Há várias imagens ressaltando escritos com alusão à bandeiras levantadas pela marcha, pinturas específicas das diferentes etnias, aspectos da vesti-

menta como cocar e adereços do pescoço, pés e braços. Algumas fotografias parecem querer destacar elementos aparentemente “inusitados” como a que registra apenas as pernas das indígenas, todas pintadas e utilizando chinelos, próximas a uma garrafa de Coca-Cola.



FIGURA 15: Fotografia publicada em site.

FONTE: <https://noticias.uol.com.br/album/2021/09/07/marcha-das-mulheres-indigenas-em-brasilia-em-7-de-setembro.htm?foto=11>



FIGURA 16: Fotografia publicada em site.

FONTE: <https://noticias.uol.com.br/album/2021/09/07/marcha-das-mulheres-indigenas-em-brasilia-em-7-de-setembro.htm?foto=11>



FIGURA 17: Fotografia publicada em site.

FONTE: <https://noticias.uol.com.br/album/2021/09/07/marcha-das-mulheres-indigenas-em-brasilia-em-7-de-setembro.htm?foto=11>



FIGURA 18: Fotografia publicada em site.

FONTE: <https://noticias.uol.com.br/album/2021/09/07/marcha-das-mulheres-indigenas-em-brasilia-em-7-de-setembro.htm?foto=11>

As imagens apenas “ilustram” um relato sobre a marcha, pois nenhum dos textos que acompanham as fotografias se relaciona singularmente com o que ali é mostrado ou sugerido. A diversidade de corpos, vestimentas, adereços, pinturas, gestos, se parecem acentuar as diferenças entre as indígenas presentes à manifestação, não são capazes de singula-

rizar as múltiplas etnias, suas formas de existência e os variados “gestos de luta” que realizam.

Dessa forma a luta das indígenas aparece oscilando entre apontar uma diversidade de povos de um território – indígenas urbanos, aqueles e aquelas que moram em área de reserva, grupos que mantêm formas de relacionamento muito diversas com as sociedades envolventes, diferentes formas de organização social e uma imensa diversidade cultural – e uma luta que aparece restrita a um agrupamento humano específico. As mulheres indígenas, nos relatos da cobertura da marcha, ainda permanecem projetadas, a despeito de algumas variações, na categoria homogeneizadora “índios”. Praticamente inexitem referências a questões decisivas tais como a diferença linguística, a questão dos povos isolados, a problemática das fronteiras, em geral reduzidas ao Estado-nação.

Considerações finais

Ainda que haja certa variedade de situações institucionais que patrocinam o jornalismo na cobertura da marcha das indígenas – mídia corporativa tradicional; veículos com posicionamentos político-editoriais manifestos; meios ligados às instâncias do governo federal – percebe-se a força de uma compreensão corriqueira dos processos jornalísticos. A simpatia e mesmo “adesão” à causa dos povos originários não remete a uma apresentação da problemática apta a reconhecer tensões, nuances na composição de um mundo renovado dos acontecimentos. As fotografias indicam atenção a enquadramentos com forte apelo visual a situações novas – “mulheres reunidas em praça pública”, “pintadas para a luta” etc. – mas que reiteram um sentido de “inusitado” das cenas, não de montagem/remontagem de quadros novos de sentido. Há uma evidente homogeneização da mulher indígena, todas elas em geral tratadas como se pertencessem à mesma etnia, mesmo estando explícito especialmente nas fotografias que se tratam de grupos distintos. Se as imagens parecem pedir uma cena de diferenças, a força de um certo modo de operação do dispositivo jornalístico tradicional insiste em sugerir uma origem comum.

“É claro que, se pensamos a subjetivação a partir da noção de dispositivo, o que é produzido é, primeiro, um sujeito assujeitado. A cena é o lugar de um encontro, enquanto que o dispositivo é uma fabricação, apesar de todos os sentidos diferentes que possamos atribuir a ele. “Dispositivo” é um conceito (...) em que ele é algo como o aparelho que impõe a maneira como vamos nos posicionar, como vamos ser identificados e como devemos olhar e sermos vistos. (...) A noção de “dispositivo” diz: eis o que produz aquilo que você percebe e o que você pensa. A cena é mais o que expõe as diferentes maneiras como uma mesma coisa pode ser percebida: ela é sempre, para mim, o momento no qual as coisas podem vacilar, ser sacudidas ou revertidas”. (RANCIÈRE, 2021, p.103)

Não se trata de imaginar que modos de operar do dispositivo jornalístico sejam sempre avessos a exposição de maneiras outras das coisas existirem. Mas a “diferença editorial” não parece suficiente para, entre os veículos, imaginar montagens de cenas distintas. Ainda que pequenos e variados elementos apareçam tensionando a máquina explicativa do jornalismo: porque a nomeação das etnias aparece? Quando aparecem se prendem a uma disputa no modo de funcionamento do dispositivo? São insurgências jornalísticas? Lembrar, como algumas matérias fazem, ainda que muito rapidamente, a centralidade dos modos de vida das indígenas nas formas delas saberem o mundo evidencia alguma “falha” no funcionamento da processualidade jornalística canônica? É possível investigar tais aspectos como algo mais que um esquecimento momentâneo do jornalismo de que o mundo não se dá a ver sem algum esforço de multiplicar as formas de tradução e experimentação? Como, fazendo coro às mulheres originárias, é possível “reflorestar” essa mentalidade das várias formas de fazer jornalismo?

Referências

ACOSTA, Mylena; CRUZ, Fábio. Identidade dos Povos Indígenas na Mídia: um Comparativo da Cobertura de G1 de Carta Capital no Acampamento Terra Livre 2017. In: *Anais XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul* – Porto Alegre, 2019.

ALTHEMAN, Francine; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Narrativas jornalísticas e insurgências secundaristas: o aparecer de demandas dissensuais em disputa. *Revista Latino-americana de Jornalismo*, Ano 8 v.8 n.1, 2021.

ANTUNES, Elton; MAFRA, Rennan; JÁUREGUI, Carlos. Mídia em trânsito, mídia em transe: textualização, epifania e distanciação. In: LEAL, Bruno; CARVALHO, Carlos Alberto; ALZAMORA, Geane. (Org.). *Textualidades midiáticas*. Belo Horizonte: PPGCom/UFMG, 2018. 172 p. (Olhares Transversais).

ANTUNES, E. De certezas e desvios: a experiência “modelizada” no texto jornalístico. In: B. LEAL, C. GUIMARÃES, C. MENDONÇA. *Entre o sensível e o comunicacional*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 145-166.

ARAÚJO, Gabriel Masarro; LUTZ, Kássia Nadine; GRIJÓ, Wesley Pereira; CARVALHO, Luciana Menezes. Indígenas do Brasil e a Mídia: o que dizem as pesquisas. In: *Anais do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Intercom, Curitiba, 2017.

ARAÚJO, Victória; CARDOSO, Yasmin Ribeiro Gatto; D’ABREU, Patrícia; WANDENKOLK, Isadora; SILVA, Sara. Indígenas Mulheres e a Pandemia do Novo Coronavírus: a questão do enquadramento. In: *Anais do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom*, 2020, p.13). (VIRTUAL)

BORGES, Fabiana Claudia Viana. Memória e (in)visibilidade: a mulher indígena discursivizada na mídia. In: *VI Colóquio – Brasil Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas*. São Carlos, 2016.

DEMARCHI, André. Contra-narrativas indígenas: vulnerabilidades e resistências. In: MIRANDA, Cynthia Mara et al. *Vulnerabilidades*,

narrativas, identidades. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020. p. 65- 89.

KAINGANG, Azelene. Depoimento de uma militante. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. P.410-422

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; VELOSO, Lucas Henrique Nigri; PRADO, Marco Aurélio Máximo. Enquadramentos, cenas dissensuais e o aparecer antierárquico: ação política e resistência em Judith Butler e Jacques Rancière. *Comunicação Mídia e Consumo*, v. 18, n. 53, 2021.

MELO, P. B. O índio na mídia: discurso e representação social. *III Jornada Internacional e I Conferência Brasileira sobre Representações Sociais -Relações entre Práticas e Representações*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 2375-2389, 2005.

OLIVEIRA, Marize Vieira de. Feminismo Indígena. Mulheres indígenas: da invisibilidade à luta por direitos. In: DE HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. Editora Companhia das Letras, 2018. p.301-324.

OTRE, Maria Alice Campagnoli. Comunicação Alternativa entre os Indígenas de Dourados/MS: Mobilização Social ou Interferência nas Hierarquias Comunicativas?. *Inovcom* (São Paulo), 2007.

Relatório das Visitas a Terras Indígenas e Audiências Públicas Realizadas nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso Do Sul, Rondônia, Roraima, Pernambuco, Bahia e Santa Catarina (2003). Conflitos em terras Indígenas. *Câmara dos Deputados*. Disponível em: www.câmara.gov.br/cdh/relatorios/relatorio_indigena.html. Acesso em maio de 2021.

SAMPAIO, Paula Faustino. Silêncios e palavras na rede de significados sobre as mulheres indígenas no Brasil. In: *XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis, 2015.

SOARES, Ana Manoela Primo dos Santos. Mulheres Originárias: Reflexões com movimentos de indígenas mulheres sobre as existências e inexistências de feminismos indígenas. *Cadernos de Campo* (São Paulo-1991), v. 30, n. 2, p. e190396-e190396, 2021.

RANCIÈRE, Jacques; JDEY, Adnen. *O método da cena*. Belo Horizonte, Quixote+Do, 2021.

TUPINAMBÁ, Aracy. Aracy Tupinambá fala sobre o contexto das mulheres indígenas na mídia brasileira. Publicada em 24 de julho de 2012. Entrevista concedida a *CinemaArtes*. Disponível em: <http://www.indioeduca.org/?p=1744>. Acesso em abril de 2020.



Série Ambivalência [2020]
Fotografia: Amanda Leite
Performance: Renata Ferreira

CAPÍTULO 7

A vulnerabilidade da narrativa sobre a Amazônia: proposta metodológica de avaliação das configurações da desinformação

LIANA VIDIGAL ROCHA

MAÍRA EVANGELISTA DE SOUSA

A desinformação aumentou exponencialmente a sua capacidade de reverberação, sobretudo, nas plataformas digitais que se transformaram em ambiente fértil para o compartilhamento de distorções, invenções, falseamentos e mentiras, tornando-se um problema que afeta a sociedade e, por conseguinte, a vida das pessoas.

Diante desse cenário, a circulação de informações enganosas tem preocupado cada vez mais os brasileiros. Segundo o relatório *Digital News Report 2021*¹, no país, aproximadamente 82% da população está atenta a tal questão. Os dados apontam também que embora aqueles que usam as mídias sociais sejam mais propensos a serem expostos aos conteúdos falsos, os aplicativos de mensagens (como o WhatsApp) são vistos como um perigo ainda maior para a circulação de conteúdos enganosos em países como o Brasil.

Neste capítulo, parte-se da compreensão de que a cultura digital é caracterizada pela plataformização da sociedade, pelos processos de dataficação e pela performatividade algorítmica das plataformas

1. NEWMAN, Nic *et al.* *Reuters Institute Digital News Report 2021* – 10th Edition. Disponível em: <https://bit.ly/Digital_News_Report_2021>. Acesso em: 28 mar. 2022.

(LEMOS, 2021). Desse modo, empresas de tecnologia como Apple, Facebook, Google e Microsoft têm investido no desenvolvimento de plataformas para circulação de informações de cunho noticioso. Contudo, tais plataformas coletam os dados dos usuários que, dentre outras coisas, são utilizados pelos algoritmos para a distribuição de publicações personalizadas e individualizadas.

Consequentemente, há uma vulnerabilidade da circulação de conteúdos (SOUSA; EIRÓ; CHAGAS JÚNIOR, 2020) e de narrativas – incluindo as narrativas jornalísticas – nas plataformas digitais (mídias sociais e aplicativos de mensagens) (SOUSA; ABREU; PORTO, 2021). Essa vulnerabilidade resulta em um grave problema da sociedade contemporânea: a circulação de desinformações, as quais prejudicam pessoas e/ou instituições, fortalecem disputas ideológicas, enfraquecem o jornalismo e, principalmente, confundem o público consumidor de notícias (ROCHA, 2020).

O objetivo deste capítulo é propor um quadro metodológico de avaliação das configurações das desinformações que circulam nas plataformas digitais. Para tanto, sugere-se que os conteúdos coletados nas mídias sociais e nos aplicativos de mensagens sejam analisados a partir das seguintes categorias: i) Temática; ii) Tipo de Postagem; iii) Formato; iv) Plataforma de Reverberação; v) Categoria de Desinformação; vi) Tipo de Desinformação; vii) Fonte; viii) Contexto. Esta proposta metodológica baseia-se na análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

O capítulo está dividido em quatro tópicos principais. No primeiro, *A vulnerabilidade da narrativa nas plataformas digitais*, discute-se como as narrativas podem tornar-se vulneráveis nos ambientes digitais, favorecendo a circulação de conteúdos enganosos. No segundo tópico, *Desinformação, Filtro Bolha e Câmara de Eco Digital*, explana-se a questão dos conteúdos enganosos, com foco nos problemas relacionados aos algoritmos das plataformas. Em seguida, no terceiro, *Proposta Metodológica*, apresenta-se o quadro metodológico de avaliação das configurações das desinformações que circulam nas plataformas digitais. Por fim, no quarto tópico, *Aplicações*, demonstra-se como o quadro metodológico proposto pode ser utilizado em estudos sobre desinformação em mídias sociais e aplicativos de mensagens. Os exemplos utilizados são relacionados à Amazônia.

A vulnerabilidade da narrativa nas plataformas digitais

As narrativas se fazem presentes não somente nos formatos mais óbvios e reconhecíveis, pois elas são um modo de apreender o mundo e dar sentido à vida (LEAL, 2013). Por isso, segundo Carvalho (2013, p. 51), a necessidade de ampliar a ideia de narrativa, a qual “deixa de ser somente modalidade de construção pela palavra escrita ou pela tradição do relato oral para alcançar a forma pura de uma narrativa visual”.

Alargando ainda mais essa perspectiva, em um cenário de construção mediada na realidade (COULDRY; HEPP, 2020), compreende-se que as narrativas podem ser construídas nas plataformas digitais por meio da performatividade algorítmica das plataformas. Desse modo, nas plataformas digitais cada pessoa tem acesso a uma narrativa personalizada e individualizada, formada por textos, fotos, gráficos, áudios, vídeos (dependendo das características de cada plataforma) e que é construída por algoritmos.

O jornalismo, por sua vez, pode ser considerado uma maneira peculiar, dentre outras socialmente existentes, de conformar narrativas. Contudo, segundo Leal (2013, p. 47), olhar o jornalismo como um fenômeno narrativo “é descortinar um vasto campo de questões e problemas que fazem ver outras dimensões presentes na complexidade do fenômeno jornalístico e permitem renovar modos de apreendê-lo e investigá-lo”.

Nesse sentido, Carvalho (2019) também aponta problemas relacionados ao jornalismo como fenômeno narrativo:

talvez nem sempre encontremos compromissos éticos sólidos que demarquem as distinções entre real e ficção mais pelo conteúdo do que pela forma. De fenômenos como fake news a estratégias narrativas que apelam para o sensacionalismo, deformações de estilo, exageros, descontextualizações, estratégias de silenciamento, exclusão de personagens e outras artimanhas podem borrar, mais do que em outros campos que se utilizam das narrativas, as fronteiras entre o que pode ser verificado e o que atende a critérios de “invenção”, cujas motivações nem sempre poderão ser facilmente percebidas (CARVALHO, 2019, p. 43).

Tais problemas podem ser ampliados quando as narrativas jornalísticas são associadas às plataformas digitais, uma vez que qualquer pessoa pode facilmente publicar e/ou compartilhar conteúdos nesses ambientes e, conseqüentemente, propagar “notícias falsas, contas falsas, bots, contas reais que se parecem com bots, doxxing, trolling, propaganda, assédio direcionado, influência oculta e o vasto guarda-chuva de desinformação que ocupa grande parte da mídia e cobertura política” (BELL, 2019, s/p, tradução nossa²).

Diante desse contexto, Sousa, Eiró e Chagas Júnior (2020) estabelecem três³ dimensões de vulnerabilidade relacionadas à circulação de conteúdos em ambientes digitais. Para esta pesquisa, o foco está na terceira dimensão que é definida como vulnerabilidade da narrativa:

a tessitura narrativa na internet é formada por conteúdos publicados por profissionais e amadores, e construídas por robôs a partir das buscas de cada um na internet e de sua localização. Assim, ao buscar conteúdos na internet, os resultados podem ser diferentes dependendo de cada uma das buscas, bem como esses resultados podem trazer conteúdos falsos, descontextualizados e/ou criminosos justamente por conta da falta de controle da narrativa que é criada. Com isso, as representações criadas podem ser influenciadas pelos robôs que filtram e organizam a circulação de conteúdos na rede (SOUSA; EIRÓ; CHAGAS JÚNIOR, 2020, p. 201).

Em um cenário em que as empresas de tecnologia investem progressivamente na circulação – mediada por algoritmos – de conteúdos jornalísticos nas plataformas digitais, Sousa, Abreu e Porto (2021) percebem duas características específicas da vulnerabilidade da narrativa (ver quadro 1):

2. No original: “*Fake news, fake accounts, bots, real accounts that look like bots, doxxing, trolling, propaganda, targeted harassment, hidden influence, and the vast umbrella of misinformation have occupied much of our media and political coverage*”.

3. Vulnerabilidade participativa, vulnerabilidade robótica e vulnerabilidade da narrativa. As duas primeiras referem-se às fontes e a última relaciona-se à narrativa.

Característica	Definição
Personalização algorítmica da narrativa	Esta vulnerabilidade envolve a distribuição de conteúdos individualizada de acordo com os temas de interesse e as afinidades de cada indivíduo e, conseqüentemente, a formação da bolha dos filtros. Com o processo de personalização e individualização do conteúdo noticioso distribuído pelas plataformas, cada pessoa tem acesso a uma experiência única da narrativa – construída pelos algoritmos.
Curadoria algorítmica da narrativa	Esta vulnerabilidade abarca a questão da distribuição de conteúdos de forma automatizada – mediada por algoritmos, com base nos dados – de interação, comportamento, consumo, localização, etc – das pessoas. Cada vez menos são os jornalistas que detém o controle da circulação das informações, visto que os algoritmos têm se tornado os novos guardiões da informação.

QUADRO 01: Características da vulnerabilidade da narrativa nas plataformas digitais
 FONTE: Organização das autoras com base em Sousa, Abreu e Porto (2021).

Destaca-se que a personalização e a curadoria algorítmica – caracterizadoras da vulnerabilidade da narrativa – geram problemas relacionados à desinformação, segundo os autores. A primeira, a personalização, pois ao disponibilizar somente o conteúdo de interesse das pessoas, vai de encontro com um dos princípios do jornalismo que é de divulgar informações de interesse público e não oferece uma narrativa com todos os pontos de vista de uma história, favorecendo a circulação de desinformações e de pós-verdades. A segunda, a curadoria, pois não há transparência quanto aos dados e aos critérios usados pelos algoritmos para a seleção das informações que serão distribuídas para cada pessoa, podendo haver a distribuição de conteúdos noticiosos fora do contexto original que também podem causar a disseminação de desinformação e de pós-verdades (SOUSA; ABREU; PORTO, 2021).

O conceito de desinformação – que tem como uma das causas a performatividade algorítmica e, conseqüentemente, a vulnerabilidade da narrativa nas plataformas digitais – é melhor abordado no tópico a seguir.

Desinformação, Filtro Bolha e Câmara de Eco Digital

Nos últimos anos, observamos o crescente aumento da circulação de desinformação nas plataformas digitais, tendo as mídias sociais como o principal meio de divulgação das informações falsas, erradas e manipuladas. A disseminação desse tipo de conteúdo preocupa diferentes segmentos da sociedade, uma vez que os dados compartilhados podem prejudicar pessoas, instituições e governos ou até mesmo gerar pânico quando envolve questões ligadas à saúde ou a um conflito armado.

De acordo com Wardle e Derakhshan (2017), a desinformação apresenta uma estrutura composta por categorias que resultam na chamada Desordem da Informação. Na primeira categoria, Informação Incorreta, estão a conexão falsa e o conteúdo enganoso. Necessariamente não apresentam a intenção de causar danos, porém as informações contidas nesses tipos de desinformação acabam confundindo o público. A segunda categoria, chamada de Desinformação intencional, é composta pelo contexto falso, o conteúdo impostor, o conteúdo manipulado e o conteúdo fabricado. Esses tipos de desinformação são criados com a intenção de prejudicar pessoas, instituições ou grupos sociais. A terceira categoria, conhecida como Má Informação, é composta por discursos de ódio, vazamento de dados ou assédios. Esses conteúdos geralmente se baseiam na realidade e são usados para infligir danos a pessoas, organizações ou até mesmo nações.

Santos-D'Amorim e Miranda (2021) acrescentam novos elementos à essa classificação feita por Wardle e Derakhshan (2017), incluindo os hoaxes (são os boatos na internet, que usam métodos para enganar o público, como evidências forjadas ou manipulação em mídias sociais), *fake reviews* (avaliações falsas ou enganosas realizadas em sites principalmente de compras para influenciar a opinião e a tomada de decisão do usuário) e *phishing* (um tipo de uso indevido de informações pessoais e/ou confidenciais).

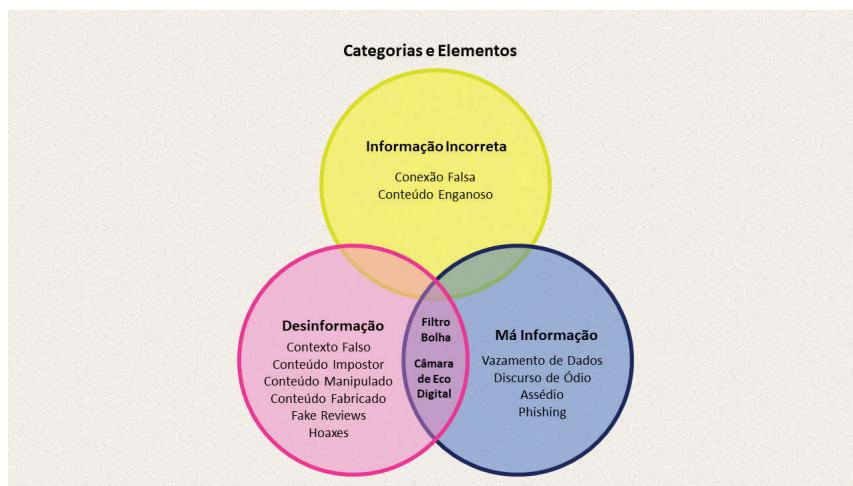


FIGURA 01: Elementos da Desordem da Informação

FONTES: Adaptado de Wardle e Derakhshan (2017) e Santos-D'Amorim e Miranda (2021).

De acordo com Wu *et al.* (2019), a academia vem dispensando especial atenção ao assunto por entender que a proliferação da desinformação nas mídias sociais tem ocorrido de maneira generalizada. Os pesquisadores afirmam que “embora a disseminação de desinformação venha sendo estudada no jornalismo, o surgimento de plataforma de mídias sociais, combinada com o potencial de automação, facilita a propagação desse tipo de conteúdo para um grande número de pessoas, trazendo desafios sem precedentes” (WU *et al.*, 2019, p. 80, tradução nossa⁴).

Allcott, Gentzkow e Yu (2019) fizeram um levantamento do volume de desinformação que circulou nas mídias sociais entre os anos de 2015 e 2018. O resultado, publicado em um artigo científico, mostrou que, pelo menos, 569 sites eram responsáveis por publicar histórias falsas. Além disso, verificaram o engajamento desses conteúdos no Facebook e no Twitter. A pesquisa mostrou ainda que a difusão de desinformação nas mídias sociais constitui-se em uma “forte ameaça à democracia e

4. No original: “*Though the spread of misinformation has been studied in journalism, the openness of social networking platforms, combined with the potential for automation, facilitates misinformation to rapidly propagate to a large group of people, which brings about unprecedented challenges.*”

à sociedade em geral”, cujos efeitos têm sido discutidos, porém com poucas respostas para os motivos da sua evolução.

Collins *et al.* (2020, p. 250, tradução nossa⁵) asseveram que “a proliferação de notícias falsas nas mídias sociais tem implicações a curto e longo prazo para o público”, uma vez que a desinformação pode ser compartilhada de maneira intencional e não-intencional. O compartilhamento intencional refere-se a quem sabe que a informação é falsa e mesmo assim dissemina o conteúdo com o objetivo de obter algum retorno político ou ganho financeiro. Já o compartilhamento não-intencional é feito por pessoas que não sabem que a informação é falsa, mas repassam o conteúdo pelo simples fato de que viram seus contatos e/ou amigos fazendo as postagens (CAMPAN *et al.*, 2017; COLLINS *et al.*, 2020).

O efeito da câmara de eco contribui enormemente para este aspecto, o sistema de mídia social é feito de um algoritmo que recomenda certas notícias ou informações a um consumidor devido ao grupo ao qual pertence nas redes sociais, seu histórico anterior, círculo de amizade tal que quando um amigo vê algo, a outro amigo é recomendado a mesma coisa e notificará o usuário que tal conteúdo foi visto ou apreciado por seus amigos, o que motivará tal indivíduo a também compartilhar ou curtir (COLLINS *et al.*, 2020, p. 250, tradução nossa⁶).

A partir da explicação dos pesquisadores, nota-se que um dos motivos para a proliferação de desinformação nas mídias sociais está diretamente associada aos algoritmos, uma vez que esses atuam identificando o comportamento do usuário durante a navegação e a interação. Isto é, a cada compartilhamento, comentário, curtida ou acesso à determinada informação ou página, o algoritmo capta esses dados e posteriormente oferece informações semelhantes, prendendo, de certa forma, o público em uma bolha.

5. No original: “*The proliferation of fake news on social media has short-term as well as long-term implications for its consumers [...]*”.

6. No original: “*The echo chamber effect contribute enormously to this aspect, the social media system is made of an algorithm that recommends certain news or information to a consumer due to the group in which he/she belongs to on the social media, their prior history, circle of friendship such that when a friend view something, another friend is recommended the same thing and it will notify the user that such content has been viewed or liked by his/her friends which will motivate such an individual to also share or like it*”.

De acordo com Möller (2022), as expressões filtro bolha e câmara de eco digital têm sido utilizadas como sinônimos para se referir a feed de notícias tendenciosas. Contudo, é necessário esclarecer que seus conceitos apresentam diferenças, sobretudo, no que diz respeito à personalização, que é o principal viés. “A noção de câmara de eco está mais ligada a mecanismos de personalização explícita, enquanto os espaços do filtro bolha sugerem que as estratégias de personalização implícitas são mais dominantes” (MÖLLER, 2022, s/p. tradução nossa⁷).

Nesse sentido, compreende-se que a câmara de eco digital é formada por ambientes nos quais o usuário encontra apenas opiniões e informações que são compatíveis com os seus pensamentos, inclusive distorcendo a realidade e desconsiderando pontos de vista contrários aos seus. Já o filtro bolha refere-se a um universo composto por informações provenientes da personalização de conteúdo definida a partir dos algoritmos presentes nas ferramentas de busca e plataformas de mídias sociais, criando assim um ecossistema próprio e pessoal (PARISER, 2011; SANTOS-D'AMORIM; MIRANDA, 2021).

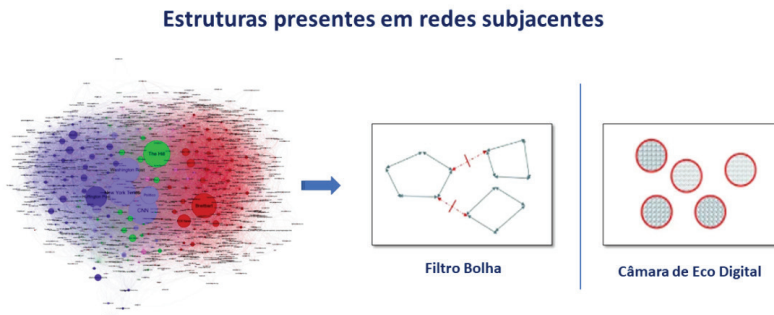


FIGURA 02: Representação visual do Filtro bolha e da Câmara de Eco Digital.

FONTE: Adaptado de Kelly e François (2018) e Bruns (2019)

7. No original: “The notion of echo-chambers is linked more to mechanisms of explicit personalization, whereas the filter bubble places suggests that implicit personalization strategies are more dominant”.

Chitra e Musco (2020) explicam que, apesar das mídias sociais terem oferecido a oportunidade de se publicar e consumir informações e ideias variadas e distintas, também são responsáveis por ampliar e incentivar a polarização principalmente em relação a assuntos polêmicos. [...] “para aumentar o engajamento do usuário, empresas de mídia social conectam usuários com ideias que eles já estão propensos a concordar, criando assim câmaras de eco com crenças semelhantes” (CHITRA; MUSCO, 2020, p. 115, tradução nossa⁸).

Contudo, Zimmer *et al.* (2019) entendem que, a despeito do filtro bolha ou da câmara de eco digital, o usuário apresenta uma predisposição a acessar, aceitar e repassar informações que sejam compatíveis com as suas crenças e ideias. Nesse sentido, mesmo com a utilização de softwares ou da inteligência artificial, a principal forma de combater a proliferação da desinformação é o próprio público, afinal “[...] um “usuário crítico” parece ser o fator decisivo na identificação e prevenção de notícias falsas” (ZIMMER *et al.*, 2019, p. 50, tradução nossa⁹).

A alfabetização midiática seria a estratégia a longo prazo para formar esse usuário mais crítico e capaz de identificar os diferentes tipos de desinformação. Porém, enquanto essa tática não se consolida, o público pode utilizar estratégias mais simples para ‘driblar’ os algoritmos e assim romper o filtro bolha e escapar da câmara de eco, tais como: i) adotar a opção de navegação anônima; ii) excluir o histórico de navegação; iii) não aceitar ou reconfigurar os cookies e iv) curtir informações diferentes do seu gosto pessoal e recorrente (BURBACH *et al.*, 2019, p. 5, tradução nossa¹⁰).

Portanto, a partir do argumento de que o combate à desinformação deve levar em consideração não somente a questão dos algoritmos, mas também a formação crítica do usuário, propomos a categorização das

8. No original: “[...] to increase user engagement, social media companies connect users with ideas they are already likely to agree with, thus creating echo chambers of users with very similar beliefs”.

9. No original: “[...] a ‘critical user’ seems to be the decisive factor in identifying and preventing fake news”.

10. No original: “Strategies that can be used to combat filter bubbles include deleting web history, deleting cookies, using the incognito option of a browser, and liking different things or everything on a social media site”.

narrativas associadas à desinformação disseminadas nas mídias sociais por entender que fazem parte do conceito de vulnerabilidade, afetando o discernimento e a compreensão da mensagem por parte do público.

Proposta Metodológica

A partir dos elementos dispostos na figura 02, propomos um quadro metodológico de avaliação das configurações das desinformações que circulam nas plataformas digitais a fim de identificar os tipos de narrativa, os formatos mais recorrentes, os assuntos preponderantes, os aspectos gerais presentes nos conteúdos e as plataformas pelas quais circularam com mais efetividade.

O intuito é fazer com que conteúdos coletados nas mídias sociais e em aplicativos de mensagens sejam analisados a partir das seguintes categorias: i) Temática; ii) Tipo de Postagem; iii) Formato; iv) Plataforma de Reverberação; v) Categoria de Desinformação; vi) Tipo de Desinformação; vii) Fonte; viii) Contexto. Portanto, esta pesquisa baseia-se na análise de conteúdo proposta por Bardin (2011, p. 52) que, ao combinar objetividade, sistematização e inferência, permite ao pesquisador chegar a resultados que apresentem “uma outra realidade que não a da mensagem”.

Vale destacar que essa proposta se ancora nas pesquisas publicadas no livro “Narrativas Midiáticas e Experiências Amazônicas” (JÁCOME *et al.*, 2021), intituladas de “A vulnerabilidade da narrativa jornalística no contexto dos algoritmos” (SOUSA, ABREU; PORTO, 2021) e “A desinfodemia na região amazônica: tipificação e aspectos da desinformação sobre a Covid-19” (ROCHA; SOUSA, 2021). Porém, desta vez o modelo foi adaptado para identificar e tipificar as desinformações associadas à Amazônia em um contexto de performatividade algorítmica, considerando não apenas as questões referentes à saúde, mas também a aspectos políticos, sociais, culturais, ambientais etc.

Com o objetivo de verificar a funcionalidade da proposta, foram selecionadas desinformações sobre a Amazônia que circularam nos filtros bolha e câmaras de eco digital durante os anos de 2020 e 2022. Esse período foi escolhido por apresentar conteúdo diverso e relevante sobre a região com destaque para assuntos envolvendo meio ambiente, pandemia e política.

Característica	Descrição
Temática	Política; Economia; Cultura; Entretenimento; Saúde; Esporte; Sociedade; Educação; Agronegócios; Meio Ambiente; Violência; Tecnologia; Internacional; Comunicação; Religião etc
Tipo de Postagem	Tuíte; retuíte; postagem no Facebook; postagem no feed do Instagram; stories do Instagram; Reels; postagem no Tik Tok; postagem em blogs e sites; vídeos no YouTube; mensagem no WhatsApp/Telegram etc
Formato	Texto; imagem; gráfico; infográfico; áudio; vídeo; mapa; ilustração; meme; gif etc
Plataforma de Reverberação	Twitter; Facebook; Instagram; Tik Tok; WhatsApp; Telegram
Categoria de Desinformação	Informação Incorreta; Desinformação Intencional; Má Informação
Tipo de Desinformação	Conexão falsa; Conteúdo enganoso; Contexto falso; Conteúdo impostor; Conteúdo Manipulado; Conteúdo Fabricado; Assédio; Discurso de Ódio; Vazamento de Dados; Phishing; Hoaxes; Fake Reviews
Fonte	Documentos, notícias; veículos jornalísticos; vídeos amadores; personagens; etc
Contexto	Aspectos gerais da mensagem, verificando se o conteúdo é direcionado a pessoas e/ou instituições específicas e de que forma pode prejudicá-las

QUADRO 02: Proposta de classificação das narrativas.

FONTE: Organização das autoras.

Aplicações

Historicamente a Amazônia desperta distintos interesses, sejam associados às políticas brasileiras, sejam ligados a pesquisadores de nações estrangeiras. Já no imaginário da população, a Amazônia pode ser representada como um ambiente cujas flora e fauna são compostas

por diversas espécies, desde as mais selvagens até as mais raras. O certo é que, por mais ameaçada, a região apresenta grande potencial e ainda desconhecidas possibilidades de benefícios.

Contudo, cabe sempre esclarecer que a Amazônia não se trata apenas da floresta. Para além do meio ambiente, a região amazônica é constituída por populações, também distintas, instituições e evidentemente por organizações políticas. Em janeiro de 2007, por meio da Lei Complementar nº 124, foi criada a Amazônia Legal.

Atualmente, a Amazônia Legal ocupa 5.015.068,18 km², correspondentes a cerca de 58,9% do território brasileiro (8.510.295,914 km²). [...] nove estados compõem a Amazônia Legal: Acre (22 municípios), Amapá (16), Amazonas (62), Mato Grosso (141), Pará (144), Rondônia (52), Roraima (15), Tocantins (139) e parte do Maranhão (181 municípios, dos quais 21 foram parcialmente integrados), com um total de 772 municípios. O Maranhão é o estado com o maior número de municípios na área e tem 79,3% do seu território (ou 261.350,785 km²) integrado à Amazônia Legal. (GUIMARÃES, 2021).

Os dados do IBGE mostram que a Amazônia Legal possui uma população na casa dos 28 milhões de pessoas, o que representa 13% do total de habitantes do Brasil. Esses números são significativos na medida em que apontam o volume de indivíduos que podem ser atingidos pelas desinformações relacionadas à região. Isso sem levarmos em consideração o público que vive em outras áreas do país. Assim, faz-se necessário identificar e analisar as mensagens contendo informações falsas e erradas sobre as questões que afligem a Amazônia com o intuito de esclarecer os fatos e auxiliar no combate à desinformação.

A partir da Classificação das Narrativas (ver quadro 02), foram selecionados três conteúdos a fim de realizar a aplicabilidade e consequente análise de mensagens que circularam nas plataformas digitais entre os anos de 2020 e 2022 e que foram coletadas da agência especializada em *fact checking*, Aos Fatos, e do site jornalístico CNN. São elas: A) “Vídeo não mostra apreensão de ouro de ONGs pelo Exército na Amazônia”; B) “Comparação de desmatamento na Amazônia sob FHC, Lula, Dilma e Bolsonaro é falsa”; C) “‘Isso não é gente’: os áudios com ataques a indígenas na pandemia que se tornaram alvos do MPF”.

Narrativa	A	B	C
Temática	Polícia/Meio Ambiente	Polícia/Meio Ambiente	Saúde
Tipo de postagem	Postagem no Facebook	Postagem no Facebook	Mensagens no WhatsApp
Formato	Vídeo	Texto	Áudio; Texto
Plataforma de Reverberação	Facebook WhatsApp	Facebook	WhatsApp
Categoria de Desinformação	Desinformação	Informação	Má Informação
Tipo de Desinformação	Contexto Falso	Conteúdo Enganoso	Discurso de Ódio
Fonte	Polícia Militar, de Goiás	A fonte dos dados não está aparente	Integrantes dos grupos do aplicativo
Contexto	Vídeo feito durante operação da PM-GO foi utilizado em um contexto falso para prejudicar a idoneidade de ONGs que atuam na Amazônia	Dados dos governos dos políticos citados foram disseminados, mostrando erradamente que o governo Bolsonaro foi o que menos desmatou a Amazônia	Comentários em áudios foram enviados em grupos de WhatsApp ofendendo e culpando os indígenas pela propagação da Covid-19

QUADRO 03: Aplicabilidade da proposta metodológica para análise das narrativas.

FONTE: Organização das autoras.

O quadro 03 é composto pelas informações contidas nas narrativas. Tivemos a preocupação de selecionar um conteúdo de cada Categoria de Desinformação (Informação Incorreta, Desinformação e Má Informação) com o objetivo de ilustrar a aplicabilidade da proposta metodológica, apresentando um panorama das informações que podem ser encontradas na análise.

Em relação à *Temática*, observamos que é possível classificar as narrativas em mais de um assunto. Os exemplos A e B apresentaram em seu conteúdo o tema meio ambiente, porém, tiveram como pano de fundo o viés associado à polícia e à política. Destaca-se a importância dessa classificação, visto que as desinformações podem apresentar dados sutis sobre mais de um assunto e que interferem na compreensão da mensagem. Nesses dois exemplos, o tema meio ambiente aparece em destaque, porém o objetivo da informação está diretamente ligado à segunda temática.

A segunda classificação, *Tipo de Postagem*, além de mostrar o gênero da mensagem, apresenta indícios das classificações *Formato* e *Plataforma de Reverberação*. Essas três classificações combinadas sinalizam de que forma e onde as desinformações mais circulam, sugerindo, inclusive, em quais plataformas o filtro bolha e a câmara de eco digital estão mais presentes. A identificação dos dados dessas categorias pode ainda indicar pesquisas sobre algoritmos e consumo de desinformação.

Sobre o formato, a identificação dos elementos pode contribuir ainda para o desdobramento de outras pesquisas, visto que os textos, as imagens e os vídeos têm sido utilizados de forma recorrente para a disseminação da desinformação. Por exemplo, em março de 2022, o YouTube anunciou as medidas que pretende tomar para combater a desinformação nas eleições brasileiras (RIZZO, 2022).

Nas narrativas selecionadas, observamos o Facebook e o WhatsApp como as principais plataformas para a circulação das informações falsas/erradas. Destacamos que ambas as mídias digitais pertencem ao Grupo Meta, de Mark Zuckerberg, que foi alvo de denúncia em outubro de 2021 por uma ex-funcionária. Na ocasião, Frances Haugen, ex-gerente de produto do Facebook, revelou que a empresa “permite a desinformação em alguns países como uma forma de economizar dinheiro” e que essa postura “está levando diretamente à morte de pessoas” (SOARES, 2021).

As classificações referentes à *Categoria de Desinformação* e à *Tipo de Desinformação* estão interligadas (ver figura 01). Apesar dos termos desinformação e *fake news* serem utilizados de forma genérica e indiscriminada, alertamos que, na pesquisa científica, é necessário identificar, classificar e analisar as narrativas e seus conteúdos a partir dos

estudos sobre a Desordem da Informação. Em um primeiro momento, a mensagem pode ser associada à informação falsa, porém o olhar mais atento perceberá as nuances que cada conteúdo apresenta, seja do ponto de vista do formato, seja em relação às modificações e alterações que sofreu.

Nas três narrativas escolhidas, percebemos as diferenças entre as mensagens e suas intenções. Enquanto as narrativas A e B apresentaram contexto falso e conteúdo enganoso, a narrativa C trouxe o discurso de ódio. Todas as três narrativas são nocivas e devem ser combatidas, porém, a narrativa C apresenta as piores características, pois ataca diretamente pessoas (e comunidades) com o objetivo de difamar e prejudicar.

Já a classificação da *Fonte* auxilia na compreensão da origem da desinformação. As narrativas A e C apresentam as fontes de forma explícita, ou seja, é possível perceber de onde surgiram a desinformação e o discurso de ódio. Contudo, destacamos que nem sempre a fonte é a responsável pela disseminação da informação errada/falsa. No caso da narrativa A, a Polícia Militar de Goiás fez a apreensão de um carregamento de ouro, entretanto o vídeo foi utilizado fora do contexto para prejudicar organizações não-governamentais que atuam na Amazônia.

Por fim, a classificação *Contexto* tem como objetivo apresentar as principais informações encontradas nas narrativas, mas indicando quais as intenções estão contidas nas mensagens. A narrativa B, além de não apresentar a fonte de maneira explícita, tem dois intuítos: i) prejudicar a imagem de ex-governantes sobre a política de combate ao desmatamento da região amazônica e ii) favorecer a imagem do presidente Jair Bolsonaro sobre o assunto.

Considerações Finais

Este capítulo teve como objetivo propor um quadro metodológico de avaliação das configurações das desinformações que circulam nas plataformas digitais. A partir da análise de conteúdo (BARDIN, 2011) estabelecemos oito categorias de análise: i) Temática; ii) Tipo de Postagem; iii) Formato; iv) Plataforma de Reverberação; v) Categoria de Desinformação; vi) Tipo de Desinformação; vii) Fonte; viii) Contexto.

O quadro metodológico foi aplicado na avaliação de três narrativas sobre a Amazônia que circularam nas plataformas digitais. Com

a testagem foi possível verificarmos a aplicabilidade do procedimento proposto, o qual possibilitou a identificação e a tipificação das características e das especificidades dos conteúdos enganosos.

Observamos que, com exceção das informações incorretas, as categorias Desinformação e Má Informação circulam de forma mais livre nos filtros bolha e nas câmaras de eco digital.

Confirmamos ainda que a circulação de desinformações nas plataformas digitais está associada à vulnerabilidade da narrativa, mas também à vulnerabilidade do público leitor nesses ambientes. Portanto, se de um lado a vulnerabilidade dessas narrativas está relacionada à personalização e à curadoria algorítmica; de outro lado a vulnerabilidade do público é referente à falta de letramento midiático e digital que contribui para uma maior disseminação de conteúdos enganosos na rede, podendo prejudicar o discernimento e a compreensão da mensagem por parte do público e gerar outras vulnerabilidades.

Compreender as configurações das desinformações que circulam nas plataformas digitais e, conseqüentemente, as vulnerabilidades que envolvem essas narrativas pode colaborar para um maior esclarecimento sobre este que é um problema e um desafio do atual cenário da cultura digital: a desinformação.

Referências

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew; YU, Chuan. Trends in the diffusion of misinformation on social media. *Research & Politics*. 6, 2019. DOI: 10.1177/2053168019848554.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BELL, Emily. *Mapping the battleground for the next information war*. Nova York: Columbia Journalism School, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3Dq7xRc>> Acesso em: 28 mar. 2022.

BURBACH, Laura; HALBACH, Patrick; ZIEFLE, Martina; CALERO VALDEZ, André. Bubble Trouble: Strategies Against Filter Bubbles in Online Social Networks. In: DUFFY, V. (orgs.) *Digital Human Modeling and Applications in Health, Safety, Ergonomics and Risk Management*. Healthcare Applications, 2019. Anais [...] Cham : Springer, 2019.

BRUNS, Axel. *Are filter bubbles real?* 17 abr 2019. Apresentação no Center for Advanced Internet Studies, Duisburg (Alemanha). Disponível em: <<https://bit.ly/3tQNAjd>>. Acesso em 27 mar. 2022.

CAMPAN, Alina; CUZZOCREA, Alfredo; TRUTA, Traian. M. Fighting fake news spread in online social networks: Actual trends and future research directions. In: IEEE International Conference on Big Data (Big Data), 2017, Boston. Anais [...] Boston: IEEE, 2017. p. 4453–4457, 2017.

CHITRA, Uthsav; MUSCO, Christopher. *Analyzing the Impact of Filter Bubbles on Social Network Polarization*. ACM Digital Library, p. 115-123, 2020. DOI: 10.1145/3336191.3371825.

COLLINS, Botambu; HOANG, Dinh Tuyen; NGUYEN, Ngoc Thanh; HWANG, Dosam. Trends in combating fake news on social media – a survey, *Journal of Information and Telecommunication*, v. 5, n. 2, p. 247-266, 2020.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Apontamentos teóricos e metodológicos para compreender as vinculações sociais das narrativas. In. LEAL, Bruno Souza *et al.* (orgs). *Narrativas e Poéticas Midiáticas*. Estudos e Perspectivas. São Paulo: Intermeios, 2013. (p. 49-66).

CARVALHO, Carlos Alberto de. É possível tecer fios de alta tensão desencapados? Comunicação, jornalismo e acontecimentos sociais que envolvem violência. *Intexto*, Porto Alegre, n. 45, p. 35-54, 2019.

COULDRY, Nick; HEPP, Andreas. *A construção mediada da realidade*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2020.

GUIMARÃES, Carlos Alberto. IBGE atualiza limites de municípios no mapa da Amazônia Legal. Geociências (IBGE), 13 jul. 2021. Disponível em : <<https://bitly.com/nprBOz>>. Acesso em 29 mar. 2022.

JÁCOME, Phellipy *et al.* (orgs). *Narrativas midiáticas e experiências Amazônicas*. Belo Horizonte, MG: PPGCOM/UFMG, 2021.

KELLY, John; FRANÇOIS, Camille. This is what filter bubble actually look like. *MIT Technology Review*, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3IVpkAP>>. Acesso em: 27 mar. 2022.

LEAL, Bruno Souza. O jornalismo à luz das narrativas: deslocamentos. In. LEAL, Bruno Souza *et al.* (orgs). *Narrativas e Poéticas Midiáticas*. Estudos e Perspectivas. São Paulo: Intermeios, 2013. (p. 25-47).

LEMOS, André. *A tecnologia é um vírus*. Pandemia e Cultura digital. Porto Alegre: Sulina, 2021.

MÖLLER, Judith. What are filters bubbles and digital echo chambers? *Heinrich Böll Stiftung*, 2022. Disponível em: <<https://bit.ly/3uIE80l>> Acesso em 27 mar. 2022.

NEWMAN, Nic *et al.* *Reuters Institute Digital News Report 2021 – 10th Edition*. Disponível em: <https://bit.ly/Digital_News_Report_2021>. Acesso em: 28 mar. 2022.

PARISER, Eli. *The filter bubble: What the internet is hiding from you*. New York, NY: Penguin Books, 2011.

RIZZO, Alana. Combatendo a desinformação sobre as eleições brasileiras. *YouTube*, 2022. Disponível em: <<https://bit.ly/3tPEza6>> Acesso em 30 mar. 2022.

ROCHA, Liana Vidigal. As narrativas sobre as queimadas na Amazônia a partir do conceito de Desinformação. In. MIRANDA, Cynthia Mara *et al.* (orgs.). *Vulnerabilidades, narrativas e identidades*. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020. p. 213-234.

ROCHA, Liana Vidigal; SOUSA, Sarah Melisa Barros de. A desinfodemia na região amazônica: tipificação e aspectos da desinformação sobre a Covid-19. In. JÁCOME, Phellipy *et al.* (orgs). *Narrativas midiáticas e experiências Amazônicas*. Belo Horizonte, MG: PPGCOM/UFMG, 2021.

SANTOS-D'AMORIM, Karen; MIRANDA, Májory K. F. de Oliveira. Misinformation, Disinformation and malinformation: clarifying the definitions and examples in disinfodemic times. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, v. 26, 2021.

SOARES, Lucas. Ex-funcionária diz que a desinformação no Facebook “está levando diretamente à morte de pessoas”. *Olhar Digital*, 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3JZIFSE>>. Acesso em 30 mar. 2022.

SOUSA, Maíra Evangelista de Sousa; EIRÓ, Jorge; CHAGAS JUNIOR, Edgar M. A vulnerabilidade da circulação de imagens na internet: imagens que incendeiam as redes e as queimadas na Amazônia. In. MIRANDA, Cynthia Mara *et al.* (orgs.). *Vulnerabilidades, narrativas e identidades*. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020. p. 193-211.

SOUSA, Maíra Evangelista de; ABREU, Giovanna Figueiredo de; PORTO, Lucas Matheus Santos. A vulnerabilidade da narrativa jornalística no contexto dos algoritmos. In. JÁCOME, Phellipy *et al.* (orgs). *Narrativas midiáticas e experiências Amazônicas*. Belo Horizonte, MG: PPGCOM/UFMG, 2021.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. *Information Disorder. Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking*. Estrasburgo: Conselho Europe, outubro de 2017. Disponível em: <<https://bitly.com/bKxosM>>. Acesso em: 27 mar. 2022.

WU, Liang.; MORSTATTER, Fred; CARLEY, Kathleen M.; LIU, Huan. Misinformation in Social Media. *ACM SIGKDD Explorations Newsletter*, v. 21, n. 2, p. 80–90, 2019.

ZIMMER, Franziska; SCHEIBE, Katrin; STOCK, Mechtild; STOCK, Wolfgang. Fake News in Social Media: Bad Algorithms or Biased Users?. *Journal of Information Science Theory and Practice*. 7, p. 40-53, 2019. DOI: 10.1633/JISTaP.2019.7.2.4.



Série Ambivalência [2020]
Fotografia: Amanda Leite
Performance: Renata Ferreira

CAPÍTULO 8

Amazônia e suas formas de desterritorialização em narrativas jornalísticas

PELLIPY PEREIRA JÁCOME

BÁRBARA MARIA LIMA MATIAS

No segundo livro¹ resultante das discussões do projeto “Narrativa e acontecimento midiáticos: desafios metodológicos para apreensão das experiências locais amazônicas”, do Procad-Amazônia, Sousa, Abreu e Porto (2021) propõem um interessante exercício de explorar como o termo “Amazônia” surgiria em buscadores da internet e em agregadores de conteúdo vinculados à Google. Para os autores, importava saber como as informações seriam ranqueadas e de que maneira pesquisas prévias e singulares de cada indivíduo, no que diz respeito, por exemplo, aos sites mais acessados e aos assuntos de interesse específicos influenciariam nas notícias ofertadas pela plataforma. A partir dos resultados obtidos, os pesquisadores apontam que seria possível identificar uma “vulnerabilidade da narrativa jornalística”, na medida em que foram constatadas uma personalização e uma curadoria algorítmica, que quiçá, dificultariam um debate mais amplo sobre temas de interesse público, tendo em vista a constituição de “bolhas de filtro” vinculados a preferências individuais. O exercício proposto esteve circunscrito a uma dinâmica

1. JÁCOME, VIDIGAL, CHAGAS Jr., PORTO. *Narrativas Midiáticas, experiências e pesquisas amazônicas*. Selo PPGCom/UFMG: Belo Horizonte, 2021.

temporal delimitada e contemporânea, com dados coletados entre seis e dez de janeiro de 2021, para entender os impactos da plataformização do jornalismo e como a distribuição de informações e desinformações, num contexto de pouca transparência de empresas de mídia, acabam por criar uma certa corrosão para a confiança das notícias.

No entanto, para além das questões infraestruturais, de governança e de mercados que têm concentrado as discussões sobre as plataformas, nos chamou atenção também os conteúdos das matérias coletadas no exercício proposto. Na maioria delas, o tema de destaque é o desmatamento recorde na região e seus impactos econômicos e sociais. Nessas e em outras narrativas parece vigorar um certo olhar estrangeiro, como se a Amazônia representasse uma espécie de fronteira a ser preservada e/ou explorada, seja ela agrícola, ambiental ou até mesmo epistêmica. Note-se que, para exemplificar a amplitude do desmatamento, regiões do sudeste foram mobilizadas para metáforas como em “Amazônia e Pantanal perdem 3 estados do RJ em 2020 com queimadas e desmatamento”, da *Folha de S. Paulo*, ou “Área de cinco cidades de SP foram desmatadas na Amazônia em 2020, de acordo com Inpe”, do *Brasil de Fato*. Em outras, os impactos de desmatamento também são mostrados como externos à região: “Como o desmatamento na Amazônia levou Cantareira a nível pré-crise hídrica”, do *UOL*; e em “Madeira ilegal vinda da Amazônia é apreendida pelo Ibama em Sabará, na Grande BH”, do *G1* e “Madeira da Amazônia apreendida pelo Ibama é doada à Prefeitura de Sabará”, do *Estado de Minas*.

Nesse sentido, inspirados pelo exercício de Sousa, Abreu e Porto (2021) e buscando entender que a vulnerabilização da narrativa também pode estar atrelada a fatores históricos mais amplos, propomos, neste artigo, a investigar como o termo “Amazônia” surge em alguns outros momentos, como ao longo do século XIX (etapa de consolidação de um ideário nacional) e na primeira metade do século XX (fase importante do ciclo da borracha) na imprensa brasileira. Para isso, nos debruçamos sobre os arquivos da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, sempre utilizando o marcador “Amazônia”, com o objetivo de perceber maneiras de instituição narrativa, bem como delimitar ênfases dos modos de abordagem.

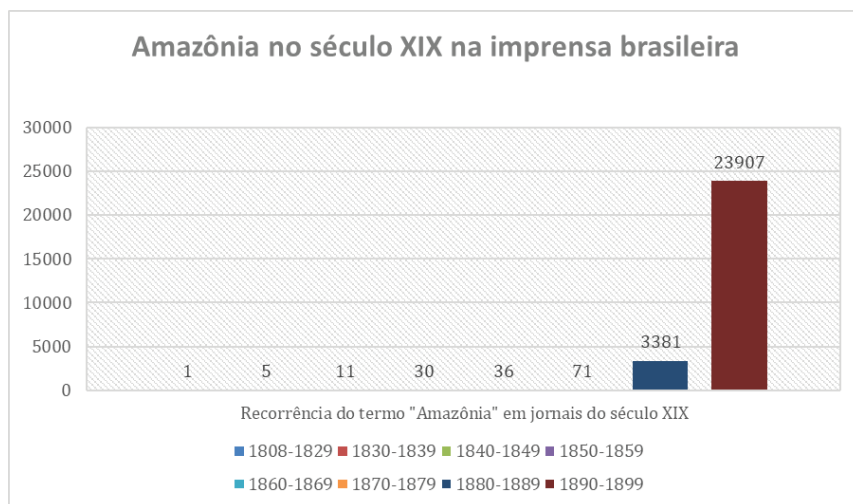


FIGURA 1: Amazônia no século XIX pela imprensa brasileira.

FONTE: Elaboração dos próprios autores a partir de buscas na Hemeroteca Nacional.

Como podemos perceber no gráfico acima, ainda que a região contasse com imprensa periódica desde 1822, ano de fundação d’*O Paraense* (SEIXAS, SANTA BRIGIDA, 2019), o termo Amazônia aparece muito raramente em todos jornais nacionais até 1880. O primeiro resultado é de 31 de janeiro de 1827, quando o *Diário do Rio De Janeiro* informava a partida da “Galera Holandesa Amazonia” para Antuérpia. A próxima menção só seria feita mais de uma década depois, quando em 9 de agosto de 1838 esse mesmo jornal republicaria um estudo sobre “O Brasil”. Nele, para descrever os limites nacionais, afirma-se que a banda ocidental, composta por “Grão-Pará, Rio-Negro e Mato-Grosso” é ainda muito pouco ocupada, sendo, no entanto, maior que a parte europeia da Rússia. A continuação desse mesmo estudo seria republicada em 1839 pela *Chronica Maranhense* e pelo *Correio Mercantil*. Nesse texto, em que se defende a dificuldade em estabelecer qual a verdadeira população do Brasil, afirma-se que não haveria modo de recensear as “numerosas tribos que habitam ainda na Amazônia” (*grifos nossos*). O marcador temporal “ainda” é revelador do tipo de projeto que se tinha para a região e para as comunidades que ali habitavam. Na sequência do estudo, o ideal de progresso é trazido na crença de que sobre “os índios

que *ainda* vivem fora das branduras, e bom viver da civilização, cabe aqui dizer que são aptíssimos para virem entrar no grêmio da sociedade e que no meio da sua bruteza, dão sinais de algumas virtudes dignas de estimação”. Percebemos, sobretudo até 1880, que os jornais (a maioria deles publicados em outras regiões) apresentam uma formulação que reforça um imaginário pré-concebido e abstrato sobre a Amazônia, enfatizando um local e uma população que deveriam ser “explorados” e “descobertos”, num binarismo entre civilização x bruteza, sociedade moderna x povoação arcaica, metrópole x colônia.

Esse panorama viria a ser parcialmente modificado nas duas décadas finais do século XIX, com a expansão do número de jornais existentes na região amazônica e com o desenvolvimento econômico rápido e desigual trazido pelo ciclo da borracha. Podemos perceber no gráfico, como há uma verdadeira explosão de narrativas relacionadas à Amazônia, sejam elas jornalísticas ou publicitárias. No entanto, como afirma Vânia Costa (2008, p. 8) nos jornais brasileiros para tratar da Amazônia,

A metáfora metrópole /colônia persiste na impossibilidade de trazer ao mundo visível, midiático, as vozes representativas da região, como atores principais. São sempre coadjuvantes no processo que os torna fixos, estáveis, precisando serem investigados e necessitando até de conhecimento sobre si mesmo.

Nas primeiras décadas do século XX esse diagnóstico também se fazia presente. Para os limites desse artigo, gostaríamos de retomar um conjunto de reportagens da década de 1930 da revista *O Cruzeiro* e do jornal *Folha de S. Paulo*. Neste período entre o final de 1920 e início de 1930, “Fordlândia”, a cidade de Henry Ford, fundou-se nas beiradas do rio Tapajós, no Pará, na época abrigava em torno de 4.000 habitantes, entre operários e seus familiares. Para os jornais consultados, essa seria uma “nova civilização” ou “intenções civilizadoras de Henry Ford desbravando a selva amazonica”, reforçando o imaginário de uma Amazônia como *tabula rasa*.

Nessas construções jornalísticas, a região amazônica, como veremos, aparece ocupando um lugar da fronteira, e a fronteira como um local vazio, propício a ser “explorado”, além de ser vista sem historicidade, de

forma deslocada e inerte, o que, acreditamos, reforça e amplifica a tese de uma vulnerabilidade ou de formas de vulnerabilização trazidas pelas narrativas jornalísticas (JÁCOME,2020a).

A desterritorialização da Amazônia em narrativas jornalísticas

A narrativa é uma forma de estar na história e, entre os fragmentos existentes de um mundo, fornece sentido e promove a inteligibilidade. A partir de um gesto humano de conferir este entendimento para os fatos sociais já existentes, a narrativa parte de uma perspectiva transformada por um gesto textual que, no entanto, é reinterpretada conforme esteja em contato com outras realidades e pontos de vista. Seguindo a elaboração de Paul Ricoeur (1997) sobre o tempo e a narrativa configurados na tríplice mimese, Marialva Barbosa (2009, p. 19) afirma “produzimos narrativas da maneira como nos colocamos no mundo. Produzimos narrativas ao viver cotidianamente e ao produzir sempre reinterpretações”.

Se ocupar um espaço no mundo é também um gesto de produção de narrativas, presume-se que são diferentes experiências produzindo estas histórias, já que os cotidianos e temporalidades são singulares. O “ato narrativo”, esta ação de conferir inteligibilidade para a construção de uma trama, nos processos comunicacionais, acontece a todo momento, e em diferentes espaços (no encontro com vizinhos, na escrita, na etnografia, no jornalismo, na internet e fora dela). Entre seleções e enquadramentos, a trama narrativa provoca visualidades, mas também oculta, promove ausências. Assim como a memória e o esquecimento são indissociáveis, a narrativa convoca esta dualidade entre a visualidade e o apagamento. Como apontado em outro momento, é importante “perceber como distintos gestos de escrita da história podem iluminar aspectos de um direito ao tempo e de novas formas de vislumbrar, no presente, outras relações com passados e futuros” (JÁCOME, 2020, p. 92).

Neste artigo, observamos como algumas narrativas possuem a capacidade de “territorializar”, isto é, a partir de um ato narrativo (BARBOSA, 2009), que está atento para os entornos, para a temporalidade, inscrevendo nas superfícies as marcas de sua tessitura. E como podem “dester-

ritorializar”, através de formas abstratas e de um olhar colonizado para o mundo, a partir de uma certa racionalidade objetiva dominante, desconsiderando subjetividades e outras experiências de atos narrativos.

Para alguns autores da Antropologia e Geografia, principalmente, que se debruçam nos estudos sobre as dinâmicas metropolitanas, a contemporaneidade é a continuação de uma práxis do anestesiamiento provocado pela modernidade, nas relações com a alteridade e na produção de narrativas. Com o aumento da “máquina urbana”, as metrópoles vivenciam processos de valorização da imediatez, da composição de atos narrativos na pressa, o que é novo e “moderno”, em detrimento de outras formas temporais. A pesquisadora e arquiteta Paola Jacques Berenstein (2012, p. 14) afirma que nas cidades urbanas, “a forma mais recorrente e aceita hoje desse processo esterilizador faz parte do processo mais vasto de espetacularização das cidades e está diretamente relacionado com a pacificação dos espaços urbanos, em particular, dos espaços públicos”.

Esta pobreza de transmissão de narrativas, de comunicação e abertura à alteridade, para autores latinoamericanos, não se concentra apenas na modernidade do século XIX, mas envolvem permanências de estruturas opressivas desde a colonização, em 1492. Estes pesquisadores compreendem que a modernidade e a colonialidade se complementam, a colonialidade é, portanto, a força motriz da modernidade. A “colonialidade do poder e do saber”, conceito formulado, entre outros, pelo sociólogo peruano Anibal Quijano, é uma forma estrutural e moderna de poder através da categoria “raça” que circula entre os valores socioculturais na América Latina. Esta forma de controle perpetua as nossas relações no presente e o nosso cotidiano, por ser uma maneira que aprendemos a conhecer o mundo. Segundo o autor, com o projeto colonial na expansão da frota comercial atlântica e a chegada primeiramente dos ibéricos nas américas, as histórias, subjetividades, linguagens e memórias das agrupações humanas que ocupavam estes territórios tornaram-se passado, despojados de suas “identidades históricas”, desvalorizados a produzir “conhecimento” e “cultura” para a “humanidade”, dessa forma, “o padrão de poder baseado na colonialidade implicava também um padrão cognitivo, uma nova perspectiva de conhecimento dentro da

qual o não-europeu era o passado e desse modo inferior, sempre *primitivo*.” (QUIJANO, 2005, p. 127).

Como um padrão “cognitivo”, a colonialidade também se estende para as formas de se conhecer o mundo (MIGNOLO, 2000) e para o corpo e subjetividades do indivíduo, produzindo hierarquias entre as formas de “ser” europeia, que também é racializada, e o não-europeu. Nesta geografia do poder, autoras como a antropóloga argentina Rita Segato e Silvia Rivera Cusicanqui, socióloga boliviana, estudam como esta colonialidade é um processo que se perpetua nos Estados-nação latinoamericanos, definindo formas de controle para corpos e subjetividades dentro destes próprios territórios. A colonialidade do poder é projetada pelas “centralizações” de estados e cidades em detrimento de outras regiões do país, dentro das próprias metrópoles, entre a circulação pelos bairros. Não apenas em relação com o território, a colonialidade também induz violências de gênero e raça.

Dessa forma, a colonialidade submete e controla os corpos e as vidas, determinando por certos mecanismos quais pessoas são dignas de possuir estes acessos, de mobilidade, e até mesmo, de viver. Segundo Rita Segato, nestes estados latinoamericanos, a nação promove os seus “outros”, a partir do que é desviante de suas normas, “domesticando” e violentando o que é diferente de uma normatividade, aniquilando certas identidades históricas, principalmente pelo signo da “raça”,

A racialização, ou o que defino como formação de um capital racial positivo para o branco e um capital racial para o não-branco, é o que permite despejar este último do espaço hegemônico, do território apropriado onde habita o grupo que controla os recursos da nação [...] (SEGATO, 2007, p. 24)

Entre os valores sociais e culturais circulantes nos territórios de um Estado-nação, o jornalismo ocupa o local dos jogos e disputas simbólicas, variando as suas construções conforme as mudanças históricas e os contextos territoriais inseridos. O jornalismo é variável por uma série de atributos, de caráter específico das textualidades de um jornal, e entre os valores sociais, por isso, é um fenômeno complexo de ser estudado. Segundo Jácome (2017), o jornalismo e a narrativa muitas vezes

são tomados como veículos, sugerindo sistemas “fixos” e aglutinados, desprovendo sua historicidade e a sua mobilidade em um espaço-tempo, vistos apenas como um “artefato” que “replica” a realidade.

Essa concepção de jornalismo e de narrativa, entretanto, surge-nos como problemática e redutora, na medida em que não privilegia a historicidade das textualidades e seus aspectos culturais mais amplos, seus vínculos com a vida social e, em suma, a troca comunicacional inerente a quaisquer processos de produção de sentidos. Isso porque envolve aceitar uma realidade imobilizada, transmitida e decantada pelo texto, o que equivale dizer que tanto a voz que narra quanto o leitor/ouvinte/espectador seriam agentes exógenos aos processos de configuração e refiguração de mundos possíveis. (JÁCOME, 2017, p. 36-37).

Assim, como vimos na introdução deste artigo é possível perceber uma dificuldade de variadas experiências jornalísticas em lidar com outras formas históricas que não aquelas previstas num determinado projeto moderno e colonial. Ao construírem argumentos desprovidos de historicidade, “desterritorializando” a Amazônia, apreendem-na como homogênea, vazia, e sem temporalidades em movimento.

Algumas construções jornalísticas sobre a Amazônia

A primeira matéria que gostaríamos de destacar é de 31 de dezembro de 1853, quando o *Diário do Rio de Janeiro* buscava definir o que seria o “Amazonas”, recém fundada província brasileira. Já no primeiro parágrafo, nos deparamos com a afirmação “[...]coherente com a civilização das luzes do século, não ha de jamais impedir que o seio abençoado da Amazonia fique desconhecido; e mais ainda que os Estados-Unidos hão de ter o direito de navegar no Amazonas, quando o Brasil o conceder [...]”. Percebemos a exaltação do jornal com o movimento iluminista, época em que a ascensão dos discursos científicos aparecem como separados da ideia de “emoção”, de “subjetividade”. A emoção é o lugar do que é fraco e não produtivo para o capitalismo, para o “poder”. Neste raciocínio, o não-europeu, e portanto, não-moderno, deve se ocupar da mitológica concepção de que a identidade europeia é um projeto “a ser alcançado”. Os Estados Unidos, mesmo com a sua independência,

aparecem como extensão desta “identidade europeia”, com a política do “Destino Manifesto” no século XIX, os EUA justificaram a sua expansão territorial por novas “fronteiras”, garantindo o acesso, principalmente do continente latinoamericano, a “democracia” e os “seus valores” políticos e de mercado. “Navegar no Amazonas”, portanto, nesta visão do jornal *Diário do Rio de Janeiro*, seria ter acesso à “civilização”, ao progresso e à modernidade.

Em outra passagem deste texto aparece o desejo de exploração dos “territórios desconhecidos, pelas águas do rio Amazonas”:

[...] a proporção que formos sulcando as águas amazonicas, e que o Rio de Janeiro se for aproximando desse interior em sertões invioláveis, abriremos uma nova era a essa existência social - aumentaremos em pouco tempo a nossa população - e milhões de recursos desconhecidos contribuirão a enriquecer-nos o nosso já tão rico paiz. A proporção que os vapores forem descobrindo nesse oceano interno - o Amazonas - os pequenos mundos de riquezas de toda a especie, que ahi jazem no estado selvagem, no cofre das florestas, iremos nós também dando civilização a povos que ainda se escondem do mundo, e para quem, com direito, ha o dever de esclarecer e proteger [...].

Este discurso, como podemos perceber, materializa e incentiva a execução do projeto colonial, bem como demonstra a persistência do colonialismo como matriz de poder. Em face dos “projetos desenvolvimentistas” e de uma “missão civilizadora”, ascendem propósitos de nacionalismos, principalmente no Terceiro Mundo (GROSGOUEL, 2009). Segundo o sociólogo Ramón Grosfoguel, “o nacionalismo apresenta soluções eurocêntricas para um problema global eurocêntrico, reproduz uma colonialidade interna de poder dentro de cada Estado-nação e reifica o Estado-nação enquanto lugar privilegiado de mudança social” (GROSGOUEL, 2009, p. 406). Estes projetos nacionalistas reproduzem a colonialidade ao tentar homogeneizar as identidades, desconsiderando opressões estruturais, e encobrindo temporalidades, histórias e rastros. No Brasil e em alguns países vizinhos, por exemplo, as contradições deste projeto emergem ao atribuir como símbolo do discurso sobre a nacionalidade brasileira a imagem dos indígenas, e

principalmente, de mulheres indígenas, e no entanto, são corpos violentados cotidianamente, expropriados de suas experiências e identidades.

Dessa forma, nesta reportagem do *Diário do Rio de Janeiro*, a Amazônia aparece por definições de “selvagem”, própria a ser “explorada”, tanto a floresta quanto os corpos indígenas, distante da civilização e dos centros urbanos, traduzido por esta comparação com a capital, Rio de Janeiro, o centro e lugar da modernidade. Há uma imagem “desterritorializada” e abstrata da Amazônia, tomada como homogênea, sem conflitos e dissensos internos, idealizada por uma imagem de fornecimento de matéria-prima para a construção do futuro e progresso para a nação brasileira.

Mais de setenta anos após esta reportagem, em 1930, os jornalistas da revista *O Cruzeiro* e do jornal *Folha da Manhã* publicavam textos sobre a construção da cidade “Fordlândia”, e a vinda de Henry Ford à Floresta Amazônica a procura de recursos e matéria-prima para a expansão da sua empresa automobilística. Nestes textos, a Amazônia também aparece de forma “desterritorializada”, e principalmente, prevalece a associação apenas à floresta e os “recursos naturais”. Segundo a geógrafa Cláudia Nascimento (2011, p. 238),

Fatores como a defesa da extensa fronteira nacional, a proteção de riquezas minerais, a conquista de mercados de difícil acesso e o redirecionamento de trabalhadores rurais sem terra de regiões densamente povoadas para as terras amazônicas estavam inseridos dentro do pacote de ações do governo. *O discurso oficial de integração nacional, ocupação de vazios demográficos e desenvolvimento faziam parte do plano ideológico de incorporação capitalista da Amazônia.* (grifo nosso)

Na época Belém e Manaus, cidades que se destacaram pelo ciclo e produção da borracha, praticamente desaparecem nos textos, sobrepostas pela cidade “criada” por Ford. Este projeto de integração nacional pelo governo da época está exposto na matéria “O homem dominador da natureza. Uma cidade que nasce na floresta. A Fordlandia”.



FIGURA 2: “O homem domador da natureza.
Uma cidade que nasce na floresta. A Fordlândia”.

FONTE: Hemeroteca Nacional - Revista O Cruzeiro, 13 de dezembro de 1931.

Alguns sintomas da desapropriação e “esvaziamento” da Amazônia são visíveis já de início no enunciado e na imagem da reportagem. A manchete afirma Ford como “domador da natureza”, sugerindo esta figura do homem que contém a natureza em suas mãos, e a “transforma” com os recursos e “riquezas” proporcionado pelas matérias-primas, “promove” a civilização. A imagem centralizada em um homem branco, com uma roupa luxuosa e ao seu lado, um soldado militar, cercados em sua maioria por crianças, sugerem este projeto idealizado de futuro sendo alcançado, com esta dominação pelo “homem branco”, e, portanto, associado a civilização, a modernidade, que as gerações futuras irão desfrutar.

Em outro momento da reportagem nos deparamos com a legenda “um aspecto do advento da civilização nas selvas amazônicas”, com a imagem de vários homens vestidos com roupas luxuosas em volta de um carro moderno, novamente, trazendo a concepção de “selvagem” para a Amazônia, associando o estado apenas a um tempo pós fundação da cidade Fordlândia. Estes textos reduzem não apenas a população amazonense em uma só identidade, como os caracterizam como “selvagens”, e desterritorializam e encobrem a heterogeneidade de culturas,

linguagens e identidades que compõem este território. A contradição aparente da reportagem está ao tomar a Floresta Amazônica por um lado positivo, “o futuro”, ao falar dos recursos naturais, um lugar “fonte de matéria-prima”, e um lado negativo, “o passado”, como um lugar inóspito, atrasado, vazio, o outro lado da fronteira, composto por “selvagens” sem civilização. Estas são binaridades que constroem e mobilizam a colonialidade e a modernidade entre a separação “civilização/selvagem”, “centro/periferia”, “homem branco/índio”.



FIGURA 3: “Um aspecto do advento da civilização nas selvas amazônicas”.

FONTE: Hemeroteca Nacional - Revista O Cruzeiro, 13 de dezembro de 1931.

Na edição de 15 de janeiro de 1938 da *Folha da Manhã*, a Amazônia é centralizada a partir dos projetos de exploração dos recursos da Floresta Amazônica, compondo as “reservas para o futuro”, persistindo nesta ideia do progresso traduzido pelo fornecimento de matérias-primas que edificam a proposta de expansão e ocupação de lugares ainda não conhecidos para a disputa do mercado no projeto capitalista. Se a colonialidade do poder engendra a idealização do progresso a ser alcançado, e a procura pela equivalência de uma “identidade europeia” e moderna, a Amazônia é vista apenas como uma “ferramenta” deste maquinário, como uma “saída” para a abertura da “modernização”.

Algumas considerações: o conceito-metáfora “fronteira” como perspectiva

Esse passeio panorâmico sobre como narrativas jornalísticas preservem a Amazônia permite entender gestos que reforçam a permanência de um lugar “distante”, na “fronteira”, e desterritorializado. Como afirma Vânia Costa (2008, p. 7), semelhante ao que a Europa produziu sobre a América “as representações sobre a Amazônia, projetadas nacionalmente e revisitadas frequentemente, reforçam inúmeras distorções sobre a intrincada rede de relações locais. É um conhecimento que permanece fixo.”

Dessa forma, nos apropriamos desta ideia de “fronteira”, a partir da escritora feminista Gloria Anzaldúa (1987), que desassocia a sua relação com a distância, o lugar desterritorializado e “inabitado”, para aprendê-la como uma alternativa, uma subversão tática e espaço de criação, de dissensos, encontros e desencontros de múltiplas temporalidades. Ao contrário do centro como perspectiva, articulamos a fronteira em cena.

Gloria Anzaldúa, escritora feminista, com a sua experiência de *chicana*, mexicana vivendo nos Estados Unidos, descreve a fronteira como um espaço que só existe pelas temporalidades em trânsito. O conceito-metáfora fronteira, ocupa em sua proposição o lugar da vida. Anzaldúa busca em seu trabalho quase etnográfico, definir o que é a fronteira, e mais, o que é “habitar” esta fronteira, através de sua própria experiência de vida entre dois territórios e duas culturas: vivendo nos Estados Unidos, e sendo mexicana. A língua chicana, por exemplo, é uma criatividade a partir da reinterpretação do espanhol, com a criação de novas palavras e expressões: “because we are a complex, heterogeneous people, we speak many languages” (ANZALDÚA, 1987, p. 55)

Sugerindo o “mestiço” como uma “identidade forte”, isto é, não homogêneo, mas espacializado, historicizado, composta por diferentes temporalidades herdadas de uma ancestralidade, com a proposta de “consciência de mestiza”, de “chicana”, Anzaldúa “habita” a fronteira como um gesto de urgência, e tentativa de não permitir que a sua cultura e a sua memória caiam no esquecimento. É um gesto de enfrentamento ao utilizar de forma criativa o conflito, a crise entre as tentativas colo-

niais que sobrepõe as experiências mexicanas, para fortalecer a sua própria existência e de sua história:

We are a synergy of two cultures with various degrees of Mexicaness or Angloness. I have so intemalized the borderland conflict that sometimes I feel like one cancels out the other and we are zero, nothing., no one. A veces no soy nada ni nadie. Pero basta cuando no lo soy, lo soy.

[...] when we know we are; more than nothing, we call ourselves Mexican, referring to race and ancestry. (ANZALDÚA, 1987, p. 63)

O território, enquanto marca e representação, lugar de apropriação das identidades, como afirma Rita Segato (2005), sugere não apenas um lugar de delimitações geográficas, mas movimento, podendo ser um corpo ou um grupo coletivo, no mundo atual “as pessoas carregam seu território nas próprias costas” (SEGATO, 2005, p. 8), assim, como ela argumenta: “[...] gradualmente, um povo pareceria não mais ser definido como o conjunto de habitantes de um território geograficamente delimitado, senão como um grupo que porta a heráldica de lealdade comum e, com isso, institui um território no espaço que ocupa” (SEGATO, 2005, p. 8). Esta premissa sobre o território nos auxilia a tomar a fronteira não como uma delimitação distante e geográfica, mas por este lugar de um “corpo território” móvel, carregado de memórias, dissensos e consciências (ANZALDÚA, 1987).

Percebemos neste artigo que em momentos históricos e temporais distintos, a Amazônia continua amplamente definida por preceitos como um território despossuído, caracterizado por florestas “desconhecidas” e por uma identidade homogênea. No entanto, algumas táticas que subvertem essa associação da Amazônia despossuída de heterogeneidade, de temporalidade e identidades estão presentes nas artes, na literatura, por manifestações artísticas nas ruas das cidades, e por algumas iniciativas jornalísticas produzidas por coletivos ativos de forma independente², por exemplo o portal Geledés³, Amazonas Atual⁴ e Amazônia

2. Nos apoiamos na definição de “jornalismo independente” como a forma de financiamento destes coletivos por doações de leitores, promoção de cursos, e a não ligação mercadológica com os “grandes grupos de mídia” e “conglomerados jornalísticos”.

3. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/>

4. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/>

Real⁵, no propósito de desmistificar certos imaginários construídos e mantidos pela colonialidade que circula e estrutura os valores socio-culturais do Brasil. Estes veículos contestam a concepção da Amazônia enquanto um lugar inóspito e propício a ser explorado, com certos reducionismos sobre a biodiversidade, a floresta e os povos indígenas, que de forma recorrente aparecem nas mídias, como apontamos anteriormente. Ao abordarem os diferentes povos, linguagens e saberes que circulam na Amazônia, descentralizam a “identidade fixa” construída pelo imaginário essencialista do que “é” o indígena e a Floresta Amazônica. No jornal *Amazônia Real*, por exemplo, os jornalistas nos lembram que ali existem povos e lideranças quilombolas, trabalhadores rurais, agricultores, fazendeiros e madeireiros, além das disputas de terras pelos conflitos agrários e os longos processos de regularização fundiária.

Estes jornalismo produzidos nessas “beiradas”, assumem a “fronteira” como perspectiva e lugar composto por diferentes temporalidades. Para além das demarcações geográficas que estimulam um distanciamento e binaridades entre o que é centro/periferia; centro/fronteira, estes jornalismo produzidos *nas* “beiradas” centralizam as suas perspectivas. A partir de uma concepção de fronteira enquanto limite de um corpo, portanto, um território móvel (ANZALDÚA, 1987), compreendemos que estes veículos assumem posicionamentos, se “localizam” em um espaço-tempo, contextualizando o que de fato está ao redor, atentos às temporalidades que ali circulam, comprometidos com um cotidiano “corporificado”, dotado de marcas, conflitos e encontros por identidades heterogêneas. Essa reflexão de narrativas territorializadas ou contra-narrativas (DEMARCHI, PAZ, 2021) são importantes para pensarmos formas de produção jornalística outras para além de projetos que homogeneizem suas funções e suas práticas.

5. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/financie-o-jornalismo-independente-da-amazonia-real/>

Referências

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands : the new mestiza = La frontera*. San Francisco: Aunt. Lute, 1987.

ANZALDÚA, Gloria. La consciencia de la mestiza/ Rumo a uma nova consciência. In: *Estudos Feministas*. Florianópolis, 2005, p. 704-719.

BENJAMIN, W. Experiência e pobreza. In: *Obras escolhidas*. Volume I. Magia e Técnica, Arte e Política. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

COSTA, V. M. T. A Amazônia narrada: entre passado e presente quase nada mudou. In: *Anais do 6º ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO*, 2008, Niterói: RJ.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Souza, MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Aldemina, 2009.

DEMARCHI, André, PAZ, Adriana. “Estamos morrendo de covid-19, mas também de COVID-1500” Contranarrativas no portal Emergência Indígena In: JÁCOME, VIDIGAL, CHAGAS Jr., PORTO. *Narrativas Midiáticas, experiências e pesquisas amazônicas*. Selo PPGCom: Belo Horizonte, 2021

JÁCOME, P. Narrativas, direito ao tempo e vulnerabilidades. In: Miranda, Cynthia Mara; Sousa, Máira Evangelista de; Carvalho, Carlos Alberto de; Lage, Leandro Rodrigues. (Org.). *Vulnerabilidades, narrativas, identidades*. 1ed. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020a

JÁCOME, P. *A constituição moderna do jornalismo no Brasil*. Curitiba: Appris, 2020b.

JÁCOME, VIDIGAL, CHAGAS Jr., PORTO. *Narrativas Midiáticas, experiências e pesquisas amazônicas*. Selo PPGCom: Belo Horizonte, 2021

JACQUES BERENSTEIN, Paola. *Elogio aos errantes*. Salvador: EDUFBA, 2012.

NASCIMENTO, Cláudia Pinheiro. O processo de urbanização da Amazônia e seus mecanismos. In: *Ateliê Geográfico*. Goiás: Goiânia, 2011.

QUIJANO, Aníbal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RIVERA CUSICANQUI, S. *Un mundo ch'xi es posible. Ensayos desde un presente en crisis*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs). *Epistemologias do Sul*. Coimbra, Almedina, 2009.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SEGATO, Rita L. *Em busca de um léxico para teorizar a experiência territorial contemporânea*. Brasília: Série Antropologia, 2005, p. 1-23.

SEGATO, Rita. *La Nación y sus Otros: raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de Políticas de la Identidad*. Buenos Aires, Prometeo Libros, 2007

SEIXAS, Netília Silva dos Anjos; SANTA BRIGIDA, Jessé Andrade. Zona de contatos da memória: impressos do século XIX, Pará, Brasil. *REVISTA LATINOAMERICANA DE CIENCIAS DE LA COMUNICACIÓN*, v. 18, p. 143-152, 2019

SOUSA, ABREU E PORTO. A vulnerabilidade da narrativa jornalística no contexto dos algoritmos. In: JÁCOME, VIDIGAL, CHAGAS Jr., PORTO. *Narrativas Midiáticas, experiências e pesquisas amazônicas*. Selo PPGCom: Belo Horizonte, 2021

Jornais, sites e revistas citados

Diário do Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1853. Disponível em: Hemeroteca Digital Brasileira

Folha da Manhã, 15 de janeiro de 1938. Disponível em: Hemeroteca Digital Brasileira

O Cruzeiro, 19 de dezembro de 1931. Disponível em: Hemeroteca Digital Brasileira.

G1: 03 de fevereiro de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/02/03/novo-grupo-indigena-isolado-e-descoberto-no-am-e-organizacoes-cobram-acoas-da-funai.ghtml>>.



Série Ambivalência [2020]
Fotografia: Amanda Leite
Performance: Renata Ferreira

CAPÍTULO 9

Grupos vivenciais: método vivencial em pesquisas mediadas pela internet

ROSÂNGELA ARAÚJO DARWICH

Este relato de experiência apresenta uma pesquisa-ação de cunho social e abordagem qualitativa que vem sendo realizada na Universidade da Amazônia desde 2016, com foco em grupos vivenciais. Um grupo vivencial é, por definição, espaço de interação presencial, alicerçado no método vivencial (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2003, 2014). Com a pandemia de Covid-19, uma reformulação significativa nos procedimentos utilizados foi necessária, levando à realização de intervenções mediadas pela internet e, em alguma medida, em ambientes digitais. Assim, a pesquisa foi dividida em duas fases, uma offline e outra online, e uma questão foi posta: a utilização de método vivencial geraria efeitos positivos com o contato entre pesquisadores e participantes sendo realizado pela internet?

Logo após a interrupção das atividades de campo, em março de 2020, decidimos que não poderíamos simplesmente esperar pelo final da pandemia para dar continuidade à pesquisa. A tentativa de utilização de método vivencial em ambientes digitais, neste caso, implicou considerar como a internet poderia viabilizar ações anteriormente realizadas presencialmente. Desta forma, o desejo de permanecer atuante levou

o grupo de pesquisa a ampliar seus limites comunicacionais e a criar novas estratégias de intervenção.

Inicialmente, os encontros de grupos vivenciais passaram a ser realizados por meio de plataformas de serviços de comunicação por vídeo, como o Google meet. Naquele momento, no entanto, os participantes ainda estavam tentando organizar suas vidas para dar conta de atividades como *homeschooling* e *home office*, mantendo interações muito restritas às redes de sociabilidade sustentadas pela internet. Este foi um fator dificultador quanto à motivação para que o formato grupal fosse mantido.

Assim sendo, o contato entre pesquisadores e participantes passou a ocorrer por meio do compartilhamento de links pelo aplicativo WhatsApp, enquanto a formação de grupos foi sendo substituída por estratégias de intervenção individual ou em duplas ou trios. Para tanto, novos instrumentos precisaram ser criados, como vídeos disponibilizados na plataforma YouTube e roteiros de entrevista, em formulários Google. Em algumas circunstâncias foi possível a articulação entre espaços online e offline, em intervenções que podem ser chamadas de mistas e que permanecem ocorrendo até este ano de 2022.

As adequações realizadas nos procedimentos de pesquisa nos permitiram o emprego de estratégias interventivas com características não coercitivas e solidárias. Neste sentido, o digital se fez mais presente como campo da pesquisa e como ferramenta para a coleta de dados do que como tópico de investigação, neste caso conforme discutido por França, Rabello e Magnago (2019).

Mantivemos a proposta de promover e avaliar o desenvolvimento de habilidades sociais, resiliência e prazer em ler enquanto caminho para a prevenção e a remediação de problemas. Em curto prazo, buscamos o favorecimento de habilidades sociais, em médio prazo, de postura resiliente e de prazer em ler, e em longo prazo, de multiplicação de relações não coercitivas. Acompanhando as mudanças efetuadas nos procedimentos utilizados, neste estudo visamos fundamentar reflexões acerca da utilização do método vivencial em pesquisas mediadas pela internet.

Por que Grupos Vivenciais

Para a promoção de desenvolvimento de habilidades sociais, resiliência e prazer em ler, nossa pesquisa foi desde o início fundamentada na formação de grupos. O próprio termo “grupos vivenciais” destaca o papel central das experiências compartilhadas, para além da simples apresentação de conceitos e de conselhos acerca de como se deve agir. Assim, o favorecimento dessas três capacidades sempre serviu como parâmetro para avaliação e elaboração de alterações nos procedimentos empregados, no sentido de realização de uma pesquisa-ação. Além disso, o estabelecimento de relações não coercitivas representa uma condição para o sucesso das intervenções, sendo igualmente foco de investigação.

Habilidades sociais correspondem a fatores de resiliência, pois, quando adquiridas, possibilitam não apenas uma melhor qualidade de vida, como enfrentamento saudável de situações de crise. Como exemplo de tais habilidades, temos autopercepção, percepção do outro, autoeficácia, autoconfiança, autocontrole, resolução de problemas, competência social, habilidades adaptativas de enfrentamento e capacidade de pedir ajuda (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2011, 2017; FICHER; FRÖHLICH-GILDHOFF, 2019).

Tomando o autocontrole como exemplo, consideramos os resultados alcançados por Moffitt et al. (2011, p. 2693) em estudos que acompanharam mil indivíduos, do nascimento até a idade de 32 anos, concluindo que existe uma relação direta entre autocontrole e saúde física, organização de finanças pessoais e não envolvimento com drogas e em crimes.

Os efeitos do autocontrole dos indivíduos acompanhados podem ser desvinculados de sua inteligência e classe social, bem como de erros cometidos na adolescência. Em outro estudo, com quinhentos pares de irmãos, o irmão com menor autocontrole obteve piores resultados, apesar de o histórico familiar compartilhado.

Habilidades sociais são fundamentais para que problemas sejam prevenidos e solucionados, mas há situações, como as de luto, por exemplo, em que é importante suportar a dor e se permitir ser fortalecido pelo sofrimento inevitável. Em tais casos, é preciso resiliência,

no sentido de adaptação diante de adversidades (CORCHS, 2011; FRÖHLICH-GILDHOFF; RÖNNAU-BÖSE, 2018).

Pesquisas dos anos 1950 já indicavam que se ao menos um único adulto demonstrar aceitação plena da criança para além dos comportamentos e atitudes dela, o desenvolvimento de resiliência se dá de forma espontânea. Além disso, o amor dito incondicional também favorece a autoestima, um fator preventivo ao desenvolvimento de depressão (CORCHS, 2011; FRÖHLICH-GILDHOFF; DÖRNER; RÖNNAU-BÖSE, 2016; GUILHARDI, 2002), assim como pais que adotam estilos educacionais positivos e responsivos suavizam a resposta de seus filhos ao estresse de um modo identificável em nível do funcionamento cerebral (BLAIR; RAVER, 2016). Buscamos, com grupos vivenciais, que também professores e pesquisadores nas escolas exerçam essa função de afeto e respeito em relação às crianças e adolescentes para que eles se tornem resilientes.

Em linhas gerais, é esperado que habilidades sociais favoreçam o enfrentamento de situações cotidianas com diferentes antecipações de risco, o que tende a gerar autoconfiança diante dos sucessos alcançados e resiliência, em casos de crise. Valorizamos, ainda, intervenções precoces, com função preventiva (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2003; MURTA, 2005).

Para além das relações sociais, o contato com literatura ocupa um espaço importante no favorecimento do desenvolvimento saudável desde a infância. Segundo Blair (2016, p. 7), “métodos neurocientíficos têm sido de grande valor para destacar os benefícios cerebrais das intervenções de leitura para crianças”. Considerando o ser humano em sua totalidade, Oatley (2016) destaca que a arte literária gera efeitos psicológicos positivos sobre os leitores, que se tornam mais capazes de empatizar e compreender outras pessoas e de compreender e mudar a si próprios. No mesmo sentido, Freire (1989, p. 13) afirma que “a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de ‘escrevê-lo’ ou de ‘reescrevê-lo’, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente”.

O contato com textos literários tende a auxiliar o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social. A busca por eles, por seu turno, sofre grande influência do prazer que se tem em ler. Em nossa pesquisa, avaliamos

efeitos da utilização de textos literários nos grupos vivenciais como forma de incentivo ao prazer em ler e à expressão criativa e emocional, aliados a uma maior probabilidade de permanência na escola e, portanto, de combate ao grande problema de evasão escolar presente na região norte e no país, de modo geral (DARWICH; GARCIA, 2019; DARWICH; NUNES; SOUZA, 2020; DUBET, 2003).

Prazer é uma emoção diretamente relacionada a experiências não coercitivas, o que se explica por meio da divisão das interações sociais entre coercitivas e não coercitivas de acordo com as consequências que os atos dos envolvidos geram para os demais e para eles próprios. Coerção representa o encontro entre imposições e obediência em relações de poder e submissão que perpetuam a violência. A não coerção, pelo contrário, está presente em relações construtivas e solidárias, com espaço para a livre expressão. Ela fomenta a flexibilidade e a convivência pacífica, com respeito diante de opiniões diferentes (KIENEN; BOTOMÉ, 2007; SIDMAN, 1989).

Segundo Alexievich (2016, n.p), “todas as pessoas têm coisas importantes para contar. Se criarmos um ambiente de confiança, calmo, íntimo, surgem grandes histórias”. Esta perspectiva ilustra o papel atribuído à não coerção em grupos vivenciais. Grandes histórias não se restringem a lembranças do passado, pois estruturam o momento presente em que são verbalizadas, impulsionando a confiança em construir objetivos e em alcançá-los. Aqui vemos representado o equilíbrio entre o estabelecimento de regras e de limites e a demonstração de afeto, respeito e flexibilidade.

A escola, enquanto instituição, ainda permanece sendo espaço de trocas coercitivas de toda ordem (ASSIS; CONSTANTINO; AVANCI, 2010). Por trás da imagem de espaço de educação e formação, a escola, no Brasil, mantém as desigualdades de classe e gera exclusão escolar e social (BERTONCELO, 2016; GUZZO; EUZÉBIOS FILHO, 2005). Segundo Dubet (2003, p. 44), “a exclusão escolar é o resultado ‘normal’ da extensão de uma escola democrática de massa que afirma ao mesmo tempo a igualdade dos indivíduos e a desigualdade de seus desempenhos”.

A formação de grupos vivenciais em escolas representa a criação de espaço não coercitivo que “reúne colegas e permite que cada um se aproxime mais integralmente de si próprio [...] e abre espaço para a

prevenção de dificuldades tipicamente resultantes de trocas coercitivas” (DARWICH; GARCIA, 2019, p. 563). Minto et al. (2006) descrevem experiências positivas com adolescentes que fortalecem a ideia de que o formato grupal é ideal para favorecer a aquisição de habilidades de vida.

Os fundamentos teóricos de uma proposta interventiva refletem a escolha da metodologia a ser utilizada. Realizamos uma pesquisa-ação, a qual, por definição, valoriza o aprimoramento constante da prática interventiva por meio de avaliação e realização de mudanças necessárias nos procedimentos utilizados (TRIPP, 2005). No âmbito da pesquisa social, esse método lança mão de mecanismos variados de coleta e interpretação de dados e “de intervenção na solução de problemas e organização de ações, bem como de técnicas e dinâmicas de grupo para trabalhar com a dimensão coletiva e interativa na produção do conhecimento” (BALDISSERA, 2001, p. 7).

Complementarmente, a utilização de método vivencial representa a realização de atividades estruturadas que reproduzem situações cotidianas em encontros grupais, presenciais (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2003, 2014). Ao longo dos anos, criamos dinâmicas de grupo em número crescente, com a utilização de textos literários de autores brasileiros, portugueses e alemães. Deste modo, desenvolvemos tecnologia interventiva adaptada a peculiaridades regionais, a ser utilizada com grupos variados, formados com cerca de dez participantes que se encontram semanalmente por 90 minutos, ao longo de dois ou três meses.

Um grupo vivencial, a partir do momento que é iniciado, pode ter continuidade ao longo dos semestres seguintes, ainda que novos participantes entrem e antigos o abandonem. É o caso do Grupo de Pais e do Grupo de Crianças, que foram interrompidos em 2020, com a pandemia, e do Grupo de Mulheres com Fibromialgia que permanece ativo desde 2018 até os dias atuais.

Grupos Vivenciais offline: primeira fase da pesquisa

A ideia de uma pesquisa com grupos vivenciais começou a ser posta em prática em 2013, na clínica-escola de Psicologia da Universidade da

Amazônia (CLIPSI/Unama), com a formação de grupos de pais e, além deles, em 2014, de grupos de crianças. Daí adveio o que chamamos de primeira fase da pesquisa, realizada entre 2016 e 2019, contando com professores e estudantes dos cursos de Psicologia e Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura, e intitulada “Grupos vivenciais e vida em sociedade: uma intervenção interdisciplinar” (DARWICH; NUNES; PINTO, 2017; DARWICH et al., 2017).

Em 2016, as atividades de campo tiveram início no espaço de uma pequena creche particular, com encontros de um grupo de crianças e um de adolescentes. Além disso, foram formados três grupos vivenciais com as turmas de oitavo período do curso de Psicologia da Unama e um quarto grupo reunindo alunos de três turmas do segundo período do curso.

A pesquisa rapidamente ganhou força. Entre 2016 e 2019, setenta grupos vivenciais foram formados, alcançando cerca de oitocentos participantes, com idade entre 5 e 65 anos. Grupos de estudantes, professores e pais foram formados em escolas públicas e particulares de ensino fundamental e médio em Belém, Icoaraci, Marituba e Acará. Também foram formados grupos de voluntários, pais e estudantes de ensino fundamental e médio em Organizações Não Governamentais (ONGs), em uma Organização da Sociedade Civil (OSC) de incentivo à leitura e em espaço de formação religiosa. Na CLIPSI, contamos com a formação de grupos de pais e de crianças, estas com ou sem queixa clínica, bem como de grupos de adolescentes, de jovens e de mulheres com fibromialgia. Na Unama também contamos com grupos de estudos, formação em pesquisa e autoconhecimento com cerca de sessenta a cem estudantes pesquisadores de graduação e pós-graduação, a cada semestre, divididos em subgrupos (DARWICH; GARCIA, 2019; DARWICH; GARCIA; NUNES, 2018).

A pesquisa também abriu espaço para a realização de estágio curricular na área de Psicologia Escolar e contou com um total de onze bolsistas. Ao longo de um semestre, três estudantes de Serviço Social da Universidade de Ciências Aplicadas de Freiburg (EHF), na Alemanha, temporariamente vinculadas à Unama, atuaram em campo juntamente com os demais estudantes pesquisadores (DARWICH; GARCIA; NUNES, 2018).

Nesse período também foram estabelecidas parcerias com três outros grupos de pesquisa da Unama: “Prática Restaurativa - é Possível?” (parceria com o Ministério Público do Estado no contexto de implementação de um Núcleo de Práticas Restaurativas, o NUPRE), “Plantão Psicológico e Contemporaneidade: Elaboração Interventiva em Clínica-Escola”, “Grupo de Pesquisa Interfaces do Texto Amazônico” (GITA) e com a EHF, com o estabelecimento de trocas de material interventivo e textos literários. No contexto de tal parceria, quatro professoras e oito estudantes de Psicologia e Serviço Social participaram, em junho de 2018, de um intercâmbio científico-cultural em Freiburg, com apoio da EHF e do Grupo Ser Educacional.

Um exemplo de formação de grupos vivenciais em escolas ao longo de 2018 foi descrito por Darwich e Garcia (2019). Participaram do estudo 67 estudantes do ensino médio de duas escolas públicas de diferentes bairros de periferia de Belém, com idade variando entre 14 e 20 anos. Eles foram divididos em quatro grupos e participaram de dez encontros ao longo de três meses, com regularidade semanal.

Em meio a trocas não coercitivas, foram utilizadas, além de técnicas de *mindfulness* (SODRÉ, 2016), seis dinâmicas adaptadas de material preexistente (DI PIERRO; ORTIZ; 2011; RANGÉ, 2008; ROJÃO et al., 2011) e duas que foram criadas pelo grupo de pesquisa, com foco no desenvolvimento de habilidades sociais e autoconhecimento.

A realização de análises comparativas e individualizadas de diferentes grupos de participantes foi possibilitada por meio da aplicação de instrumentos como a Escala de Autoconceito Infanto-Juvenil (EAC-IJ) (SISTO; MARTINELLI, 2004), o Inventário de Habilidades Sociais para Adolescentes (IHSA) (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2009) e o Inventário de Habilidades Sociais, Problemas de Comportamento e Competência Acadêmica (SSRS) (DEL PRETTE et al., 2016), assim como por meio de entrevistas semiestruturadas.

Para avaliação de progressos de cada participante foram utilizadas escalas Likert, preenchidas pelos pesquisadores imediatamente após cada encontro. Deste modo foram avaliados comportamentos verbais e não verbais, como expressão respeitosa de ideias e sentimentos, perguntas e observações, persistência diante de dificuldades, escuta atenta, enga-

jamento nas atividades propostas, assertividade, empatia, iniciativa e demonstração de prazer em ler, expresso por meio de contentamento e interesse diante dos textos e da escolha espontânea de livros.

Confirmamos que a criação de espaço não coercitivo em grupos vivenciais depende, em grande parte, das atitudes tomadas pelos pesquisadores, na função de facilitadores e como modelos de postura assertiva e empática. É importante que posicionamentos dos participantes sejam valorizados e regras claras e flexíveis sejam apresentadas em contexto de apoio mútuo. De modo a favorecer o prazer em ler, deve ser disponibilizado, aos participantes, o acesso a livros e oportunidade de reflexão e diálogo a partir de leituras compartilhadas.

A Figura 1 apresenta capas de livros que utilizamos em diferentes grupos, exemplificando também os temas que se fizeram presentes nos encontros.



FIGURA 1: Livros utilizados na primeira fase da pesquisa.

FONTE: Acervo pessoal.

Em linhas gerais, os estudos desenvolvidos na primeira fase da pesquisa derivam diretamente das experiências com grupos, abrangendo temas como pesquisa-ação com grupos vivenciais (DARWICH;

GARCIA; NUNES, 2018), construção de tecnologia interventiva adaptada às populações locais (DARWICH; NUNES; LIMA, 2018), relações de gênero e relações sociais com adolescentes em contexto escolar (DARWICH, GARCIA, 2017), recursos literários e habilidades sociais em grupos vivenciais (MONTEIRO; DARWICH, 2018), psicologia comunitária e interdisciplinaridade (DARWICH et al., 2018) e grupos vivenciais e permanência com sucesso na escola (DARWICH, GARCIA, 2019).

Grupos vivenciais online: segunda fase da pesquisa

Segundo Deslandes e Coutinho (2020), “o contexto da pandemia da Covid-19 nos convoca a adaptar nossos estudos, migrando para as ambiências da pesquisa digital. [...] Isso convoca e desafia todos os pesquisadores a compreender melhor ‘o mundo digital’, ampliando horizontes” (p. 8), pois tal modelo de pesquisa nos exige “o corajoso exercício da criatividade, intuição e espontaneidade – qualidades que se aliam ao rigor teórico, à clareza conceitual e ao respeito ético às alteridades” (p. 9).

Com a pandemia do novo coronavírus, um grande desafio se fez presente quanto à utilização do método vivencial, uma metodologia ativa que permite que os objetivos compartilhados sejam alcançados indiretamente por meio de vivências que otimizam o espaço aberto a reflexões e variabilidade comportamental (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2003, 2014). Isto porque os programas de treinamento de habilidades sociais preveem encontros grupais presenciais.

Na pesquisa-ação que, em sua segunda fase, foi intitulada “Poesia no Dia a Dia: Grupos Vivenciais e Resiliência”, a questão imposta foi como utilizar o método vivencial quando o contato direto entre pesquisadores e participantes não era mais possível e mesmo a formação de grupos se tornou difícil de organizar e manter em ambiente digital. Com as escolas fechadas, o formato grupal foi utilizado apenas em três encontros online de um grupo de pais e, sem interrupção até o momento atual, com um grupo de mulheres com fibromialgia, mas com novo recorte, que alia reflexões individuais ao compartilhamento de ideias em grupos online.

Por priorizarmos o incentivo ao prazer em ler, criamos uma playlist no YouTube, “Lendo com os grupos vivenciais”, como base para o desenvolvimento de diferentes estratégias interventivas. Assim, desenvolvemos uma proposta de aprofundar o espaço de interação em diferentes contextos, como a família e a escola, tendo a internet como suporte metodológico. O alcance da coleta de dados foi estendido para além da cidade de Belém e mesmo do Brasil, e convidamos pessoas de diferentes países e todas as faixas etárias para a leitura ou criação de histórias e elaboração de desenhos que compõem os vídeos, os quais também são disponibilizados a participantes de todas as faixas etárias.

A playlist conta com quarenta e três vídeos de contação de história. Utilizando as imagens dos respectivos livros, um dos vídeos apresenta leitura que traduz o texto que está em inglês e outro, em alemão; dezoito foram editados a partir de áudios gravados por participantes de todas as faixas etárias, sendo que em três o texto é bilíngue; quatro outros descrevem experiências com a pesquisa; dois são modelos de criação de história a partir de livros sem texto e onze, histórias, poemas e músicas criados por crianças e adolescentes; dois compõem registros de memórias de pessoas que viveram na primeira metade do século passado; e três correspondem a exercícios de yoga em família com crianças com desenvolvimento atípico, criados com base em outros vídeos da playlist, de leituras de livros infantis.

Os vídeos deram suporte à criação de diferentes roteiros de conversa em formulários Google, com pontos de reflexão e discussão orientados às faixas etárias e demais características gerais dos participantes de cada intervenção que realizamos. Com roteiros de conversa com conteúdos diversos, foi possível utilizar os vídeos em estudos variados, com diferentes finalidades e públicos-alvo de diferentes faixas etárias.

Parte do papel desempenhado pelos pesquisadores em grupos vivenciais, no sentido de moderação e incentivo às trocas em grupo, foi repassado diretamente aos participantes. Em estudos que avaliaram efeitos da oportunidade de reflexão individual, esta foi possibilitada por meio do contato com vídeos e roteiros de conversa. No entanto, em estudos que investigaram efeitos da aproximação entre membros da família no contexto das atividades planejadas, um participante adulto precisaria ficar

incumbido de repassar instruções para os mais jovens e criar, com eles, um espaço de diálogo e apoio a partir do vídeo que tivessem assistido juntos e das perguntas a serem formuladas e respondidas entre eles. Neste caso, foi essencial compartilhar com esses adultos o que seriam as características não coercitivas que deveriam se fazer presentes nas trocas estabelecidas durante a coleta de dados, pressupondo que essas posturas seriam também generalizadas para as interações sociais como um todo.

Adaptamos os parâmetros que utilizamos para a avaliação de mudanças realizadas ao longo dos encontros na primeira fase da pesquisa. Foram observadas a qualidade das verbalizações e a adoção de atitudes construtivas, somadas à adoção de posturas resilientes e ao prazer em ler, refletido tanto no engajamento em reflexões e diálogos com base em leituras realizadas, quanto na criação de textos.

A formação de grupos vivenciais online foi acompanhada, ao final de 2020, por grupos presenciais em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II) de Breves, na Ilha do Marajó. A partir daí, os procedimentos online provaram que haviam conquistado um espaço especial na pesquisa, independentemente da modalidade dos encontros. Assim sendo, foi mantida a possibilidade de utilização de vídeos da nossa playlist, ao lado de livros e outros materiais de intervenção. Ao final de 2021, outros grupos presenciais foram formados, novamente no CAPS II, em Breves, e também em escolas de Moju e no Núcleo da Altas Habilidades e Superdotação (NAAHS), em Belém, além de termos contado com a realização de ações focais em turmas de escolas de Belém e Benevides.

Encontros presenciais de um grupo de estudos, autoconhecimento e capacitação em pesquisa tiveram início no primeiro semestre de 2022, fundamentando a formação de grupos vivenciais em escolas, em uma Organização da Sociedade Civil (OSC) de Belém, em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Igarapé-Miri, em Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) de Mosqueiro e de Moju, em um abrigo para crianças e adolescentes, também em Mosqueiro, e mais uma vez no CAPS II de Breves e no NAAHS. Complementarmente, passamos a realizar palestras dialogadas sobre ansiedade em escolas que nos procuraram em busca de orientação para turmas de alunos.

A realização de um novo intercâmbio científico-cultural com a EHF foi planejada para acontecer em 2020, mas a viagem do grupo de professoras e estudantes foi cancelada por causa da pandemia. Em junho de 2022, cinco estudantes do PPGCLC e cinco do curso de Psicologia da Unama farão nova tentativa, acompanhados pela professora que coordena a pesquisa.

Um exemplo de material interventivo criado para utilização em estudos mediados pela internet corresponde ao projeto “AniMais – Rimas, Mugidos, Trinados”, iniciado em 2021. Este projeto é caracterizado por intervenções construídas a partir de um livro digital infantojuvenil (DARWICH, 2021) e um vídeo¹ de mesma autoria, com ilustrações feitas por crianças e adolescentes que participaram do vídeo com a leitura ou a declamação dos poemas. O livro é composto por trinta e nove poemas sobre animais que vivem na região amazônica e em outras partes do mundo, que já foram extintos ou são imaginários. A reunião de livro e vídeo enriquece as possibilidades de intervenção e está sendo ampliada com a edição de um livro impresso, pela editora Amo!

O vídeo AniMais, com prefácio de Antônio Moura e posfácio de Niamey Granhen (assim como o livro) foi disponibilizado no YouTube, em uma seção de estreia, em 2 de outubro de 2021. Abrimos, assim, espaço para o compartilhamento de pensamentos e emoções acerca do resultado de leituras e desenhos de cada uma das trinta e nove famílias, posto que cada uma conhecia apenas o recorte correspondente à sua própria participação.

Diferentes ações em contexto escolar e familiar, em modo remoto mas também retornando ao presencial, reúnem o contato de crianças e adolescentes com o livro digital e o vídeo AniMais. O material interventivo também vem sendo utilizado com adultos, como no caso de um grupo virtual de mulheres, de um grupo presencial de homens em tratamento para dependência química, dentre outros estudos iniciados em 2021. Uma imagem da animação do início do vídeo é apresentada na Figura 2.

1. Disponível em: <https://youtu.be/wGj2tLEoRcM>. Acesso em: 12 fev. 2022.



FIGURA 2: Vídeo “AniMais – Rimas, Mugidos, Trinados”.

FONTE: YouTube (2021)..

Na segunda fase da pesquisa foram e permanecem sendo realizados estudos por professores e resultantes de trabalhos de conclusão de curso, estágio de iniciação científica, dissertações e teses. Os temas escolhidos apresentam resultados das atividades de pesquisa ou reflexões nela fundamentadas.

Destacamos, dentre os temas, prazer em ler e formação de leitores (DARWICH et al., 2020), pesquisa mediada pela internet (DARWICH; CARVALHO; MOURA, 2020), mídia e consumismo na infância (COSTA; DARWICH, 2020), estilos parentais de mães em situação de vulnerabilidade social (DARWICH; NUNES; SOUZA, 2020), combate a preconceitos e discriminações na infância (CARVALHO; DARWICH, 2021), combate a desigualdades raciais em escolas do Brasil e da Alemanha (DARWICH; FISCHER, 2021), autoconhecimento de estudantes de pós-graduação (DARWICH et al., 2021), contraste entre autoavaliação de crianças e adolescentes e avaliação materna a partir de criações literárias mediadas pela internet (SOUZA; NEVES; DARWICH, 2021), coerção e desencanto na pandemia (DARWICH; SOUSA; NUNES, 2021) e exercícios de yoga associados a histórias em família para crianças com desenvolvimento atípico como estratégia de regulação emocional (COSTA; DARWICH, 2022).

Dados quantitativos são apresentados como forma de comparar a produção científica do grupo de pesquisa entre as duas fases (Gráfico

1). Vale ressaltar que não foram contabilizados trabalhos de conclusão de curso (TCC), monografias de iniciação científica, dissertações e teses ainda não publicados.

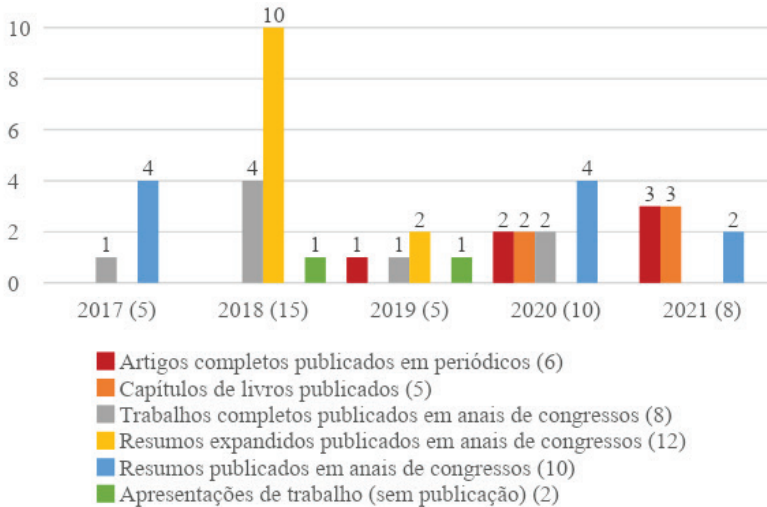


GRÁFICO 1: Produção do grupo de pesquisa entre 2017 e 2021.

Quanto aos 32 trabalhos derivados da participação em congressos, 24 (75%) correspondem à primeira fase da pesquisa e apenas oito (25%), à segunda. Por outro lado, considerando um total de onze produções, temos um total de cinco artigos e cinco capítulos de livro nos últimos dois anos (91%), em contraposição a um único artigo no período anterior (9%). Percebemos, assim, que o grupo de pesquisa passou a ter um foco maior em artigos e capítulos de livro a partir da segunda fase, período em que foram realizados estudos mediados pela internet e congressos e outros eventos acadêmicos e científicos estavam restritos à modalidade online.

Em se tratando dos oito eventos dos quais componentes do grupo de pesquisa participaram na primeira fase, contamos com quatro congressos locais e quatro internacionais, estes em Florianópolis, no Brasil, em Salamanca, na Espanha, em Santiago, no Chile, e no Porto, em Portugal. Na segunda fase da pesquisa, o grupo participou de três eventos internacionais, na modalidade online, um deles com sede em Salamanca e dois, em Funchal,

em Portugal, sendo estes últimos em língua inglesa. Apesar das dificuldades resultantes da pandemia, portanto, ainda foi possível o compartilhamento de ideias característico da participação em eventos.

Foram foco central de estudos das duas fases, a construção e a avaliação de intervenções, com ênfase na qualidade não coercitiva das interações, visando o desenvolvimento de habilidades sociais, de autorreferência e resiliência, assim como a utilização de textos literários, visando favorecer o prazer em ler. Estudos da primeira fase destacaram principalmente a utilização de metodologias como pesquisa-ação, método vivencial e práticas restaurativas e circulares, bem como a formação de grupos vivenciais em diferentes locais e com diferentes configurações. Por outro lado, estudos da segunda fase foram centrados principalmente em metodologias voltadas a pesquisas mediadas pela internet e estudos de sujeito único, formação de grupos de intervenção e controle, divisão de participantes em duplas constituídas ou não por membros de uma mesma família e utilização de vídeos de contação de história criados pelos pesquisadores.

Além disso, foram mais frequentes, na primeira fase, temas como interdisciplinaridade, gênero, bullying e trocas interculturais (entre o Brasil e a Alemanha e entre Belém e Altamira), em contraposição a temas como pandemia e isolamento social, vulnerabilidade social e estilos parentais, mais presentes na segunda fase.



FIGURA 3: Grupo de pesquisadores: interações offline.
FONTE: Facebook (2018)



FIGURA 4: Grupo de pesquisadores: interações offline e híbridas.

FONTE: Instagram (2022).

As imagens acima ilustram diferenças entre encontros de um grupo de pesquisadores anteriormente ao início da pandemia de Covid-19 (Figura 3) e neste ano de 2022 (Figura 4), em que as aulas de escolas e universidades retornaram ao modo presencial ou híbrido. “Híbrido” parece ser o termo que ganhou mais destaque à medida que a pandemia foi se estendendo, com intervalos entre ondas causadas por diferentes variantes do coronavírus. No grupo de pesquisadores de 2022, encontros presenciais e híbridos e encontros apenas online são alternados a cada semana. A proposta de intervenção mista permanece, com a disponibilização de vídeos e formulários com entrevistas aos participantes entre os encontros presenciais.

Considerações finais

O método vivencial é utilizado no treinamento de habilidades sociais por meio de atividades estruturadas que reproduzem situações cotidianas em contexto grupal. Acrescentamos a importância das relações não coercitivas nos grupos como pano de fundo para o desenvolvimento de resiliência, que também é favorecido pela aquisição de habilidades sociais e do prazer em ler, necessário em uma sociedade em que a vulnerabilidade social é tão presente e, portanto, conforme analisado por Lage (2020), deve ser convertida em resistência.

Após anos de experiência com a utilização de método vivencial em grupos, com a pandemia de Covid-19 tivemos que ser flexíveis, criativos e resilientes para passarmos do offline para o online, mantendo as características de intervenções próximas de ocorrências cotidianas. Essas, inclusive, também passaram por transformações radicais, dada a necessidade de distanciamento social alternada com situações de *lockdown* mais rigoroso.

Tínhamos, a nosso favor, a participação dos pesquisadores em grupos especialmente dirigidos para o desenvolvimento das mesmas capacidades que buscávamos favorecer nos participantes da pesquisa. Além disso, a realização de uma pesquisa-ação nos colocara, a cada semestre, diante da necessidade de avaliar as intervenções realizadas e de concretizar novos rumos. Iniciamos com a proposta de desenvolver tecnologia interventiva adaptada a peculiaridades regionais e, em seguida, circunstâncias de alcance mundial exigiram que a internet assumisse um papel central nos grupos.

O objetivo de refletir acerca da utilização do método vivencial em pesquisas mediadas pela internet deriva de alterações metodológicas que partem do princípio de que encontros offline e online compartilham de características fundamentalmente semelhantes. Na medida em que diferenças igualmente significativas são encontradas nos dois tipos de encontro, realizamos adaptações nos procedimentos utilizados, mas sem perder de vista pontos centrais, como a natureza não coercitiva das relações sociais estabelecidas que se traduz por atos simples como falar e ouvir em contexto de empatia, cooperação, confiança e respeito mútuo. Neste sentido, nossas reflexões nos remetem à prática e a prática nos abre novas reflexões que, neste caso, revelam pontos positivos da utilização de método com características vivenciais em pesquisas mediadas pela internet.

Vale ressaltar que foi na segunda fase da pesquisa, com a utilização de vídeos disponibilizados no YouTube, que a criatividade de participantes encontrou um espaço maior e melhor estruturado de expressão. Tivemos, assim, além da leitura de textos, a criação de histórias a partir de livros sem texto, de histórias livres e também de poemas e músicas (SOUZA; NEVES; DARWICH, 2021). Atividades como as de yoga

também foram introduzidas por meio de vídeos, reunindo o contato com contação de histórias à expressão de movimentos derivados das experiências vivenciadas pelos personagens (COSTA; DARWICH, 2022, no prelo).

Verificamos que a ampliação do espaço destinado à criatividade dos participantes não deriva simplesmente da presença da internet na pesquisa, mas também do próprio amadurecimento do grupo de pesquisadores na busca por intervenções que permitissem reflexões e experiências compartilhadas, ampliando o olhar sobre alternativas de vida e favorecendo a elaboração e a realização de objetivos pessoais e sociais.

Novas pesquisas poderão avaliar procedimentos que caracterizam estudos mistos, em que estratégias interventivas online e offline se complementam e que representam aprendizagens derivadas do desafio imposto à humanidade pela pandemia de Covid-19. Em todo o caso, lançar mão do método vivencial em encontros online de diferentes formatos demonstrou ser uma boa alternativa em grupos vivenciais e esperamos que incentive a realização de outros estudos.

Referências

ALEXIEVICH, S. A história colectiva é uma grande mentira. [Entrevista concedida a] Paulo Moura. *Ípsilon*, 27 abr. 2016. Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/04/27/culturaipsilon/noticia/svetlana-alexievich-a-historia-colectiva-e-uma-grande-mentira-1730225>. Acesso em: 12 fev. 2022.

ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P.; AVANCI, J. Q. (eds.). *Impactos da violência na escola: um diálogo com professores*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação / FIOCRUZ, 2010.

BALDISSERA, A. Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo. *Sociedade em debate*, v. 7, n. 2, p. 5-25, 2001.

BERTONCELO, E. Classes sociais, cultura e educação. *Novos estudos CEBRAP*, v. 35, n. 1, p. 159-175, 2016. DOI: <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201600010008>.

BLAIR, C.; RAVEN, C. C. Poverty, stress, and brain development: new directions for prevention and intervention. *Academic Pediatrics*, v. 16, p. 30-36, 2016.

CARVALHO, L. F.; DARWICH, R. A. Histórias para crianças no Youtube e combate a preconceitos e discriminações: estratégias extensionistas em tempos de pandemia. *Extramuros – Revista de Extensão da Univasf*, v. 1, p. 66-77, 2021.

CORCHS, F. Decompondo a resiliência. *Paradigma*, v. 6, p. 6-14, 2011.

COSTA, L. A.; DARWICH, R. A. Mídia e consumismo na infância diante de limitações do mundo adulto. In: SILVA, J. L. E.; NUNES, M. C. R. G. (orgs.). *Interfaces entre Comunicação, Linguagens e Cultura: entrelace de saberes*. 1. ed. Belém: Unama, 2020, v. 2, p. 32-38.

COSTA, Y. S. K.; DARWICH, R. A. Yoga com histórias para crianças com transtorno do espectro autista: regulação emocional mediada pela internet. *Psicologia USP*, v. 33, p. 1-8, 2022.

DARWICH, R. A. *AniMais: rimas, mugidos, trinados*. Belém: UNAMA, 2021.

DARWICH, R. A. Vida em sociedade: uma intervenção interdisciplinar. *In: O papel da educação na promoção da cidadania*. Porto, Portugal, 2019.

DARWICH, R. A. *et al.* Contribuições da atuação em campo para o delineamento de pesquisa universitária. *In: II CONGRESSO DE PSICOLOGIA*, 2017, Belém. *Anais [...]*. Belém: Unama, 2017, p. 32-33.

DARWICH, R. A. *et al.* Psicologia e literatura: um grupo vivencial de estudo para encontros entre ler e ser. *In: III CONGRESSO DE PSICOLOGIA: as diversas faces do cuidar; III Congresso Multidisciplinar de Saúde: humanização em saúde – desafios e os novos cenários*, 2018, Belém. *Anais [...]*. Belém: Unama, 2018. v. 3, p. 103-105.

DARWICH, R. A. *et al.* Prazer em ler e formação de leitores: uma abordagem analítico-comportamental. *Arquivos Brasileiros de Psicologia* (Rio de Janeiro), v. 72, p. 141-154, 2020.

DARWICH, R. A. *et al.* Self-knowledge of graduate students in Northern Brazil. *In: INTERNATIONAL PSYCHOLOGICAL APPLICATIONS CONFERENCE AND TRENDS (InPACT)*, 2021, Conferência virtual. *Anais [...]*. Lisboa: W.I.A.R.S., 2021. v. 1, p. 36-37.

DARWICH, R. A.; CARVALHO, L. F.; MOURA, M. S. Grupos Vivenciais e pandemia de COVID-19: pesquisa mediada pela internet. *Asas da Palavra (UNAMA)*, v. 17, p. 13-21, 2020.

DARWICH, R. A.; FISCHER, S. Combate a desigualdades raciais na escola: intervenções no Brasil e na Alemanha. *In: GÓMEZ, N. A.; VALVERDE, E. M. P. (orgs.). Políticas públicas en defensa de la inclusión, la diversidad y el género: III Migraciones y derechos humanos*. 1ed. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2021, v. 1, p. 869-877.

DARWICH, R. A.; GARCIA, M. L. D. G. Grupos vivenciais e permanência com sucesso na escola: conquista de direitos. *Katálisis*, v. 22, n. 3, p. 558-565, 2019.

DARWICH, R. A.; GARCIA, M. L. D. G.; NUNES, A. L. M. Grupos vivenciais e vida em sociedade: uma pesquisa-ação. *In: 56o CONGRESO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS*, 2018, Salamanca. *Estudios*

Sociales: Memoria del 56.º Congreso Internacional de Americanistas. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2018. v. 1, p. 883-893.

DARWICH, R. A.; NUNES, A. L. M.; LIMA, F. M. Avaliação de procedimentos em pesquisa-ação e construção de tecnologia interventiva adaptada às populações locais. *In*: III CONGRESSO DE PSICOLOGIA: as diversas faces do cuidar; III Congresso Multidisciplinar de Saúde: Humanização em saúde – desafios e os novos cenários, 2018, Belém. *Anais [...]*. Belém: Unama, 2018. v. 3, p. 549-556.

DARWICH, R. A.; NUNES, A. L. M.; PINTO, L. C. Pesquisa e aplicação de tecnologia comportamental: grupos de pais e de crianças. *In*: II CONGRESSO DE PSICOLOGIA, 2017, Belém. *Anais [...]*. Belém: Unama, 2017, p. 62-63.

DARWICH, R. A.; NUNES, A. L. M.; SOUZA, A. C. A. Non-coercion beyond virtual environments: Can studying be pleasant? *In*: INTERNATIONAL PSYCHOLOGICAL APPLICATIONS CONFERENCE AND TRENDS (InPACT), 2020, Conferência virtual. *InPACT 2020: International Psychological Applications Conference and Trends - Book of Abstracts*. Lisboa: W.I.A.R.S., 2020. p. 45-45.

DARWICH, R. A.; SOUSA, M. C. E.; NUNES, A. L. M. Alternatives to disenchantment? An internet-mediated research during the COVID-19 pandemic. *In*: PRACANA, C.; WANG, M. (orgs.). *Psychological Applications and Trends 2021*. 1. ed. Lisboa: inScience Press, 2021, v. 1, p. 242-256.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. Aprendizagem socioemocional na infância e prevenção da violência: Questões conceituais e metodologia da intervenção. *In*: DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. *Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem*. Campinas: Alínea, 2003. p. 83-127.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. *Inventário de Habilidades Sociais (IHSA): manual de aplicação, apuração e interpretação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. *Habilidades sociais: intervenções efetivas em grupo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. Paradigmas culturais, habilidades sociais e análise do comportamento. In: VICHI, C.; HUZIWARA, E. M.; SADI, H. M.; POSTALLI, L. M. M. (orgs). *Comportamento em foco*. São Paulo: Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental, 2014, p. 139-148.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. *Competência social e habilidades sociais: manual teórico-prático*. Petrópolis: Vozes, 2017.

DEL PRETTE, Z. A. P. et al. *Inventário de habilidades sociais, problemas de comportamento e competência acadêmica para crianças: manual de aplicação, apuração e interpretação (SSRS)*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016.

DESLANDES, S.; COUTINHO, T. Pesquisa social em ambientes digitais em tempos de COVID-19: notas teórico-metodológicas. *Cadernos de saúde pública*, v. 36, n. 11, p. 1-11, 2020. Doi: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00223120>.

DI PIERRO, G.; ORTIZ, M. *Gênero fora da caixa: guia prático para educadores e educadoras*. São Paulo: Instituto Sou da Paz, 2011.

DUBET, F. A escola e a exclusão. *Cadernos de pesquisa*, 2003, v. 119, p. 29-45.

FISCHER, S.; FRÖHLICH-GILDHOFF, K. *Chancen-gleich: Kulturelle Vielfalt als Ressource in frühkindlichen Bildungsprozessen. Manual zur Qualifizierung pädagogischer Fachkräfte*. Stuttgart: Kohlhammer, 2019.

FRANÇA, T.; RABELLO, E. T.; MAGNAGO, C. As mídias e as plataformas digitais no campo da Educação Permanente em Saúde: debates e propostas. *Saúde em debate*, v. 43, n. especial 1, p. 106-115, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S109>

FREIRE, P. *A importância do ato de ler*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FRÖHLICH-GILDHOFF, K.; DÖRNER, T.; RÖNNAU-BÖSE, M. *Prävention und Resilienzförderung in Kindertageseinrichtungen – PriK: Ein Förderprogramm*. München: Reinhardt, 2016.

FRÖHLICH-GILDHOFF, K.; RÖNNAU-BÖSE, M. What is resilience and how can it be promoted? *Television*, n. 3, p. 10-14, 2018.

GUILHARDI, H. J. Autoestima, autoconfiança e responsabilidade. *In*: BRANDÃO, M. Z. S.; CONTE, F. C. S.; MEZZAROBBA, S. M. B. (orgs.). *Comportamento Humano – Tudo (ou quase tudo) que você precisa saber para viver melhor*. Santo André, São Paulo: ESETEC Editores Associados, 2002, p. 63-98.

GUZZO, R. S. L.; EUZÉBIOS FILHO, A. Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. *Escritos sobre educação*, v. 4, n. 2, p. 39-48, 2005.

LAGE, L. R. Vulnerabilidade, reconhecimento e resistência: contribuições de Axel Honneth. *In*: MIRANDA, C. M.; SOUSA, M. E.; CARVALHO, C. A.; LAGE, L. R. (orgs.). *Vulnerabilidades, narrativas e identidades*, Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020, p. 49-64.

KIENEN, N.; BOTOMÉ, S. P. Assédio moral: a coerção tem muitos graus. *Psicologia, organizações e trabalho*, v. 7, n. 1, p. 181-185, 2007.

MINTO, E. C. et al. Ensino de habilidades de vida na escola: uma experiência com adolescentes. *Psicologia em estudo*, Maringá, v. 11, n. 3, p. 561-568, 2006.

MOFFITT, T. E. *et al.* A gradient of childhood self-control predicts health, wealth, and public safety. *Proc Natl Acad Sci USA*, 2011, v. 108, p. 2693–2698.

MONTEIRO, T. F.; DARWICH, R. A. Relações entre recursos literários e habilidades sociais em grupos vivenciais. *In*: III CONGRESSO DE PSICOLOGIA: as diversas faces do cuidar; III Congresso Multidisciplinar de Saúde: Humanização em saúde – desafios e os novos cenários, 2018, Belém. *Anais [...]*. Belém: Unama, 2018. v. 3, p. 523-530.

MURTA, S. G. Aplicações do Treinamento em Habilidades Sociais: Análise da Produção Nacional. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 18, n. 2, p. 283-291, 2005.

OATLEY, K. Imagination, inference, intimacy: the psychology of Pride and Prejudice. *Review of General Psychology*, v. 20, n. 3, p. 236-244, 2016.

RANGÉ, B. Tratamento cognitivo-comportamental para o transtorno de pânico e agorafobia: uma história de 35 anos. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 25, n. 4, p. 477-486, out./dez. 2008.

ROJÃO, G. *et al.* *Coolkit: jogos para a não violência e igualdade de gênero*. Covilhã: Coolabora, 2011.

SIDMAN, M. *Coercion and its fallout*. Massachusetts: Authors Cooperative, 1989.

SISTO, F. F.; MARTINELLI, S. C. *Escala de Autoconceito Infanto-Juvenil*. São Paulo: Vetor, 2004.

SODRÉ, J. L. *Baralho Mindfulness: o jogo da atenção plena*. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2016.

SOUZA, M. F. C.; NEVES, K. D. A. M.; DARWICH, R. A. Criação literária infantojuvenil mediada pela internet: contraste entre autoavaliação e avaliação materna. *Temática*, v. XVII, p. 124-140, 2021.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.



Série Ambivalência [2020]
Fotografia: Amanda Leite
Performance: Renata Ferreira

CAPÍTULO 10

Narrativas de trabalhadores em sofrimento: desafios metodológicos

LILIAM DEISY GHIZONI

THAÍS MOURA MONTEIRO

Escutar o sofrimento dos trabalhadores tem sido uma demanda de alguns laboratórios e/ou grupos de pesquisa vinculados às universidades federais nos últimos 30 anos. Assim como uma das bases teórico-metodológicas que têm norteado as práticas de escutas clínicas é a Psicodinâmica do Trabalho. Trata-se de uma abordagem científica articulada por Christophe Dejours na França, nos anos 1980, que se popularizou no Brasil com a obra *A loucura do trabalho*, lançada em 1987 (GHIZONI; MENDES, 2014a; GHIZONI; MENDES, 2014b).

Destacam-se como marcos importantes para esta construção de escutas de trabalhadores em sofrimento pelo trabalho: a replicação do método da Psicodinâmica do Trabalho por Mendes (1994), sendo a pioneira nos estudos no Brasil; a criação e a coordenação do Laboratório de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho (LPCT) na Universidade de Brasília (UnB) em 2000; a criação do Grupo de Trabalho na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP) em 2006 (MARTINS *et al.*, 2013); a organização do Simpósio Brasileiro de Psicodinâmica do Trabalho em 2007 que gerou o Congresso Brasileiro em Psicodinâmica e Clínica do Trabalho, o qual vem acontecendo

bi-anualmente desde 2009 e já possui seis edições realizadas; e os demais Laboratórios ou Grupos de Pesquisa que foram sendo criados ao longo dos anos a partir destes espaços de diálogo.

Além do LPCT na UnB, que desde 2017 passou a se chamar Núcleo Trabalho, Psicanálise e Crítica Social, destacam-se o Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho (LPdT) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho (LAPSIC) na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), o Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde Mental e Trabalho na Amazônia (CEPEST) na Universidade Federal de Rondônia (UNIR), o Laboratório de Psicologia e Clínica do Trabalho (LABORClínica) na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), o Laboratório de Trabalho, Sofrimento e Ação na Universidade Católica de Brasília (UCB), o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicologia na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e o Trabalho e Emancipação: Coletivo de Pesquisa e Extensão na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Boa parte dos integrantes destes grupos de pesquisa e laboratórios faz parte do Grupo de Trabalho da ANPEPP que, desde 2019, denomina-se Trabalho, Subjetividade e Práticas Clínicas (anteriormente chamado Psicodinâmica e Clínica do Trabalho). Torna-se ainda importante citar, neste contexto histórico da rede de pesquisadores, a criação da Revista Trabalho EnCena¹, em 2016, hospedada no portal de periódicos da UFT. A direção geral da revista é feita por professoras pesquisadoras da UFT e da UCB, reconhecida como um periódico científico na ANPEPP, com apoio do referido GT Trabalho, Subjetividade e Práticas Clínicas.

Destarte a universidade, enquanto instituição de ensino superior, não é apenas um ambiente de trabalho e estudo para os professores, técnicos e alunos. É também um espaço para a crítica, para se pensar o trabalho com autonomia, reconhecendo o potencial emancipador do trabalho para o ser humano, onde se deve recusar o trabalho que aliena, explora e deixa o sujeito infeliz (SILVA; GHIZONI; LAGE, 2021)

Diante da força, aqui exposta, de um coletivo de pesquisa engajado na escuta qualificada de sujeitos que sentem na pele as dores do traba-

1. <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/index>

lhar em um mundo do trabalho que vivencia o colonialismo e o neoliberalismo cotidianamente, apresenta-se o objetivo deste capítulo, que é: discorrer, especificamente, sobre as implicações metodológicas que permeiam as coletas, análises e discussões de dados junto a trabalhadores em sofrimento no seu local de trabalho. Escolheu-se como foco as experiências de escutas clínicas realizadas no Tocantins, por meio das práticas realizadas no Grupo de Pesquisa Trabalho e Emancipação da UFT.

Para tal, organizamos o capítulo da seguinte forma: uma descrição das nuances sobre a Psicodinâmica do Trabalho e suas reverberações no Brasil ao longo dos últimos anos; e, as singularidades das escutas clínicas realizadas no Tocantins. Ao final, faz-se algumas considerações para se pensar o fazer do(a) clínico(a)-pesquisador(a) diante das narrativas de sofrimento.

A Psicodinâmica do Trabalho e suas Reverberações no Brasil

A Psicodinâmica do Trabalho foi construída com referenciais teóricos da psicopatologia, evoluindo para uma construção própria em função do avanço das pesquisas. Tais avanços permitiram que ela se tornasse uma abordagem autônoma com objeto, princípios, conceitos e métodos particulares (GHIZONI; MENDES, 2014a). Atualmente, ela é um referencial do campo da saúde mental e do trabalho que tem sido amplamente utilizado, sobretudo nos laboratórios e grupos de pesquisa citados anteriormente. Desse modo, essa abordagem tem oferecido contribuições significativas às pesquisas e intervenções da área no Brasil (GHIZONI; MENDES, 2014a).

Considerada uma abordagem das clínicas do trabalho, a Psicodinâmica do Trabalho ‘investiga’ o sujeito em situação real, concedendo um espaço privilegiado para a fala do trabalhador sobre o seu sofrimento no trabalho. Segundo Lhuillier (2011) ela apresenta uma perspectiva mais ontológica do que patológica, assim ressalta-se a importância da escuta sobre o esforço do sujeito pela vida, apesar do sofrimento, de seus modos de resistência e de suas defesas. As clínicas do trabalho se apoiam na metodologia da pesquisa-ação, pontuando a necessidade de se manterem unidas à ação e à teorização (LHUILIER, 2015). A autora

coloca no plural, as clínicas do trabalho, para situar o leitor sobre as diferentes perspectivas teóricas e metodológicas desenvolvidas ao longo dos anos, sendo elas: a ergologia; a clínica da atividade; a psicossociologia (o seu lugar de fala); e a psicodinâmica do trabalho (o lugar de fala deste capítulo).

Mesmo as clínicas do trabalho apresentando divergências entre si, a autora pontua os seguintes traços em comum, que a fazem pertencer a este campo de saber, a saber: (i) a centralidade do trabalho; (ii) a análise da demanda a partir de situações concretas de trabalho; (iii) a intervenção como uma pesquisa-ação, que visa compreender para transformar e transformar para compreender; e, (iv) as práticas com engajamento dos trabalhadores nos processos de mudanças (LHUILIER, 2015).

Por sua vez, a escuta clínica ancorada na Psicodinâmica do Trabalho acontece via criação de um espaço de discussão para dar voz ao sofrimento dos trabalhadores e potencializar a mobilização subjetiva do coletivo para a construção das regras sobre o fazer e o viver no espaço de trabalho (GHIZONI *et al.*, 2017; MENDES; ARAÚJO, 2012). Afinal, “trabalhar não é apenas produzir, é também viver junto” (DEJOURS, 2012, p. 85).

Destaca-se assim que a Psicodinâmica do Trabalho ao promover este espaço de fala e de escuta, está atenta à singularidade dos trabalhadores participantes. Há, desse modo, uma potência emancipatória no processo de escuta clínica do sofrimento no trabalho (MORAES, 2015). Os delineamentos metodológicos destas práticas clínicas já foram descritos em Ghizoni e Mendes (2014a), Ghizoni e Mendes (2014b), Cunha e Ghizoni (2018), Monteiro *et al.* (2021), Parreira e Ghizoni (2021), dentre outros.

Outros diálogos de práticas clínicas envolvendo a escuta de trabalhadores com metodologias semelhantes foram descritas por Ghizoni *et al.* (2014) com narrativas de pesquisadores do Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Amazonas, Roraima e Tocantins, além de Moraes *et al.* (2019) com relatos de pesquisas em Belém, Pará, Rondônia e Tocantins.

Observa-se que em todas as regiões do Brasil há resistência e enfrentamento frente à precarização ética que assola o mundo do trabalho. O que levou às universidades públicas oferecerem espaços de escutas

qualificadas na abordagem da Psicodinâmica do Trabalho, como é o caso do Rio Grande do Sul que descrevem os limites e as possibilidades de intervenções na realidade brasileira a partir da clínica Psicodinâmica do Trabalho (MERLO; BOTTEGA; PEREZ, 2019). Assim como no estado do Rio de Janeiro com a clínica do trabalho e da ação (FERREIRA; MARTINS; TRAESEL, 2019) e no Distrito Federal com estudos em psicopatologia clínica do trabalho (MENDES *et al.*, 2019). Nina *et al.* (2021) também apresentam as clínicas do trabalho face à precarização do trabalho no estado do Amazonas por meio da construção de dispositivos de pesquisa e intervenção e Martins *et al.* (2021) discorrem sobre a clínica do trabalho como ação de resistência ético-política nas práticas desenvolvidas na Universidade Federal do Rio de Janeiro, nos municípios de Campos, Rio das Ostras e Rio de Janeiro.

Nota-se que, ao longo dos 30 anos de estudos desta abordagem, no Brasil, se observam especificidades metodológicas e diálogos teóricos com outras áreas do saber, mas o fio condutor destas escutas clínicas é a dimensão emancipatória dos sujeitos. A demanda é construída a partir de trabalhadores interessados em falar sobre a sua dimensão subjetiva no trabalhar, de modo coletivo, abrindo-se espaço para as falas diante de uma escuta qualificada. Nesse espaço de discussão, os trabalhadores podem falar, refletir e elaborar coletivamente estratégias de ação para avançarem nas dificuldades encontradas e assim realizarem melhor e de maneira mais saudável o seu trabalho (MORAES, 2015).

Escutas Clínicas sobre o sofrimento no trabalho: Singularidades do Tocantins

As experiências das clínicas-pesquisadoras integrantes do Grupo de Pesquisa Trabalho e Emancipação da UFT foram divididas em dois grupos: (a) trabalhadores que não estavam adoecidos e que desejavam falar sobre seu sofrimento no trabalho; e, (b) trabalhadores adoecidos, afastados do trabalho. Uma característica dessas práticas clínicas foi a demanda ser provocada pelo grupo de pesquisa, via universidade pública e que gerou um produto: tese ou dissertação (além de artigos e capítulos de livro publicados).

No primeiro grupo (trabalhadores não adoecidos) foram realizadas as seguintes práticas clínicas:

1. Trabalhadores vinculados a uma associação de catadores de materiais recicláveis. Neste estudo foram realizadas 12 sessões com a participação de 16 catadores pouco escolarizados, com idade variando entre 39 e 78 anos. Houve a transição de uma gestão individual para uma gestão coletiva. Observou-se que a mobilização subjetiva que aconteceu no percurso da clínica continuou reverberando no coletivo de catadores, o qual, após a constituição do coletivo gestor, promoveu mudanças na organização laboral e apropriou-se do real do trabalho e da gestão coletiva da associação; estes foram os principais efeitos desta clínica do trabalho. A maior demonstração desse estudo é a importância da escuta clínica como potencial político de organização coletiva (GHIZONI; MENDES, 2014b). Essa prática clínica, realizada em Palmas-TO, foi conduzida por uma psicóloga e uma estagiária, estudante de psicologia, sob supervisão de uma doutora em psicologia, professora da UnB. Esse estudo gerou uma tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações na UnB defendida em 2013.
2. Trabalhadores de um órgão público federal. Nesse estudo foram realizadas 12 sessões com a participação de 11 servidores. Concluiu-se que o uso dos dispositivos clínicos, publicados por Ghizoni e Mendes (2014a), a partir do método proposto por Mendes e Araújo (2012) e reformulado por Mendes (2014), permitiu que os servidores mudassem suas atitudes frente ao trabalho, visto que atribuíram novos sentidos ao trabalhar, ressignificando os conteúdos que desencadearam o sofrimento no trabalho (MONTEIRO *et al.*, 2021). Essa prática clínica foi realizada em Palmas-TO, conduzida por uma psicóloga e uma estagiária de psicologia, sob a supervisão de uma doutora em psicologia, professora na UFT. Esse estudo gerou uma Dissertação

tação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da UFT defendida em 2018.

3. Trabalhadores vinculados ao Sindicato dos Jornalistas do estado do Tocantins (SINDJOR). Neste estudo aconteceram 10 sessões de escuta clínica do trabalho, em que participaram 6 jornalistas. Nessa prática clínica observaram-se poucas fontes de prazer entre as participantes e destacam-se as possibilidades que o novo cenário do trabalho trouxe, como as mídias sociais e o empreendedorismo. Já os sofrimentos são vivenciados na totalidade das rotinas de trabalho das participantes por meio do processo de precarização da profissão, sofrimento ético e patogênico e das várias violências laborais vivenciadas (PARREIRA; GHIZONI, 2021). Essa prática clínica foi realizada em Palmas-TO, conduzida por uma psicóloga e uma estagiária de psicologia, sob a supervisão de uma doutora em psicologia, professora na UFT. Esse estudo gerou uma Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da UFT defendida em 2019.

Já no segundo grupo, dos trabalhadores adoecidos e, portanto, afastados do trabalho, foi realizada uma prática clínica, desenvolvida por Cunha e Ghizoni (2018). Diferente das outras experiências, tratou-se de um estudo de caso por tratar da realidade e de demandas relacionadas à vida de um policial militar afastado do trabalho. Aconteceram 7 sessões individuais usando a técnica da escuta clínica do sofrimento no trabalho. No início das sessões, ele estava nessa condição há 1 ano e 3 meses e aguardava seu processo de aposentadoria proporcional ao tempo de serviço militar, denominada de reforma. Visando compreender a narrativa do sofrimento do policial militar, essa foi a maneira encontrada para retratar e acessar sua vida pregressa e os aspectos relacionados à organização do trabalho militar. Nesse estudo trabalhou-se a construção de um novo sentido à vida do sujeito fora da instituição militar, uma vez que ele reconhecia não ter condições psicológicas para continuar. Assim, o sujeito apontou os possíveis destinos para seu sofri-

mento como uma forma de ressignificação (CUNHA; GHIZONI, 2018). Esta prática clínica foi realizada em Palmas-TO, conduzida por uma psicóloga sob a supervisão de uma doutora em psicologia, professora na UFT. Esse estudo gerou uma Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da UFT defendida em 2017.

É necessário destacar que a formação do clínico se consubstancia em um dispositivo intrínseco à prática clínica e exige qualificação teórica, bem como a prática de escuta clínica e análise pessoal (MENDES, 2014). Nas práticas clínicas realizadas no Tocantins, a formação das clínicas-pesquisadoras ocorreu por meio de leituras sobre a temática e discussões no grupo de pesquisa *Trabalho e Emancipação: Coletivo de Pesquisa e Extensão*, além de psicoterapia pessoal e supervisão. Para Mendes e Araújo (2012), a formação do clínico vai além das bases técnicas e éticas, pois o campo afetivo é sumamente considerado. “É preciso ser capaz de se afetar pela fala do outro, colocar-se à disposição do outro, deixar-se surpreender, duvidar, angustiar-se com o inesperado, suportar o incontrolável. A clínica não busca respostas e soluções de modo racional e objetivo” (MENDES; ARAÚJO, 2012, p. 51).

Na condução das escutas clínicas é comum deparar-se com narrativas carregadas de muita dor, sendo o sofrimento no trabalho o maior aliado. Agressões verbais, violência moral e psicológica podem ser constantemente revividas. Escutar essas falas sempre impacta muito e, talvez, o mais difícil seja desarmar o sistema defensivo que os trabalhadores criaram para sobreviver. Entender o tempo e o ritmo do outro também é um exercício diário por parte das clínicas-pesquisadoras, aprender a lidar com o silêncio requer uma maturidade que o próprio processo clínico foi instigando. As supervisões são momentos cruciais para que as clínicas-pesquisadoras e as estagiárias-pesquisadoras pudessem avançar e se mobilizar subjetivamente.

Algumas vezes, pela dificuldade de se apropriar do papel de clínica-pesquisadora nos momentos iniciais, muitas angústias e frustrações podem surgir em decorrência de sentir que o grupo não avança. Contudo, na supervisão, pode ser pontuado que isso pode estar atrelado ao ritmo acelerado que as próprias clínicas-pesquisadoras impunham

nas suas vidas pessoais. Entender o ritmo do grupo acaba sendo um universo fértil que desencadeia inúmeras possibilidades, dentre elas a mobilização subjetiva tanto do coletivo de trabalhadores quanto do coletivo de clínicas. Abster do papel de especialista da vida do outro, sair do ritmo pessoal e entender o ritmo do grupo é de muita valia para a formação das clínicas-pesquisadoras, pois permite rever suas premissas, passando a olhar o mundo por outra lente: a lente do amor, do afeto e do vir a ser. Sem dúvidas, vivenciar essa experiência possibilita um crescimento não só profissional, mas, acima de tudo, um crescimento pessoal.

Cabe explicar que, na etapa da supervisão clínica, tem-se o encontro do coletivo de pesquisadoras para discutir cada sessão. Os conteúdos são reverberados para compreensão e análise. Logo, pode-se inferir que a supervisão catalisa a qualificação do clínico, pois “articula a teoria e a prática e permite ao clínico pelo exercício de experimentar a si mesmo a sua subjetividade e a do outro” (MENDES, 2014, p. 74). As supervisões aconteceram semanalmente, com duração aproximada de 90 minutos, na sala do grupo de pesquisa “Trabalho e Emancipação: Coletivo de Pesquisa e Extensão”, localizada na UFT. O encontro com o coletivo de clínicas é fundamental para compreender as narrativas do grupo a partir de análises, interpretações e discussões. A livre circulação da palavra acaba por promover um espaço de criatividade no coletivo de clínicas-pesquisadoras ao analisar as narrativas dos trabalhadores a cada sessão.

Ainda, uma das singularidades das práticas clínicas realizadas no Tocantins é que elas tencionam um diálogo com a área da comunicação, tendo em vista as clínicas-pesquisadoras estarem inseridas em um programa de Pós-Graduação em Comunicação, uma vez que no Tocantins não existem programas de Pós-Graduação em Psicologia. Nesse contexto, o trabalho se insere como um dos eixos do diálogo entre as áreas de comunicação e psicologia. Esta centralidade do trabalho, já pontuada por Lhuillier (2015), nas clínicas do trabalho, é também pautada por Figaro (2008) no campo da comunicação, com o intuito de compreender as complexas mudanças ocorridas no mundo do trabalho contemporâneo.

O binômio comunicação-trabalho, como denomina Figaro (2008), permite entender, por meio das narrativas dos trabalhadores, o fenômeno

comunicacional da materialidade das transformações sociais. Trata-se, portanto, de um estudo da comunicação no mundo do trabalho com um diálogo com a Psicodinâmica do Trabalho (PARREIRA; GHIZONI, 2021). Pode-se dizer ainda, que o binômio comunicação e trabalho protagonizam as práticas clínicas que aconteceram no Tocantins, entretanto, sabe-se que são estudos regionais, que trazem peculiaridades do Estado e do norte do país, mas refletem a realidade de sofrimento de muitos trabalhadores mundo afora.

Outro eixo que dialoga entre as áreas da comunicação e psicologia nessas práticas clínicas é a Análise das Narrativas (MOTTA, 2013), como descreveram Parreira e Ghizoni (2021). O que se observa é que no processo de se fazer as escutas clínicas, durante e após as sessões, ambos os métodos, sejam da clínica Psicodinâmica do Trabalho ou da Análise das Narrativas, tratam de interpretar as narrativas conscientes e inconscientes que envolvem as relações humanas tal como uma teia, onde estamos enredados (MOTTA, 2013).

Por fim, as escutas clínicas sobre o sofrimento no trabalho, aqui descritas como singulares ao Tocantins, têm o intuito de serem promotoras de saúde. Portanto, atuam preventivamente na mobilização do coletivo e visam o agir na organização do trabalho, tal como outras práticas clínicas sobre o sofrimento no trabalho Brasil (GHIZONI *et al.*, 2017).

Considerações Finais

Os desafios metodológicos que surgem quando se propõe escutar sujeitos no seu local de trabalho são vários, cabendo destacar o cuidado ético com a palavra que circula, com a escuta atenta e com o afeto. A escuta clínica, por si só, busca constituir um espaço de discussão para que haja justamente a circulação da fala e dos afetos, viabilizando repensar as práticas visíveis e invisíveis da organização do trabalho (MONTEIRO *et al.*, 2021).

Nesses 30 anos de Psicodinâmica do Trabalho no Brasil, o que se percebe também como um desafio metodológico é a postura do(a) pesquisador(a), há um deslizamento da posição do clínico que passa de pesquisador(a)-clínico(a) para clínico(a)-pesquisador(a) (GHIZONI

et al., 2017). Faz-se essa distinção por entender a importância de uma escuta ressonante, em que o(a) clínico(a)-pesquisador(a) vai empregar os dispositivos de maneira particular, de acordo com a singularidade dos trabalhadores ou grupos atendidos. A singularidade dos trabalhadores convida a singularidade do(a) clínico(a) do trabalho a transitar nesse jogo que o saber-fazer se coloca e distingue-se do(a) pesquisador(a)-clínico(a) (GHIZONI *et al.*, 2017).

Esta nuance envolve discussões teóricas e metodológicas das práticas clínicas que envolvem as narrativas dos trabalhadores, tais como: Quem é este sujeito que fala e que escuta? Como acessar a mobilização subjetiva para o sujeito agir na transformação da organização do trabalho? São questões que são, além de técnicas e éticas, políticas.

Esta postura do(a) clínico(a)-pesquisador(a) valoriza o saber como experiência dos trabalhadores, se contrapondo à tradição taylorista, a qual divide o mundo do trabalho entre os que pensam e os que executam. Nessa direção, diverge-se da tradição autoritária, herança do colonialismo, em que o saber e o poder eram privativos das chefias (MORAES, 2015). Em suma, a função do(a) clínico(a)-pesquisador(a) nas práticas de escutas clínicas do trabalho está relacionada à ressignificação do sofrimento, seja pelo elo de escuta ou possíveis tentativas de reumanização frente à desumanização vivenciada pelos sujeitos no contexto laboral. A construção de um coletivo propicia um espaço de reflexão dos sentidos e, conseqüentemente, a busca pela transformação da organização do trabalho por meio da potência da mobilização subjetiva (MENDES, 2014).

Desse modo, a metodologia que perpassa as escutas clínicas do trabalho não é para todas as organizações e, sim, para aquelas que estão dispostas a abrir espaços de discussão dentro do local de trabalho e durante o horário de trabalho, oportunizando a fala sobre o trabalhar e não somente sobre as metas ou tarefas técnicas. Fala que é sobre como o trabalhador se sente ao fazer esse trabalho, quais as fontes que têm sido geradoras de prazer e de sofrimento naquele espaço. Isso só poderá ser acessado se houver a construção deste coletivo de fala e escuta qualificada.

Faz-se importante pontuar que as organizações do trabalho estão inseridas na lógica imediatista imposta pelo neoliberalismo e buscam incessantemente um modelo que transforme as relações de trabalho sem, muitas vezes, estarem implicadas no processo subjetivo dos trabalhadores, considerando somente os interesses do capital. Realizar uma clínica do trabalho é atentar-se para os aspectos macrossociais e convidar a organização/gestão a repensar suas práticas que não contribuem com o pertencimento dos sujeitos no contexto de trabalho, minando os laços afetivos e a colaboração entre os trabalhadores.

Há um processo de dedicação do coletivo de clínicas-pesquisadoras em debruçar-se sobre o não dito e, ainda, ampliar o olhar para as micro violências que ocorrem no ambiente de trabalho. Outro desafio presente nas práticas tocantinenses diz respeito aos impasses relacionados às metas organizacionais que emergem como aspectos que dificultam a participação grupal, ainda que a gestão tenha autorizado a realização da clínica. Os trabalhadores tendem a visualizar o espaço de discussão como mais trabalho ou dispositivo que impede de cumprir as tarefas solicitadas pela organização. Esse movimento nem sempre é explícito, mas apresenta-se de modo silencioso e implícito, a partir das análises e discussões tecidas no coletivo. A utilização de metáforas tem sido um recurso potente para vir à tona o não dito.

Conclui-se que as escutas clínicas realizadas no Tocantins estão em sintonia com as demais escutas realizadas pelos integrantes do GT da ANPEPP Trabalho, Subjetividade e Práticas Clínicas, um coletivo que tem se fortalecido no país, diante de tantas mudanças no mundo do trabalho, sobretudo, no campo da pesquisa e nas universidades federais nos últimos anos. Por fim, o diálogo entre a psicologia e a comunicação se fortalece quando há abertura e espaços como este, para a publicação deste capítulo, afinal, nenhuma ciência se faz só.

Referências

CUNHA, A. M. S.; GHIZONI, L. D. Narrativas do sofrimento do trabalho de um policial militar afastado. *Comunicação & Inovação*, São Caetano do Sul, SP, v. 19, n. 39, 2018. DOI <https://doi.org/10.13037/ci.vol19n39.5132>.

DEJOURS, C. *Trabalho vivo: trabalho e emancipação*. Brasília: Paralelo 15, 2012. 222 p.

FERREIRA, J. B.; MARTINS, S. R.; TRAESEL, E. S. Clínica do trabalho e da ação: experiências no Rio de Janeiro. In: Monteiro, J. K. *et al.* (orgs.). *Trabalho que adoce: resistências teóricas e práticas*. Porto Alegre: Editora Fi, 2019. p. 173-208. Disponível em: https://www.editorafi.org/_files/ugd/48d206_0901172072684fd4b6a552830ef439d5.pdf. Acesso em: 04 abr. 2022.

FIGARO, R. *Relações de comunicação no mundo do trabalho*. São Paulo: Annablume, 2008. 160 p.

GHIZONI, L. D. G.; MEDEIROS, S. N.; CARVALHO, G. M.; MORAES, R. D.; SANTANA, P. M.; MAGNUS, C. N.; MERLO, A. R. C.; MENDES, A. M. Clínica psicodinâmica do trabalho: a prática em diversos contextos de trabalho. *DESAFIOS: Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins*, v. 1, n. 1, p. 74-92, 2014. DOI <https://doi.org/10.20873/uft.2359-3652.2014v1n1p74>.

GHIZONI, L. D.; MENDES, A. M. Dispositivos para uma escuta clínica do sofrimento no trabalho dos catadores de materiais recicláveis. *Contextos Clínicos*, São Leopoldo, v. 7, n. 1, p. 15-26, 2014a. DOI <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2014.71.02>.

GHIZONI, L. D.; MENDES, A. M. Mobilização de um coletivo de catadores: prática em clínica psicodinâmica da cooperação. *Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho*, v. 17, n. 2, p. 206-223, 2014b. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v17i2p206-223>.

GHIZONI, L. D.; MENDES, A. M.; VIEIRA, F. O.; CHATELARD, D. S. Clinical psychodynamic of work with collectors of recyclable materials in Tocantins, Brazil. *European Journal of Business and Social Sciences*, Zuriq, Suíça, v. 6, n. 7, p. 53-66, 2017.

LHUILIER, D. Filiações teóricas das clínicas do trabalho. In: BENDASSOLI, P. F.; SOBOLL, L. A. (orgs.). *Clínicas do trabalho*. São Paulo: Atlas, 2011. p. 22-58.

LHUILIER, D. A intervenção em psicossociologia do trabalho. In: R. D. MORAES; A. C. VASCONCELOS (orgs.). *Trabalho e emancipação: a potência da escuta clínica*. Curitiba: Juruá, 2015. p. 25-45.

MARTINS, S. R.; BOTTEGA, C. G.; VASCONCELOS, A. C. L.; SOBOLL, L. A. P.; MORAES, R. D.; HORST, A. C.; FACAS, E.; MERLO, A.C. Construindo identidade: narrativas históricas da psicodinâmica do trabalho no cenário Brasileiro. In: A. R. C. MERLO; A. M. MENDES; R. D. MORAES (orgs.). *O sujeito no trabalho: entre a saúde e a patologia*. Curitiba, Juruá, 2013. p. 25-40.

MARTINS, S. R.; FERREIRA, J. B.; TRAESEL, E. S.; JÚNIOR, S. D. G. Clínica do trabalho como ação de resistência ético-política. In: J. K. Monteiro *et al.* (orgs.). *Trabalho, precarização e resistências*. São Luís: EDUFMA, 2021. p. 247-287.

MENDES, A. M. Escuta analítica do sofrimento e o saber-fazer do clínico no trabalho. In: A. M. Mendes (org.). *Trabalho e sofrimento: práticas clínicas e políticas*. Curitiba: Juruá, 2014. p. 65-80.

MENDES, A. M. *Prazer e sofrimento no trabalho qualificado: um estudo exploratório com engenheiros de uma empresa pública de telecomunicações*. Dissertação (Mestrado) — Universidade de Brasília, Brasília, 1994.

MENDES, A. M.; ARAÚJO, L. K. R. *Clínica psicodinâmica do trabalho: o sujeito em ação*. Curitiba: Juruá. 2012. 156 p.

MENDES, A. M.; TAKAKI, K.; MARTINS, S. R.; AMARAL, G. A.; FACAS, E. P. Um caso em psicopatologia clínica do trabalho: a transferência em análise. In: J. K. Monteiro *et al.* (orgs.). *Trabalho que adocece: resistências teóricas e práticas*. Porto Alegre: Editora Fi, 2019. p. 253-276. Disponível em: https://www.editorafi.org/_files/ugd/48d206_0901172072684fd4b6a552830ef439d5.pdf. Acesso em: 04 abr. 2022.

MERLO, A. R.; BOTTEGA, C. G.; PEREZ, K. V. Clínica psicodinâmica do trabalho: limites e possibilidades de intervenção na realidade de

trabalho brasileira. In: J. K. Monteiro *et al.* (orgs.). *Trabalho que adoecer: resistências teóricas e práticas*. Porto Alegre: Editora Fi, 2019. p. 145-172. Disponível em: https://www.editorafi.org/_files/ugd/48d206_0901172072684fd4b6a552830ef439d5.pdf. Acesso em: 04 abr. 2022.

MONTEIRO, T. M.; GHIZONI, L. D.; SILVA, T. K. A.; MORAIS, G. G. “Nós passamos por uns maus bocados”: análise das narrativas dos serv(i)dores públicos federais sobre o trabalhar. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 24, n. 1, p. 65-87, 2021. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v24i1p65-87>.

MORAES, R. D. Trabalho e emancipação: um olhar da Psicodinâmica do Trabalho. In: R. D. MORAES; A. C. VASCONCELOS (orgs.). *Trabalho e emancipação: a potência da escuta clínica*. Curitiba: Juruá, 2015. p. 61-69.

MORAES, R. D.; SCHLINDWEIN, V. D. C.; GHIZONI, L. D.; OLIVEIRA, P. T. R.; NINA, S. F. M.; SANTANA, P. M.; MÉLOU, A. C. S. A.; MONTEIRO, T. M. Experiências em psicodinâmica do trabalho na Amazônia: escuta do sofrimento no trabalho. In: J. K. Monteiro *et al.* (orgs.). *Trabalho que adoecer: resistências teóricas e práticas*. Porto Alegre: Editora Fi, 2019. p. 209-252. Disponível em: https://www.editorafi.org/_files/ugd/48d206_0901172072684fd4b6a552830ef439d5.pdf. Acesso em: 04 abr. 2022.

MOTTA, L. G. *Análise crítica da narrativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

NINA, S. F. M.; OLIVEIRA, P. T. R.; MÉLOU, A. C. S. A.; SILVA, A. P. L. Clínicas do trabalho face à precarização do trabalho no estado do Amazonas: a construção de dispositivos de pesquisa e intervenção. In: J. K. Monteiro *et al.* (orgs.). *Trabalho, precarização e resistências*. São Luís: EDUFMA, 2021. p. 195-218.

PARREIRA, J. S.; GHIZONI, L. D. O trabalho em pauta: narrativas das jornalistas sindicalizadas no Tocantins. *Comunicação & Inovação*, São Caetano do Sul, SP, v. 22, n. 48, p. 23-42, 2021. DOI <https://doi.org/10.13037/ci.vol22n48.6695>.

SILVA, J. V.; GHIZONI, L. D.; LAGE, L. R. O reconhecimento do estudante de pós-graduação como trabalhador: vulnerabilidades, desrespeitos e a busca pela realização pessoal. *In: P. Jácome et al. (orgs.). Narrativas midiáticas, experiências e pesquisas amazônicas*. Belo Horizonte: Selo PPG-COM/UFMG, 2021. p. 229-246.



Fotografia: Amanda Leite | 2021

| Sobre as autoras e os autores

Amanda Maurício Pereira Leite

Artista Visual. Pós-Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutora e Mestra em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOMS) e no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins – campus Palmas. Coordenadora do Coletivo 50 graus: Pesquisa e Prática Fotográfica. @amandampleite – www.amandaleite.com.br – amandaleite@mail.uft.edu.br - @coletivo50graus

Anette Maria Rodrigues Silva Bento Oliveira

Mestra em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Jornalista formada pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Fotógrafa e pesquisadora do Coletivo 50 Graus: Pesquisa e Prática fotográfica. Contato: anette.bento@mail.uft.edu.br - @bento-anette

Bárbara Maria Lima Matias

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na linha de Textualidades Midiáticas. Jornalista pela PUC-MG. Pesquisadora do *Temporona: Coletivo de Ações em Temporalidades e narrativas*. barbaralimam55@gmail.com

Bruno Souza Leal

Pós-Doutor em Comunicação pela Unisinos. Doutor e Mestre em Estudos Literários pela UFMG. Atua nos cursos de graduação e na pós-graduação em Comunicação. Integra o Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência. Bolsista Produtividade 1D CNPq. brunosleal@gmail.com

Cynthia Mara Miranda

Pós-Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília. Professora no curso de Jornalismo e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins. Líder do grupo de pesquisa Comunicação, Direitos e Igualdade (CODiG/Cnpq). Bolsista produtividade 2 CNPq. cynthiamara@uft.edu.br

Carlos Alberto de Carvalho

Pós-Doutor pela Universidade do Minho. Doutor e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor associado com atuação na graduação e na pós-graduação. Coordena o Insurgente: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Redes Textuais e Relações de Poder/Saber. Bolsista produtividade 2 CNPq. carloscarvalho0209@gmail.com

Daniel Macêdo de Paiva Júnior.

Doutorando em Comunicação junto ao PPGCOM/UFMG. Graduado em Jornalismo e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará. Integra o Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência. E-mail: daniel.3macedo@gmail.com

Diego Duarte Borges

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura, da Universidade da Amazônia (PPGCLC-UNAMA). Participante dos Grupos de Pesquisa Narrativas Contemporâneas da Amazônia Paraense – Narramazônia (UFPA/UNAMA/CNPq), Estudos de Capital Social e Cultural (UNAMA/CNPq) e Batuques (UNAMA/CNPq). diegoduarteborges@gmail.com

Edgar Monteiro Chagas Junior

Doutor em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA) e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC), Universidade da Amazônia, UNAMA, Brasil, E-mail: edgar.chagas@unama.br.

Elton Antunes

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia. Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordena o Grupo de Pesquisa em Historicidades das Formas Comunicacionais (Ex-Press). E-mail: eantunes@ufmg.br

Ivana Cláudia Guimarães de Oliveira

Doutora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura, da Universidade da Amazônia (PPGCLC-UNAMA). Participante dos Grupos de Pesquisa Narrativas Contemporâneas da Amazônia Paraense – Narramazônia (UFPA/UNAMA/CNPq), Estudos de Capital Social e Cultural (UNAMA/CNPq), Hermenêutica Comunicativa: Estudos da Mídia na Amazônia (/UFPA / UNAMA /CNPq) e Batuques (UNAMA/CNPq) ivana.professora2020@gmail.com

Liana Vidigal Rocha

Docente do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade, da Universidade Federal do Tocantins. Líder do Grupo de Pesquisa em Jornalismo e Multimídia (CNPq) desde 2009, e membro do grupo de pesquisa Geografias da Comunicação Regional (UFS/CNPq). Membro do grupo Geografias da Comunicação,

da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). E-mail: lianavidigal@uft.edu.br

Liliam Deisy Ghizoni

Pós-Doutora em Administração pela UFF, Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela UnB, Psicóloga, professora na Universidade Federal do Tocantins, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, Líder do Grupo de Pesquisa: Trabalho e Emancipação: coletivo de pesquisa e extensão. Ldghizoni@uft.edu.br

Luna Carvalho de Lucena

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura, da Universidade da Amazônia (PPGCLC-UNAMA). Participante do Grupo de Pesquisa Narrativas Contemporâneas da Amazônia Paraense – Narramazônia (UFPA/UNAMA/CNPq). luna.lucena2@gmail.com

Maíra Evangelista de Sousa

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC) da Universidade da Amazônia (Unama). Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/ UFRGS). Coordena o Grupo de Pesquisa Ubiquidade da Comunicação - UbiCom (Unama-CNPq). E-mail: maira.evangelistadesousa@gmail.com

Phellipy Jácome

Doutor e Mestre em Comunicação pela UFMG. Professor do Departamento de Comunicação Social. Pesquisador permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na linha de Textualidades Midiáticas. Líder do Temporona: Coletivo de Ações em Temporalidades e narrativas. phellipy@ufmg.br

Poliana Sales

Doutoranda em Comunicação junto ao PPGCOM/UFMG. Graduada em Jornalismo e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Maranhão. Integra o Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência. polianasales@gmail.com

Rosângela Araújo Darwich

Pós-Doutora pela Universidade Protestante de Ciências Aplicadas de Freiburg, Alemanha. Doutora em Psicologia: Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC/UFPA). Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC) da Universidade da Amazônia (Unama). Líder do grupo de pesquisa “Poesia no Dia a Dia: Grupos Vivenciais e Resiliência”. rosangela.darwich@unama.br

Thaís Moura Monteiro

Mestra em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins. Professora no Centro Universitário Luterano de Palmas, membro do Grupo de Pesquisa: Trabalho e Emancipação: coletivo de pesquisa e extensão. thais.monteiropsi@gmail.com

Thiago Almeida Barros

Doutor em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC/UNAMA). Professor Adjunto do curso de Comunicação Social da Universidade da Amazônia (UNAMA). Integrante do Grupo de pesquisa Comunicação, Política e Amazônia - Compoa. tbarros81@gmail.com

Yasmin Gatto

Mestra em Comunicação Midiática pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Jornalista formada pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Participa do Grupo de Pesquisa em Historicidades das Formas Comunicacionais (Ex-Press). yasminrgatto@gmail.com



Fotografia: Amanda Leite | 2021



Amanda Maurício Pereira Leite é Artista Visual. Pós-Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutora e Mestra em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOMS) e no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins – campus Palmas. Coordenadora do Coletivo 50 graus: Pesquisa e Prática Fotográfica. @amandampleite – www.amandaleite.com.br – amandaleite@mail.uft.edu.br – @coletivo50graus

Bruno Souza Leal é Pós-Doutor em Comunicação pela Unisinos. Doutor e Mestre em Estudos Literários pela UFMG. Atua nos cursos de graduação e na pós-graduação em Comunicação. Integra o Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência. Bolsista Produtividade 1D CNPq. brunosleal@gmail.com

Liliam Deisy Ghizoni é Pós-Doutora em Administração pela UFF, Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela UnB, Psicóloga, professora na Universidade Federal do Tocantins, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, Líder do Grupo de Pesquisa: Trabalho e Emancipação: coletivo de pesquisa e extensão. Ldghizoni@uft.edu.br

Rosângela Araújo Darwich é Pós-Doutora pela Universidade Protestante de Ciências Aplicadas de Freiburg, Alemanha. Doutora em Psicologia: Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC/UFPA). Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC) da Universidade da Amazônia (Unama). Líder do grupo de pesquisa “Poesia no Dia a Dia: Grupos Vivenciais e Resiliência”. rosangela.darwich@unama.br

Esta coleção abriga coletâneas temáticas, abrangendo fenômenos, perspectivas teóricas e estudos em Comunicação e áreas afins.